

**CA
DER
NOS**
DO INSTITUTO
DE SOCIOLOGIA

N.º 3 | Setembro 2023

CADERNOS IS-UP

CADERNOS DO INSTITUTO DE SOCIOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DO PORTO, 3

2023

Ficha Técnica

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Título: Cadernos IS-UP – Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (N.º 3, 2023)

Direção: Lúgia Ferro, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP)

Coordenação editorial: Maria João Oliveira (IS-UP).

Equipa editorial: Eduardo Silva (FLUP); Inês Barbosa (IS-UP); João Teixeira Lopes (Departamento de Sociologia da FLUP e IS-UP)

Assistência editorial: Beatriz Lacerda

Conselho Editorial Nacional

Ana Brandão, Universidade do Minho
Ana Paula Marques, Universidade do Minho
António Firmino da Costa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Dalila Cerejo, Universidade Nova de Lisboa
Fernando Bessa Ribeiro, Universidade do Minho
João Filipe Marques, Universidade do Algarve
Karin Wall, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Luís Baptista, Universidade Nova de Lisboa
Luísa Veloso, ISCTE-IUL
Madalena Ramos, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Nuno Jerónimo, Universidade da Beira Interior
Paula Abreu, Universidade de Coimbra
Paulo Peixoto, Universidade de Coimbra
Pedro Abrantes, Universidade Aberta e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Sandra Mateus, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa
Vítor Sérgio Ferreira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Conselho Editorial Internacional

Apostolos Papadoupoulos, Harokopio University, Atenas, Grécia
Heitor Frúgoli Jr., Universidade de São Paulo, Brasil
Julia O'Donnel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Luciana Andrade, PUC Minas, Brasil
M. Victoria Gómez, Universidad Carlos III, Madrid, Espanha
Marta Soler Gallart, Universitat de Barcelona, Espanha
Marta Smagacz-Poziemska, Jaggielonski University, Cracóvia, Polónia
Sari Hanafi, American University of Beirut, Líbano
Teresa Consoli, University of Catania, Itália
Thomas Faist, Universitat Bielefeld, Alemanha
Victoria Alexander, Goldsmiths, University of London, Reino Unido
Yasmine Siblot, Université Paris 8, França

PUBLICAÇÃO BIANUAL

URL: https://ojs.letras.up.pt/index.php/%20Cadernos-ISUP_1

Edição: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

ISSN: 2975-8033

DOI: <https://doi.org/10.21747/2975-8033/cad3>

Design Capa: Jorge Almeida

Design e Paginação: José Teixeira

Data: setembro de 2023

Local de Edição: Porto

Suporte: Eletrónico

Formato: PDF / PDF/A

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDB/00727/2020

SUMÁRIO

Editorial

Lígia Ferro, Maria João Oliveira, João Teixeira Lopes, Inês Barbosa e Eduardo Silva

ARTIGOS

Interpretaciones y usos de la belleza del abandono en la arquitectura urbana - un análisis crítico en el caso de Oporto

Ricardo Klein

Ressocialização do controle social e reversão das manifestações violentas em Moçambique

António Bai Siteo Júnior

O Uso das Tecnologias Digitais pelos Museus - Comentário aos Resultados Globais de um Estudo de Públicos Realizado em Sete Museus Nacionais em Portugal

Leonor Amaral

Oficina biográficas com estudantes e investigadores - um método que constrói comunidade

Elsa Lechner

Le droit au rêve - entre narration et engagement social

Rossane Lemos

Politização de mães e impactos da financeirização na organização da vida no Brasil de 2016 a 2019

Gabriela Azevedo

EDITORIAL CADERNOS IS-UP | 3

Lígia Ferro

Diretora Editorial Cadernos IS-UP

Maria João Oliveira

Coordenadora Editorial

João Teixeira Lopes, Inês Barbosa e Eduardo Silva

Comissão Editorial

O terceiro volume dos Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto chega-nos com a frescura do início de um novo ano letivo. Trata-se de um número generalista, composto pelos textos dos/as vários/as investigadores/as que submeteram artigos de grande qualidade científica. Continuamos, assim, a cumprir com o nosso compromisso de editar dois números por ano, abrindo espaço para uma diversidade temática no primeiro número e focalizando o trabalho editorial em números temáticos no segundo.

Os Cadernos IS-UP continuam alinhados com a vibrante atividade científica do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), ao atrair em especial autores que desenvolvem investigação no âmbito das linhas temáticas de pesquisa do centro, estabelecendo diálogos em rede e relevantes para a sociedade. Caros/caras leitores/as, neste terceiro volume poderão ler textos em língua portuguesa, espanhola e francesa. A multiplicidade de idiomas enriquece a comunicação científica e permite abordar a complexidade da realidade social de forma mais aprofundada.

Ricardo Klein, investigador que tem desenvolvido uma colaboração intensa com o IS-UP, apresenta-nos uma leitura crítica do que nomeia como a estética da “beleza do abandono” na arquitetura urbana do Porto. O autor mostra-nos como o “colapso visual” se transforma em atração turística e artística, tendo como consequência um processo de valorização mobiliária aliado a dinâmicas de especulação imobiliária que se fazem sentir em vários pontos da área metropolitana do Porto. Klein desconstrói a ideia de “beleza do abandono”, analisando as causas da “negligência urbana”, incluindo a falta de políticas urbanas que promovam o acesso à habitação. Devido às dinâmicas de turistificação e gentrificação, aceder a uma habitação condigna nas cidades do Porto e de Lisboa, tornou-se um direito em constante ameaça. Neste artigo, entendemos como este problema tão urgente, é sustentado em dinâmicas simbólicas que importa compreender e analisar sociologicamente. Assim, o contributo de Klein é de grande valor para pensar a atualidade da cidade do Porto e os grandes desafios que tem por diante.

A paragem seguinte dos Cadernos é a cidade de Maputo, em Moçambique. António Bai Siteo Júnior contextualiza a sua análise com uma resenha sobre a *primeira greve de 1993*, passando pelos protestos

populares de 2010 em Moçambique e finalizando com uma análise das manifestações populares em resposta à chamada crise das “dívidas ocultas”. Apesar das relações históricas, que incluem um longo período de colonialismo, chegam-nos poucas abordagens científicas do campo das ciências sociais acerca da realidade moçambicana. Através de uma metodologia qualitativa e observação não participante, o autor ilumina um contexto de grandes tensões sociais e económicas, no qual prevalecem dinâmicas opacas e ações que desafiam fortemente o espírito democrático que alguns pretendem estabelecer no país.

Leonor Amaral analisa o impacto social dos usos das tecnologias digitais em contexto museológico em Portugal. A autora revela como os sete museus incluídos na sua investigação precisavam de competências e ferramentas específicas para se adaptarem à era digital, parcos por altura da pandemia derivada da COVID-19, em que estas instituições viram os seus públicos em confinamento. Desde 2020 que os museus deram um salto qualitativo e quantitativo neste domínio. A pesquisa de doutoramento da autora, pretende entender como a imagem pública dos museus é afetada pela digitalização, em particular no campo da comunicação, bem como entender o papel das ferramentas digitais na “sustentabilidade institucional” dos museus. Sem dúvida que este texto nos mostra a importância do estudo científico do processo de digitalização d(n)os museus, particularmente no que diz respeito às relações com os seus públicos e consequente sustentabilidade dos espaços museológicos.

No ano de 2022, Elsa Lechner dinamizou um conjunto de oficinas de metodologias biográficas no âmbito do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. O texto pretende analisar o contributo desta iniciativa e metodologia aplicada para a criação de laços académicos e o desenvolvimento de sentimentos de pertença a uma comunidade ampla, que se quer dinâmica e baseada em relações de cooperação e solidariedade profissional. Partindo dos resultados das oficinas, a autora explora outras possíveis aplicações das metodologias biográficas na construção de comunidades baseadas na produção de conhecimento.

Contar histórias também pode ser uma poderosa arma para construir laços sociais e transformar o mundo. É o que Rossane Lemos nos explica no seu artigo em torno da associação *Casa do Contador de Histórias*, criada em 2023 na cidade de Curitiba, no sul do Brasil. Nesta associação, indivíduos em situação de precariedade e vulnerabilidade social, sentem-se empoderados pelo ato de contar histórias, o qual provoca uma mudança nos modos de ver o mundo. Contar histórias permite um desenvolvimento pessoal e um incentivo à auto-estima para enfrentar os problemas e perseguir objetivos para o futuro. O ato de narrar em contexto social mostra o seu poder no texto, que nos levanta outras pistas e questões para posterior investigação.

Gabriela Azevedo parte de uma pesquisa no Rio de Janeiro em que foram realizadas entrevistas com participantes de um movimento social composto por mães, iniciado em 2015. Estes relatos permitiram à autora

analisar e convidar-nos à reflexão sobre os impactos sociais das mediações financeiras no acesso à saúde, educação e ao sistema de pensões. No Brasil, as mulheres enfrentam grandes dificuldades na volta para o mercado de trabalho após usufruírem de licença de maternidade. Se por um lado, lhes é exigido socialmente que contribuam para a economia familiar, por outro, acumulam essa obrigação com a de se dedicarem à reprodução. Presas nas contradições do neoliberalismo, as mães organizam-se com o objetivo de coletivizar a reprodução social através de uma redistribuição das responsabilidades de cuidados nos diversos campos da vida. A sua consciência social e capacidade de organização política, revelam um anseio de emancipação e superação das contradições vividas num mundo em que os processos de financeirização as afetam particularmente. O texto de Azevedo é particularmente elucidativo da vontade de transformar o mundo de e para as mulheres, a partir de uma perspectiva holística dos problemas que as mesmas enfrentam como mães.

Deixamos-vos com um conjunto diverso de textos e pontos de vista, fazendo votos de boas leituras e de um excelente ano letivo.

EDITORIAL *CADERNOS IS-UP* | 3

Lígia Ferro

Editor-in-chief *Cadernos IS-UP*

Maria João Oliveira

Editorial Coordination

João Teixeira Lopes, Inês Barbosa e Eduardo Silva

Editorial Board

The third volume of *Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto* arrives with the freshness of the start of a new academic year. We present here a general issue made up of texts by various researchers who have submitted texts of high scientific quality. We thus continue to fulfil our commitment to publish two issues a year, making room for thematic diversity in the first issue and focusing our editorial work on thematic issues in the second.

Cadernos IS-UP continues to be aligned with the vibrant scientific activity of the Institute of Sociology of the University of Porto (IS-UP), attracting authors who carry out research within the scope of the centre's thematic lines of research and establishing networked dialogues relevant to society. Dear readers, you can read texts in Portuguese, Spanish and French in this third volume. The multiplicity of languages enriches scientific communication and makes it possible to approach the complexity of social reality in greater depth.

Ricardo Klein, a researcher who has developed an intense collaboration with IS-UP, presents us with a critical reading of what he calls the aesthetics of the “beauty of abandonment” in Porto’s urban architecture. The author shows us how “visual collapse” is transformed into a tourist and artistic attraction, resulting in furniture appreciation combined with the dynamics of property speculation that are felt in various parts of Porto’s metropolitan area. Klein deconstructs the idea of the “beauty of abandonment”, analysing the causes of “urban neglect”, including the lack of urban policies that promote access to decent housing. Due to the dynamics of touristification and gentrification, access to decent housing in Porto and Lisbon has become a right under constant threat. This article explains how this urgent problem is underpinned by symbolic dynamics that need to be understood and analysed sociologically. In this vein, Klein’s contribution is invaluable for thinking about the current situation in Porto and its major challenges.

The next stop on the *Cadernos* programme is the city of Maputo in Mozambique. António Bai Siteo Júnior contextualises his analysis with a review of the *first strike in 1993*, moving on to the protests of 2010 in Mozambique and ending with an analysis of the popular demonstrations in response to the so-called “hidden debt” crisis. Despite the historical links, which include a long period of colonialism, we have very limited

access to scientific approaches to the Mozambican reality from the field of social sciences. Through a qualitative methodology and non-participant observation, the author sheds light on a context of significant social and economic tensions, in which opaque dynamics prevail and actions that strongly challenge the democratic spirit that some want to establish in the country.

Leonor Amaral analyses the social impact of digital technologies in museums in Portugal. The author reveals how the seven museums included in her research needed specific skills and tools to adapt to the digital age, scarce during the COVID-19 pandemic when these institutions saw their audiences in lockdown. Since 2020, museums have made a qualitative and quantitative leap in this field. The author's doctoral research aims to understand how the public image of museums is affected by digitisation, particularly in the field of communication, as well as to understand the role of digital tools in the "institutional sustainability" of museums. Undoubtedly, this text shows us the importance of the scientific study of the digitisation process of museums, particularly concerning relations with their audiences and the consequent sustainability of museum spaces.

In 2022, Elsa Lechner organised a series of biographical methodology workshops at the University of Porto's Institute of Sociology. The text aims to analyse the contribution of this initiative and the methodology applied to creating academic ties and developing feelings of belonging to a broad community, which is intended to be dynamic and based on relationships of cooperation and professional solidarity. Based on the results of the workshops, the author explores other possible applications of biographical methodologies in building communities based on knowledge production.

Storytelling can also be a powerful weapon for building social bonds and transforming the world. Rossane Lemos explains this to us in her article about the *Casa do Contador de Histórias* association, created in 2023 in Curitiba, a city in southern Brazil. In this association, individuals in precariousness and social vulnerability feel empowered by the act of storytelling, which causes a change in the way they see the world. Storytelling enables personal development and encourages self-esteem in order to face problems and pursue goals for the future. Storytelling in a social context shows its power in this text, raising other clues and unanswered questions for further scientific exploration.

Gabriela Azevedo began her research in Rio de Janeiro with interviews with participants in a social movement made up of mothers, which began in 2015. The data collection allowed the author to analyse and invite us to reflect on the social impacts of financial mediation on access to health, education and the pension system. In Brazil, women face significant difficulties when they return to the labour market after maternity leave. If, on the one hand, they are socially required to contribute to the family economy, on the other hand, they accumulate this obligation with that of dedicating themselves to reproduction. Caught up in the

contradictions of neoliberalism, mothers organise themselves intending to collectivise social reproduction by redistributing care responsibilities in the various areas of life. Their social awareness and capacity for political organisation reveal a longing for emancipation and overcoming the contradictions they experience in a world where the processes of financialisation mainly affect them. Azevedo's text is particularly illustrative of the desire to transform the world of and for women from a holistic perspective of their problems as mothers.

We leave you with a diverse range of texts and points of view, wishing you good reading and an excellent academic year.



INTERPRETACIONES Y USOS DE LA BELLEZA DEL ABANDONO EN LA ARQUITECTURA URBANA - UN ANÁLISIS CRÍTICO EN EL CASO DE OPORTO

Ricardo Klein
Universitat de València

Resumen

A modo de ensayo, se propone analizar la ciudad de Oporto a través de la aplicación de un neologismo relacionado con la arquitectura urbana: la *belleza del abandono*. Este concepto hace referencia al uso de la decadencia estética como una herramienta para resaltar el espacio público y crear un paisaje urbano evocador. Sin embargo, la atracción turística generada por esta estética plantea desafíos en ciudades como Oporto, ya que la valorización de las infraestructuras abandonadas atrae inversiones turísticas y comerciales, lo que paradójicamente conduce a la rehabilitación de las mismas. El fenómeno de la *belleza del abandono* tiene diferentes interpretaciones y usos en distintas ciudades. Algunas lo utilizan como recurso para potenciar el espacio público y otorgar valor al contexto urbano, mientras que otras lo consideran parte de una política pública de desapego. En el caso de Oporto, el colapso visual forma parte de la vida cotidiana y se convierte en un atractivo turístico, pero la ciudad también está experimentando un proceso de recuperación de parte de esa *belleza del abandono*. Esto implica la activación de su valor económico y la especulación inmobiliaria. Sin embargo, este proceso de recuperación y valorización conlleva la gentrificación de la ciudad y afecta tanto a las zonas más conectadas como a Oporto en su conjunto.

Palabras claves: arquitectura urbana, belleza del abandono, gentrificación, turistificación, Oporto

INTERPRETAÇÕES E USOS DA BELEZA DO ABANDONO NA ARQUITECTURA URBANA: UMA ANÁLISE CRÍTICA NO CASO DO PORTO

Ricardo Klein
Universitat de València

Resumo

Através de um ensaio, propomos analisar a cidade do Porto através da aplicação de um neologismo relacionado com a arquitectura urbana: a *beleza do abandono*. Este conceito refere-se à utilização da decadência estética como uma ferramenta para realçar o espaço público e criar uma paisagem urbana evocativa. No entanto, a atracção turística gerada por esta estética coloca desafios em cidades como o Porto, uma vez que a valorização de infra-estruturas abandonadas atrai investimentos turísticos e comerciais, o que paradoxalmente leva à sua reabilitação. O fenómeno da beleza do abandono tem diferentes interpretações e utilizações em diferentes cidades. Algumas utilizam-no como um recurso para valorizar o espaço público e valorizar o contexto urbano, enquanto outras o vêem como parte de uma política pública de distanciamento. No caso do Porto, o colapso visual faz parte do quotidiano e torna-se uma atracção turística, mas a cidade está também a passar por um processo de recuperação de alguma da beleza do abandono. Este processo envolve a activação do seu valor económico e a especulação imobiliária. No entanto, este processo de recuperação e valorização implica a gentrificação da cidade e afecta tanto as zonas mais ligadas como o Porto no seu todo.

Palavras-chave: arquitetura urbana, beleza do abandono, gentrificação, turistificação, Porto

INTERPRETATIONS AND USES OF THE BEAUTY OF ABANDONMENT IN URBAN ARCHITECTURE: A CRITICAL ANALYSIS IN THE CASE OF OPORTO

Ricardo Klein
Universitat de València

Abstract

By way of an essay, we propose to analyse the city of Porto through the application of a neologism related to urban architecture: the beauty of abandonment. This concept refers to the use of aesthetic decay as a tool to highlight public space and create an evocative urban landscape. However, the tourist attraction generated by this aesthetic poses challenges in cities such as Porto, as the valorisation of abandoned infrastructures attracts tourist and commercial investments, which paradoxically leads to their rehabilitation. The phenomenon of the beauty of abandonment has different interpretations and uses in different cities. Some use it as a resource to enhance public space and give value to the urban context, while others see it as part of a public policy of detachment. In the case of Porto, visual collapse is part of everyday life and becomes a tourist attraction, but the city is also undergoing a process of recovering some of the beauty of abandonment. This involves the activation of its economic value and real estate speculation. However, this process of recovery and valorisation entails the gentrification of the city and affects both the most connected areas and Porto as a whole.

Keywords: *urban architecture, beauty of abandonment, gentrification, touristification, Porto*

Introducción

En la ciudad de Oporto, múltiples elementos han contribuido a la configuración de su imagen urbana, tales como su historia, cultura, política, gastronomía y arte. Dentro de los atributos más distintivos de dicha imagen, se destaca lo que daremos en llamar *belleza del abandono* (*beauty of abandonment*). Este concepto representa diferentes términos subjetivos que aluden a una cualidad atractiva, moderna y emocionante tanto para los residentes como para los visitantes de la ciudad, aunque también poseen un matiz de exclusividad y actitud. Se refiere a la existencia de una arquitectura frágil y deteriorada que ejerce un atractivo particular tanto en los habitantes locales como en los visitantes y turistas.

En el presente ensayo de índole visual, se llevará a cabo una exploración acerca de cómo este componente es parte de la imagen urbana de Oporto y cómo es representado en la visualidad de la ciudad. Para ello, se presentarán cuatro preguntas que servirán como guía durante el análisis. Estas preguntas ayudarán a enfocar y abordar la discusión en los puntos clave que se proponen analizar. Las preguntas son las siguientes: ¿En qué consiste la *belleza del abandono* y cómo se utiliza como herramienta para resaltar el espacio público en Oporto? ¿En qué medida el colapso visual forma parte de la vida cotidiana urbana en Oporto y se convierte en un atractivo turístico? ¿Cómo afecta esto al impacto de la gentrificación en las diferentes zonas de Oporto y en la ciudad en su conjunto?

En este artículo se han utilizado fuentes secundarias, específicamente documentos visuales, entre los cuales se destaca un amplio archivo que cuenta con miles de fotografías tomadas *in situ* en la ciudad de Oporto. La fotografía se considera una estrategia de análisis altamente relevante, convirtiéndose en una herramienta metodológica fundamental para la investigación, debido a que brinda una fuente rica de significado (Suárez, 2008). Según Becker, la fotografía se emplea como una “herramienta de exploración de la sociedad” (Becker, 1974: 3).

Para este estudio, se adoptó el enfoque del *flâneur* basado en Walter Benjamin (2005). Exploramos

áreas específicas de Oporto durante aproximadamente un año con la intención de sentirnos cercanos a la ciudad. Caminamos sin prisa, inmersos en la multitud, descubriendo calles, habitantes, arquitectura, intervenciones artísticas, olores y gastronomía. Siguiendo la perspectiva de Benjamin, consideramos que caminar sin un propósito específico es una forma de resistencia frente al paso del tiempo. Para capturar el estado de ánimo de la ciudad y descifrar los mensajes ocultos relacionados con la gentrificación, el turismo, la regeneración urbana y el arte callejero, utilizamos la observación y la fotografía. Empleamos una metodología de etnografía fotográfica (Klein, 2019) para analizar las imágenes y consultamos diversas fuentes documentales sobre la ciudad, los espacios públicos y el arte callejero en relación con su significado en la regeneración urbana y su arquitectura. Además, realizamos observaciones directas en varios espacios públicos del caso estudiado.

I. El encanto de la arquitectura frágil: la belleza del abandono en Oporto

La visión tradicional de la belleza ha estado íntimamente ligada a la noción de orden, perfección y progreso (Eco, 2010). Además, la armonía, simetría y proporción han sido consideradas como elementos fundamentales dentro de esta concepción clásica de la belleza, ejerciendo una significativa influencia en la arquitectura, artes visuales y diversas manifestaciones culturales. No obstante, esta perspectiva ha sido objeto de cuestionamiento, lo que ha abierto paso a otras visiones teóricas.

Varios autores han explorado el derrumbe urbano y la decadencia en la arquitectura y los espacios urbanos como una expresión que podría alejarse de esa idea más tradicional de belleza, pero que también podrían ser elementos instrumentales en el funcionamiento de la ciudad. Por un lado, se podría destacar la belleza de la adaptación y la reutilización de espacios decadentes como oportunidades para la creatividad y la transformación en las ciudades (Koolhaas, 2004). De manera similar, estos lugares en decadencia ofrecen una oportunidad para la expresión artística,

la experimentación y la resistencia a la comercialización dominante, convirtiéndose en puntos de encuentro para la cultura alternativa y la creatividad, proporcionando un contraste atractivo con los entornos urbanos más comerciales y planificados (Lloyd, 2010).

Por otro lado, también se podría abordar la estética de las ciudades como un sinónimo de belleza en la imperfección y el desorden de las ciudades contemporáneas (Sassen, 1991). Desde esta perspectiva, los espacios decadentes pueden preservar la autenticidad y diversidad en un contexto urbano cada vez más estandarizado y globalizado, añadiendo valor estético y cultural a la ciudad en su estado de desorden e imperfección (Sassen, 1991). Asimismo, el derrumbe urbano puede valorarse por su capacidad para preservar y representar el patrimonio cultural de una ciudad, conectando con su historia e identidad (Zukin, 1995). Estos espacios decadentes, de manera similar, podrían transmitir una autenticidad que se pierde en los entornos urbanos hipermodernos y altamente planificados (Zukin, 1995). Además, la poética del abandono y la belleza de la decadencia podrían revelar capas de tiempo y memoria, manifestando la historia e identidad de la ciudad (Jencks, 1981).

En un contexto más amplio, el concepto de la fealdad también puede tener aspectos atractivos (Eco, 2011). La percepción de la fealdad ha variado a lo largo del tiempo, estableciéndose según el momento criterios culturales y estéticos para definir lo que se considera bello o feo. La fealdad puede generar cierto atractivo al desafiar los estándares tradicionales de belleza y confrontarnos con lo desconocido, evocando una respuesta emocional poderosa y transmitiendo una carga simbólica profunda, relacionada a veces con lo oscuro, lo misterioso o lo subversivo (Eco, 2011). Sin embargo, la apreciación de la fealdad es subjetiva y culturalmente construida; lo que se considera feo en una determinada época o cultura puede ser percibido como hermoso en otra (Eco, 2011).

Desde estas posiciones, consideramos que la *belleza del abandono* (*beauty of abandonment*) es un concepto directamente vinculado a la “fealdad” de la arquitectura tapiada de las fachadas y



Figura 1. Ejemplo de belleza del abandono. Casa tapiada. Rua de Latino Coelho y Rua da Alegria.



Figura 2. Ejemplo de belleza del abandono. Rua das Eirinhas y Rua de Barros Lima, Bonfim.

que forma parte de un sentido *cool* y funcional de la estructura urbana. Se aprovecha de la decadencia estética como una herramienta para realzar el espacio público, otorgar valor al entorno urbano y crear un paisaje urbano extraordinario y evocador. Esta estética se convierte en una atracción turística única, donde los visitantes pueden sumergirse en una experiencia urbana interesante, cargada de historia y nostalgia. La belleza de lo roto y lo desgastado despierta fascinación, generando un diálogo entre el pasado y el presente (figura 1).

A pesar del atractivo turístico de la *belleza del abandono*, ciudades como Oporto se enfrentan a un dilema al intentar equilibrar la recuperación y valorización de las infraestructuras abandonadas con la preservación de su identidad arquitectónica. El aumento del valor económico de estos lugares atrae inversiones y remodelaciones orientadas al turismo y el comercio, lo que conlleva una disminución de edificios que transmiten la sensación de deterioro y mal estado.

Este fenómeno en la arquitectura urbana puede tener diferentes interpretaciones y usos en distintas ciudades del mundo. Algunas utilizan la decadencia estética como un recurso para potenciar el

espacio público y otorgar valor al contexto urbano. Esta forma se potencia en una imagen *polaroid* de ciudad abandonada, y donde la renovación arquitectónica se sostiene en base a una idea de supervivencia del diseño urbano. En algunos escenarios, como parte de una política pública de desapego como podría ser el caso de ciudades como La Habana. En otros, como formas estetizantes de potenciar el espacio público y otorgar valor al contexto. Por ejemplo, en ciudades como Budapest donde se puede apreciar la decadencia en la materialidad arquitectónica de Europa del Este.

En Oporto se llega a zonas donde el colapso visual ya es parte del cuerpo cotidiano y donde la exploración del deterioro en la ciudad se considera hasta un atractivo turístico, como una experiencia auténtica y real para el visitante. La representación visual del derrumbamiento se torna una construcción poética del quebranto, donde puede llegar a haber hasta cierta fascinación por lo roto. Se constituye como un paisaje urbano de película, con ganas de inmortalizar la escena por medio de una fotografía (figura 2).

Pero lo interesante de este prolongado proceso, es que ciudades como Oporto ya están transitando

hacia la recuperación de parte de esa *belleza del abandono*, rescatando sus infraestructuras y activando su valor económico. De alguna manera, podríamos decir que ocurre una paradoja del *encanto urbano desencantado*: la propia *belleza del abandono* permite la atracción turística, este impulso eleva el valor de la ciudad y en particular de sus arquitecturas. Al valorizarse más comienza un proceso de recuperación de casas y edificios abandonados para la especulación inmobiliaria con fines turísticos y comerciales, esos lugares se pueden explotar no sólo de manera externa (disfrutando de sus fachadas), sino también internamente, haciendo uso de sus espacios. En definitiva, esto lo que genera es una disminución del conjunto de esas mismas casas y edificios que inicialmente eran destacadas por su esa belleza tan particular.

Si este proceso se tratara de una adecuación y remodelación con fines de vivienda social o incluso para clases medias, quizás podría ser considerado como una política necesaria para la realidad actual de Oporto. Sin embargo, el problema principal es que estas transformaciones urbanas están inevitablemente ligadas a la gentrificación. Esto no solo afecta a las áreas más directamente conectadas, sino también a la ciudad de Oporto en su conjunto.

II. Gentrificación y turismo: La paradoja de la visualidad urbana en Oporto

En la última década, Oporto ha experimentado un aumento substancial en el turismo, impulsado por diversos factores. Entre ellos se encuentran la designación del centro histórico como Patrimonio Mundial de la UNESCO en 1996, la declaración de Oporto como Capital Europea de la Cultura en 2001 y la ampliación del aeropuerto de Sá Carneiro en 2007 (Barbosa & Teixeira Lopes, 2019, 2023; Sousa y Rodríguez-Barcón, 2021). Durante este proceso, se llevaron a cabo diversas intervenciones en el espacio público, se implementaron renovaciones urbanas, se mejoró la movilidad y se llevaron a cabo proyectos de vivienda con el objetivo de revitalizar el Centro Histórico y atraer nuevas actividades e iniciativas. Estas acciones

han tenido un impacto importante en la transformación de Oporto y han posicionado a la ciudad como un destacado destino europeo. De hecho, la institución *European Best Destination* ha reconocido a Oporto como el mejor destino de Europa en los años 2012, 2014 y 2017.

Aunque estos cambios han generado efectos positivos en el sector turístico de la ciudad, como se evidencia en el notable aumento de hoteles y alojamientos turísticos, el rápido crecimiento del turismo y la inversión extranjera también han resultado en desigualdades sociales. Esto resalta la necesidad de lograr un equilibrio entre el crecimiento urbano y la calidad de vida de los residentes locales, ya que este proceso ha llevado a una desconexión significativa de la población original y su identidad comunitaria (Sousa y Rodríguez-Barcón, 2021). Lamentablemente, según analistas, se ha perdido la oportunidad durante años de recuperar el Centro Histórico de Oporto siguiendo principios de buenas prácticas de urbanismo (Quental et al, 2018). Desde esta perspectiva crítica, se argumenta que la Câmara Municipal no ha sido lo suficientemente exigente con los promotores inmobiliarios, optando por una política de preservación superficial que compromete el valor excepcional que se prometió proteger. Además, no se han tomado medidas para frenar la pérdida de población en el Centro ni evitar los procesos de gentrificación y turistificación. Esto ha llevado a la demolición de edificios emblemáticos y establecimientos históricos, lo que es motivo de preocupación (Quental et al, 2018).

En un corto período de tiempo, se ha observado un aumento del doble en los precios de la vivienda en toda la ciudad de manera simultánea (Carvalho et al., 2019). Este fenómeno ha impulsado una rápida rehabilitación de edificios, liderada por el sector privado, lo que ha generado diversas formas de presión social, económica y física en una ciudad con una población de alrededor de 230,000 habitantes. Estos procesos han forjado tensiones y conflictos en la comunidad local. Muchos residentes se enfrentan a desafíos como el incremento de los costos de alquiler y la especulación inmobiliaria, lo que dificulta su permanencia en el Centro Histórico (Barbosa y Teixeira



Figura 3. Ejemplo de *belleza del abandono* y comercio local. Rua de Antero de Quental y Rua da Constituição, Cedofeita.



Figura 4. "The best croissant of Porto!". Avenida da França y Avenida da Boavista, Massarelos.

Lopes, 2020). El aumento en el número de turistas y la proliferación de alojamientos turísticos han desplazado a los residentes originales y a los comercios tradicionales en los últimos cinco años; aproximadamente el 40% de las tiendas minoristas en el centro han experimentado cambios funcionales y/o de propiedad (Fernandes et al., 2018) (figura 3).

Precisamente, el descuidado y ambicioso trabajo del sector público en su intento por posicionar a Oporto como un destino turístico de interés global ha dado lugar a la emergencia de dos procesos estrechamente relacionados: la turistificación y la gentrificación. Creemos que parte del encanto de la ciudad reside en su imagen parcial de una urbe con una arquitectura delicada y frágil. Es especialmente notable en aquellos barrios y áreas que forman parte del recorrido natural de los visitantes, donde la *belleza del abandono* aporta valor a los espacios públicos. Por ejemplo, podemos mencionar el Centro de Oporto, que incluye lugares como Cordoaria, Bolhão y los alrededores de la Avenida de los Aliados, así como Cedofeita, La Ribeira y el barrio de la Sé. Además, también encontramos zonas residenciales de clase media/alta como Foz y Boavista, que albergan una amplia variedad de comercios y lugares gastronómicos.



Figura 5. "The best francesinha". Rua das Flores y Rua de Afonso Martins Alho, Sé.

Queremos destacar especialmente el barrio Bonfim, que actualmente se encuentra inmerso en un proceso de gentrificación e incertidumbre de la comunidad local (figuras 4 e 5).

La gentrificación fue originalmente descrita en 1964 por la socióloga británica Ruth Glass, durante su investigación en el barrio de Islington en Londres. Glass observó cómo las viviendas victorianas, que habían caído en deterioro, comenzaron a ser nuevamente valoradas. El término "gentrificación" deriva de "gentry", que en Gran Bretaña se refiere



Figura 6. Arquitectura y diseño urbano gentrificado. Rua das Oliveiras y Rua de Sá de Noronha, Vitória.

a la baja nobleza y alta burguesía. Estas clases acomodadas se mudan a barrios de trabajadores, renovando las viviendas y, por tanto, gentrificándolos, apropiándose de los mismos. Esto conlleva el desplazamiento de la mayoría o la totalidad de los inquilinos originales de clase trabajadora, siendo reemplazados por personas de una clase social más alta y con mayor capital económico. La gentrificación es un fenómeno complejo que ha generado debates y preocupaciones en numerosas ciudades alrededor del mundo. Si bien puede traer beneficios, como la revitalización urbana de los barrios, también puede tener consecuencias negativas, como la expulsión de los residentes originales y la pérdida de la identidad cultural de las comunidades (Kern, 2022; Vollmer, 2019). Si bien Glass no imaginaba que este proceso pudiera expandirse hasta la actualidad, queda en evidencia que se trata de un fenómeno global. En el caso de Oporto, se puede observar claramente su influencia y presencia. Un ejemplo destacado de ello es la transformación y revitalización de su Centro Histórico, donde se han creado nuevos espacios tanto culturales como comerciales. Este proceso ha contribuido significativamente a la revalorización de áreas que antes se encontraban en estado de abandono (Guerra et al., 2017). Sin embargo, es importante señalar que estos nuevos enclaves creativos suelen atraer principalmente a las clases sociales privilegiadas, lo cual puede desencadenar un fenómeno conocido como *gentrificación comercial* o comercialización del barrio (Vollmer,



Figura 7. Ciudad escenificada y *belleza del abandono*. Alameda de Basílio Teles y Rua da Fonte de Massarelos, Massarelos.

2019; Sequera Fernández, 2020). Este fenómeno surge como resultado de cambios en los patrones de consumo y del aumento de los costos de alquiler en los barrios sujetos a gentrificación. Los antiguos establecimientos comerciales, tales como cafeterías, bares, almacenes y tiendas de ropa, se ven obligados a transformarse y rediseñarse con el fin de atraer a la nueva población, lo que refuerza la imagen nostálgica del pasado.

De la misma forma, el desarrollo turístico en Oporto ha provocado un aumento desmedido en los costos de vivienda y el desplazamiento de los residentes, generando una presión palpable en la comunidad local (Alves, 2017) (figura 6).

De acuerdo con la socióloga Sharon Zukin (1982), la gentrificación se sustenta en la asignación de un valor cultural a través de prácticas de consumo, lo cual a su vez conduce a una apreciación económica de los barrios. Estas prácticas transforman la percepción pública de dichos barrios, dejando de ser considerados como zonas habitadas por trabajadores para convertirse en enclaves juveniles y modernos. Al presentar el barrio como abandonado, descuidado y en estado de deterioro, los cambios resultantes de la gentrificación se perciben como necesarios, positivos y bienvenidos (Zukin, 1982). Desde una mirada hipotética, una de las razones por las que Oporto resulta atractivo radica en la convivencia de dos elementos: la representación construida de una *ciudad escenificada* y la presencia en ella de una *belleza del abandono* (figura 7).

Lo preocupante que surge de este análisis es que incluso el abandono urbano puede reforzar el proceso habitual de gentrificación. En este sentido, aparece la pregunta de cuáles son las posibilidades de frenar los procesos de gentrificación, dado que la administración pública está cada vez más inclinada hacia opciones que fortalecen una imagen de la ciudad que excluye a sus residentes (Teixeira Lopes, 2020). En otras palabras, la *belleza del abandono* en Oporto no desalienta, desmantela ni expulsa la visita de turistas interesados en conocer nuevas realidades culturales y locales, sino que, por el contrario, los impulsa a experimentar un mayor sentido de alienación urbana al concentrar sus intereses en este escenario de deterioro.

Reflexiones finales

La glorificación de la *belleza del abandono* en la arquitectura urbana puede tener consecuencias negativas y perjudiciales para las comunidades locales y el tejido social de las ciudades en general, como en el caso de Oporto. En primer lugar, este camino puede fomentar una visión romántica y superficial del deterioro urbano, alejando la atención de los problemas sociales y económicos subyacentes que enfrentan las comunidades locales. En lugar de abordar las desigualdades y mejorar las condiciones de vida de los residentes, se prioriza la estética atractiva para el disfrute de los turistas. También, la promoción de esta estética puede convertirse en una forma de turismo voyeurista que explota una forma urbana de gran fragilidad, viendo a las comunidades locales simplemente como objetos de consumo estético sin tener en cuenta el impacto real en la vida de las personas que viven allí. El turismo impulsado por la *belleza del abandono* puede dar lugar a la mercantilización de la cultura local y la pérdida de autenticidad.

El enfoque excesivo en la *belleza del abandono* puede desviar recursos y atención de la revitalización y rehabilitación de áreas urbanas en desuso o deterioro. En lugar de invertir en proyectos de renovación que mejoren la calidad de vida de

los residentes locales, se privilegia la preservación de la decadencia estética, lo que puede resultar en un estancamiento en el desarrollo urbano y la falta de oportunidades para el crecimiento económico. La apropiación de esta mirada por parte de sectores comerciales y marcas puede dar lugar a un fenómeno de “gentrificación estética” donde se imita y replica la apariencia de la decadencia sin abordar los problemas sociales y económicos subyacentes.

La preservación selectiva de esta estética puede incluso llevar a la gentrificación y a la expulsión de los residentes originales. A medida que la demanda turística aumenta, los propietarios de viviendas abandonadas pueden aprovechar la oportunidad para renovar y comercializar esos espacios, encareciendo la vivienda y desplazando a los residentes de bajos ingresos. En lugar de centrarse en la *belleza del abandono*, es fundamental abordar las causas subyacentes de la negligencia urbana, como la falta de inversión en infraestructura y vivienda asequible, así como la ausencia de políticas urbanas adecuadas.

Frente a todo esto, es necesario fomentar la participación ciudadana en las decisiones relacionadas con la recuperación y reutilización de las estructuras urbanas. Involucrar a la comunidad local en la planificación y el diseño de proyectos de revitalización no solo promueve la apropiación y el cuidado de los espacios urbanos, sino que también garantiza una distribución equitativa de los beneficios económicos generados por el turismo y las inversiones, contribuyendo al bienestar de los residentes originales.

Referencias bibliográficas

- Alves, S. (2017). “Requalificação e gentrificação no centro histórico do Oporto”. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, XXI (557): 1-32.
- Barbosa, I. & Teixeira Lopes, J. (2020). “O Oporto não se vende”: resistências à gentrificação através da produção artística no período pós-austeritário: *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 9, nº 2/2020, pag. 50-66
- Barbosa, I., Teixeira Lopes, J. y Ferro, L. (2023) «Artistas contra la gentrificación del turismo: análisis de prácticas creativas de resistencia en Oporto: », *Debats. Revista de cultura*,

- poder y sociedad*, 137(1), pp. 31-50. doi: 10.28939/iam.debats-137-1.2.
- Becker, H. S. (1974). "Photography and sociology", *Studies in the Anthropology of Visual Communications*, 1(1 Fall 1974), 3-26. <http://doi.org/10.1525/var.1974.1.1.3>
- Benjamin, W. (2005). *Libro de los Pasajes*. Akal.
- Breda Vázquez, I.; Conceição, P. (Coord.) (2015). *Ilhas do Porto. Levantamento e caracterização*. Universidade do Porto
- Carvalho, L.; Chamusca, P.; Fernandes, J. & Pinto, J. (2019). Gentrification in Oporto: floating city users and internationally-driven urban change, *Urban Geography*, 40:4, 565-572, DOI: 10.1080/02723638.2019.1585139
- de la Torre, E.; Ferro, L. (2016). O Oporto sentido pelo graffiti: as representações sociais de peças de graffiti pelos habitantes da cidade do Oporto. *Revista de Ciências Sociais, Fortaleza*, v. 47, n. 1, jan/jun, 2016, p. 123-147
- Eco, U. (2010). *Historia de la belleza*. Debolsillo.
- Eco, U. (2011). *Historia de la fealdad*. Debolsillo.
- Fernandes, J. et. al (2018). Gentrification in Oporto: problems and opportunities in the past and in the future of an internationally open city. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, n.º 15 (dezembro). Pp. 177-198, dx.doi.org/10.17127/got/2018.15.008
- Ferro, L. (2018). *Ilhas do Bonfim: a vida urbana no Porto, para além das fachada*. Plataforma Barómetro Social. Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- festLeft Hand Rotation (2017). *Gentrificación no es un nombre de señora 2010/2017*. Universidad Complutense de Madrid.
- Glass, R. (1964). "Introduction: Aspects of Change". *London Aspects of Change: Centre for Urban Studies*. Mac-Gibbon and Kee.
- Grodach, C; Foster, N. & Murdoch III, J. (2014) Gentrification and the Artistic Dividend: The Role of the Arts in Neighborhood Change, *Journal of the American Planning Association*, 80:1, 21-35, DOI: 10.1080/01944363.2014.928584
- Guerra, P.; Sá Marques, T.; Ferreira, C.; Maia, C.; Ribeiro, D.; Ribeiro, P. (2017). Cultura, criatividade e economia criativa no Oporto contemporâneo. En: *Livro de Atas. XI Congresso da Geografia Portuguesa. As dimensões e a responsabilidade social da Geografia*. Oporto, 9 a 11 de novembro de 2017.
- Jencks, Ch. (1981). *El lenguaje de la Arquitectura Posmoderna*. Editorial GG.
- Kern, L. (2022). *La gentrificación es inevitable y otras mentiras*. Bellaterra Edicions.
- Klein, R. (2018). La ciudad y el turismo. Experiencias desde la gestión del street art. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Oporto*, Número temático - Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos, pp. 54-71. DOI: 10.21747/08723419/soctem2018a3
- Klein, R. (2019). Construcciones de ciudad y espacio público desde el graffiti y el street art: Aportes metodológicos y empíricos desde un análisis de la fotografía. *Universitas Humanística*, (88). <https://doi.org/10.11144/Javeriana.uh88.ccep>
- Klein, R. (2023) «Presentación del monográfico. "Ciudad, creatividad y prácticas culturales"», *Debats. Revista de cultura, poder y sociedad*, 137(1), pp. 6-9. Disponible en: <https://revistadebats.net/article/view/5874> (Accedido: 30 mayo 2023)
- Koolhaas, R. (2004). *Delirio de Nueva York un manifiesto retroactivo para Manhattan*. Editorial GG.
- Lloyd, R. (2010). *Neo-Bohemia: Art and Commerce in the Post-industrial City*. Routledge
- Matos, F. (2017). Gentrificação nas Ilhas do Oporto: uma dinâmica embrionaria. En: *Livro de Atas. XI Congresso da Geografia Portuguesa. As dimensões e a responsabilidade social da Geografia*. Oporto, 9 a 11 de novembro de 2017.
- Mccarthy, J. (2006) Regeneration of Cultural Quarters: Public Art for Place Image or Place Identity?, *Journal of Urban Design*, 11:2, 243-262, DOI: 10.1080/13574800600644118
- Monteiro Rocha, M. I. (2017). *Dinâmicas recentes e urbanismo na Baixa do Oporto*. Tesis de maestría. Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Universidade do Oporto.
- Rio Fernandes, J.A. (coord..) (2020). *Geografia do Porto*. Book Cover.
- Rio Fernandes, J.A.; Tenreiro, J. P.; Marques de Figueiredo, P.; Pinto, J. R.; Chamusca, P. (2021). *A Baixa do Porto. Arquitectura e Geografia Urbana 2010-2020*. Book Cover.
- Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press.
- Sequera Fernández, J. (2020). *Gentrificación. Capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano*. Catarata.
- Sousa, S.; Rodríguez-Barcón, A. (2021). Narratives around tourism gentrification and urban shrinkage: a qualitative approach to the case of Oporto. *Finisterra*, LVI(116), 2021, pp. 115-136. Doi: 10.18055/Finis1982
- Suárez, H. J. (2008). *La fotografía como fuente de sentidos*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO).
- Teixeira Lopes, J. (2020). Oporto, cidade Mentirosa? En: Jorge Fernandes Alves e Pedro Vilas-Boas Tavares (orgs.) (2021). *Comemorações do Centenário da Faculdade de Letras da Universidade do Oporto*. Faculdade de Letras da Universidade do Oporto. Pp. 157-167
- Vollmer, L. (2019). *Estrategias contra la gentrificación. Por una ciudad desde abajo*. Katakarak.
- Zukin, S. (1982). *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change*. The Johns Hopkins University Press.
- Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Blackwell.
- Documentos:
 European Best Destination. <https://www.europeanbestdestinations.com/travel-guide/Oporto/>. Accedido: 05 de mayo de 2023.
 Oporto. Câmara Municipal (2018). Habitação e dinâmicas urbanas: relatório de caracterização e diagnóstico. In: *Plano Diretor Municipal*. Oporto: C. M. P.
 Quental, N. et al (2018). *Centro Histórico do Porto numa encruzilhada: fachadismo ou recuperação?* Publico. 19 de Junho de 2018

The Guardian (2020). *10 of the coolest neighbourhoods in Europe*. <https://www.theguardian.com/travel/2020/feb/08/10-of-the-coolest-neighbourhoods-in-europe-paris-berlin-rome> Saturday, 8 Feb 2020. Accedido: 20 de mayo de 2023
Todas las fotografías: © Ricardo Klein

Este ensayo forma parte del proyecto “Retos y desafíos de los espacios públicos en la pospandemia: un estudio de ciudades culturales en el Sur de Europa”. El proyecto está bajo la dirección de Ricardo Klein, quien actúa como Investigador Principal. El proyecto ha sido seleccionado en la convocatoria pública de “Ayudas para la Recualificación del Sistema Universitario Español”, llevada a cabo por el Ministerio de Universidades. La financiación de esta iniciativa proviene tanto de la Unión Europea, a través del programa NextGeneration EU, como del Ministerio de Universidades del Gobierno de España (Exp. INV21-03-26).

Ricardo Klein. Sociólogo graduado de la Universidad de la República (Uruguay) y doctor en Gestión de la Cultura y el Patrimonio por la Universitat de Barcelona. Es profesor en el Departamento de Sociología y Antropología Social de la Universitat de València. Actualmente es Profesor Visitante en el Instituto de Sociología de la Universidad de Porto. Además de su labor académica, ejerce como presidente del Comité de Investigación de Sociología de la Cultura y de las Artes de la Federación Española de Sociología.
Correo: ricardo.klein@uv.es
ORCID: 0000-0001-7932-3686.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 31 de maio de 2023. Aprovado para publicação a 3 de agosto de 2023.



RESSOCIALIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL E REVERSÃO DAS MANIFESTAÇÕES VIOLENTAS EM MOÇAMBIQUE

António Bai Siteo Júnior
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Resumo

Esta pesquisa estuda as dinâmicas das manifestações violentas em Moçambique e a resposta das autoridades a este fenómeno. O estudo parte do registo da primeira greve de 1993 até a explosão das dívidas ocultas, o maior escândalo financeiro que abalou o país no início de 2016, gerando intenções de revoltas populares até o ano de 2022. O propósito do estudo é compreender como as manifestações violentas foram geridas pelas autoridades, mudando ao longo do tempo e influenciando sua trajetória. Para tal, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo e observação não-participante nos bairros periféricos com histórico de protestos intensos na Cidade de Maputo. O aludido exercício permitiu constatar que após a irrupção das primeiras manifestações violentas, as autoridades geraram progressivamente novos mecanismos de controle social para suprir os mecanismos dissolvidos pelas greves ou fracassados no contexto. Neste processo, foi consolidado o ciclo de controlo social que evitou as manifestações violentas contra as dívidas ocultas, assim como as diferentes formas de manifestações sociais de ordem pacífica.

Palavras-Chave: Ressocialização do Controle Social; Manifestações Violentas; Moçambique.

RESOCIALIZATION OF SOCIAL CONTROL AND REVERSAL OF VIOLENT MANIFESTATIONS IN MOZAMBIQUE

António Bai Siteo Júnior
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Abstract

This research studies the dynamics of violent demonstrations in Mozambique and the authorities' response to this phenomenon. The study starts from the record of the first strike in 1993 until the explosion of hidden debts, the biggest financial scandal that shook the country in early 2016, generating intentions of popular revolts until the year 2022. The purpose is to understand how the violent demonstrations were managed by the authorities, changing over time and influencing their trajectory. To this end, a qualitative methodology and non-participant observation were used in peripheral neighborhoods with a history of intense protests in Maputo City. The aforementioned exercise allowed us to verify that after the first violent manifestations erupted, the authorities progressively created new mechanisms of social control to replace the mechanisms that had been dissolved by the strikes or had failed in the context. In this process, the cycle of social control that prevented violent manifestations against hidden debts, as well as the different forms of peaceful social demonstrations, was consolidated.

Keywords: Resocialization of Social Control; Violent manifestations; Mozambique.

Introdução

Depois das manifestações violentas ocorridas a 5 de fevereiro de 2008 e a 1 e 2 de Setembro de 2010, um leque de estudos foi desenvolvido para explicar os fenómenos por detrás das chamadas revoltas sociais e o seu significado mais profundo no atual tecido económico, político e social moçambicano. Destes, destaca-se uma coletânea produzida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), intitulada “*Agora eles têm medo de nós!* – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique”¹.

Desta forma, marcava-se o surgimento de um novo paradigma no âmbito das ciências sociais moçambicanas, rompendo com os dois processos do estudo de socialização e ressocialização do controle social já observados no país, nomeadamente, o do tempo colonial e do período da recém-independência.

As manifestações foram vistas como uma resposta rebelde às políticas do governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) (Brito, 2017). Por outro lado, a ocorrência das manifestações elevou a confiança da maioria moçambicana, que acreditava que o controle social do período de partido único (1975-1989), e a sua remodelação para se adequar à constituição democrática de 1990, marcava o seu fim com as greves registradas em 1993 e principalmente com as ocorridas em 2008, 2010 e 2012.

Estas manifestações foram justificadas pela subida do custo de vida, tendo como principais catalisadores, o preço do transporte e do pão. Neste sentido, os manifestantes tinham o governo como alvo, e agiam independentemente do conhecimento das razões do agravamento dos preços (Macamo, 2017).

Para o governo, as manifestações constituíam um ato de vandalismo, no qual, indivíduos de conduta duvidosa e marginal colocavam em risco a ordem e tranquilidade pública. Como resultado,

a polícia enviada aos manifestantes usava força extrema (Brito et al., 2017), e chegou-se a considerar ativação de mecanismos institucionais para evitar futuras revoltas.

Todavia, como aspecto socializante, o primeiro período de implementação destes mecanismos não foi eficaz a curto prazo, o que permitiu que as greves continuassem como uma forma de comunicar com o poder político e demonstrar o repúdio com as decisões governamentais. A este respeito, as autoridades continuaram a tentar consolidar estes mecanismos e implementar outras modalidades para travar as manifestações a curto e longo prazo.

Nesta relação, os motivos que levaram às greves anteriores, no contexto das dívidas ocultas, foram semelhantes. O preço dos transportes e dos alimentos básicos sofreu um agravamento significativo, e diferentemente do primeiro cenário em que os motivos das subidas não eram conhecidos, no presente, várias organizações da sociedade civil denunciaram os agentes públicos envolvidos no esquema de corrupção que elevou o custo de vida dos moçambicanos. Estas denúncias ocorreram de tal forma que, para os analistas apoiantes da teoria de *privação relativa* de Gurr (1970)², as revoltas eram inevitáveis nestas condições.

Apesar dos rumores da organização de protestos violentos em várias cidades do país, e embora haja processos históricos que demonstrem como a subida do custo de vida se nenhuma manifestação foi registada, embora o processo histórico demonstra que a subida do custo de vida constitui a pólvora dos protestos. Neste caso, o presente artigo levanta a seguinte questão: de que forma as autoridades evitaram a ocorrência das greves num contexto em que a subida do custo de vida justificava-se pelas dívidas ilegais?

Partindo desta interrogação, objetivou-se compreender como as manifestações violentas foram

1 BRITO, Luís de (organização). (2017). *Agora eles têm medo de nós!* – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE.

2 A teoria de *privação relativa* de Gurr (1970) sustenta que quando um indivíduo se sente injustiçado pelo facto de não aceder aos bens e serviços que considera ter direito, e esse sentimento se multiplica por vários grupos sociais, e interfere com as expectativas em relação ao papel do Estado, nascem as condições para a ocorrência de rebeliões.

geridas pelas autoridades, transformando-se ao longo do tempo e influenciando a sua trajetória, de tal forma que, mesmo em condições favoráveis à sua ocorrência, onde os agentes públicos condicionaram a subida dos preços as greves não ocorreram.

O estudo sugere que as revoltas populares que se registavam em Moçambique em respostas à subida do custo de vida, tendiam a ser supridas pelo sistema de ressocialização do controle social. Entretanto, este pôde ser rompido pelas manifestações violentas-espóradas e pelas grandes manifestações, como ocorreu em 1993, 2008 e 2010 em função da estabilidade do sistema contextual.

Em termos teóricos, o sistema ou ciclo de ressocialização do controle social opera na lógica do modelo funcionalista, onde cada elemento desempenha, em interação com outros componentes, uma função definida para a manutenção do equilíbrio do sistema. Neste caso, o equilíbrio seria mantido pelo bom funcionamento de cada uma das partes que compõem a estrutura (Bhambhri, 1973).

Assim, a ressocialização do controle ocorreria quando os mecanismos estabelecidos pela socialização do controle contextual se tornam disfuncionais, havendo a necessidade de novos mecanismos de socialização como forma de impedir e desestimular as tentativas precipitadas dos episódios coletivos em busca de resultados rápidos, e canalizar energias dos fins coletivos para tipos mais modestos de comportamento (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998).

Para a consecução deste estudo, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo, analisando diferentes artigos científicos que discutem as manifestações violentas e notícias de jornais que relataram os eventos das greves ocorridas em Moçambique. Ligado a isso, recorreu-se à observação não-participante das reações populares nos bairros periféricos da Cidade de Maputo com histórico de revoltas intensas, nomeadamente, os bairros de Zimpeto, de Maxaquene, de Benfica, de Magoanine, de Inhagoia e de Chamaculo.

Numa primeira fase observou-se a reação social referente a agravamento dos preços dos produtos alimentares e dos transportes, num cenário em que o governo alegava que as dívidas ilegais seriam pagas pelos cidadãos. Observou-se igualmente a

reação dos cidadãos aquando da continuação dos pagamentos das dívidas pelo governo, mesmo sendo declaradas ilegais pelo Conselho Constitucional. Por fim, observou-se as ações das autoridades moçambicanas perante as tentativas dos cidadãos se manifestarem.

Manifestações de 1993: As Primeiras Manifestações Violentas

Antes da aprovação da constituição democrática em 1990, Moçambique constituía um Estado centralizado e de orientação marxista-leninista. Os líderes da Frelimo tinham como objetivo transformar o país a partir de pessoas de pensamento novo e ignoravam as autoridades tradicionais a favor dos Grupos Dinamizadores, compostos por militantes e simpatizantes da Frelimo, cujo o papel era garantir o controle da população e a difusão das mensagens do partido (Brito, 2019).

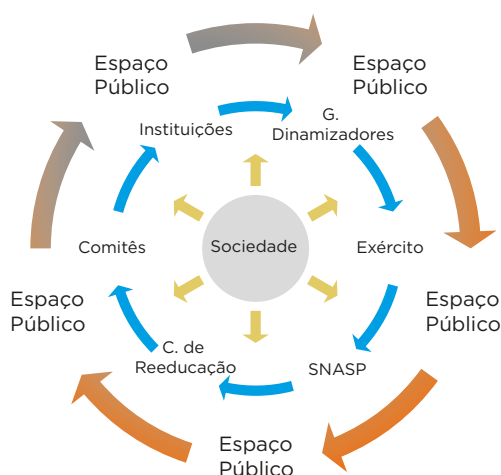


Figura 1. Ciclo de Ressocialização do Controle Social no Período de Partido Único

Como um novo movimento governamental, a Frelimo repudiava qualquer forma de independência de organização e de expressão, e de debate político democrático, especialmente sob a configuração idêntica ou similar com a greve. As leis intolerantes, o exército, o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), os campos de reeducação, os comitês e os grupos dinamizadores, serviam como

chavetas circulares que garantiam o sucesso do controle social e impediam a contestação pública (Cabrita, 2000). A figura 1, faz uma representação do modelo de controle estabelecido neste período.

Nesta época, a característica do controle social foi de ordem externa, com mecanismos de sanções extremamente variadas e com um peso punitivo (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998). A ação humana resultante desta socialização é guiada mais pela lógica de ações obrigatórias do que pelas ações apredidas de forma interativa (Procopiuck, 2013).

Contudo, com o desenrolar dos diferentes fatores internacionais, os quais Huntington (1994) chamou de terceira onda de Democratização, conjugado aos fatores internos, a Frelimo foi obrigada a considerar certas mudanças que dissolveriam alguns mecanismos do controle social deste período.

Dentro dos fatores internacionais de mudança que levaram à dissolução de alguns mecanismos de controlo social pela Frelimo, destacam-se, o colapso dos regimes comunistas na Europa Oriental no final dos anos 80, o colapso da União Soviética e o estabelecimento de quinze repúblicas pós-soviéticas em 1991 (Carothers, 2002).

No contexto interno, a guerra civil devastando todo o país, impôs-se como o fator principal de dissolução dos mecanismos de controlo social, assim como para o fim do período de partido único. Este processo foi assegurado pela aprovação da constituição democrática em 1990 e pela aprovação da lei 9/91, que regula o exercício de liberdade de reunião e de manifestação.

O Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), os campos de reeducação, as instituições intolerantes às manifestações públicas e o associativismo fora dos “satélites da Frelimo”³, constituíram-se como os primeiros mecanismos dissolvidos pela Democratização.

Entretanto, e apesar da aprovação de uma constituição que prioriza o debate de ideias como base

da democracia, os espaços de diálogo fora das estruturas da Frelimo continuaram desvalorizados.

Foi neste contexto que, após o governo ajustar o preço de combustível, e dos transportadores aumentarem em 100% o preço dos transportes semi-coletivos de passageiros em 1993, cerca de dez mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, foram às ruas e ocuparam não só as estradas de bairros periféricos mas também as principais avenidas da cidade, desencadeando corridas pedestres por estas vias, gritando palavras de protesto e montado barricadas nas estradas com diferentes objetos julgados convenientes (Notícias *apud* Chaimite, 2017)

Depois destas revoltas populares, a Frelimo reformou o modelo do controle social, passando a enquadrar a “sociedade” nos seus organismos como uma ferramenta para adquirir recursos de sobrevivência. Nesta época, o ciclo de ressociação foi caracterizado por mecanismos menos repressivos e de ganhos mútuos, como ilustra a figura 2.



Figura 2. Ressociação do Controle Social Depois das Manifestações de 1993

As funções de controle social, outrora incumbidas aos Grupos Dinamizadores, passaram a ser exercidas pelas células do partido Frelimo criadas nos mesmos locais onde funcionavam os Grupos Dinamizadores. Tratava-se de enquadrar a população para melhor a dominar, utilizando, não só os

3 Satélites da Frelimo: Constituem organizações democráticas de massas, criadas pelo Partido. Dentre elas, destacam-se a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM).

canais institucionais, como, por exemplo, o próprio Estado, mas também outros aparelhos políticos, como o partido e outras estruturas satélites, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) (Chaimite, 2017). Ser funcionário público não era apenas uma garantia de uma vida profissional, mas também uma posição privilegiada, em termos de acesso a recursos e redes de contatos políticos (Weimer e Bueno, 2020).

A Frelimo usou esta lógica, sobre o controle do partido, como forma de controlar as comunidades que muito dependiam do Estado para sobreviver. Pertencer às células do partido, aos comitês e às estruturas satélites, constituía uma oportunidade de adquirir benefícios em nome do aparelho. Foi este o período mais expressivo daquilo que viria a ser chamado mais tarde pelo presidente Guebuza de espírito de “deixa-andar”⁴, como uma justificativa do saque do Estado na governação de Chissano (seu antecessor).

Manifestações de 2008 e 2010: As Duas Grandes Manifestações Violentas

Com a entrada de Guebuza em 2004 na presidência, o “deixa-andar” foi visto como um mal a ser combatido. De facto, ao contrário de Chissano que foi acusado de promover uma política de “deixa andar” que resultou no enfraquecimento do partido, Guebuza concentrou os seus esforços na revitalização do partido a todos os níveis e na reimplantação das células do partido em todo o país, reproduzindo o controle característico do período monopartidário e reativando assim o modo de funcionamento da Frelimo como partido-Estado (Brito, 2016).

Mediante estas mudanças, os cidadãos que se beneficiavam do ciclo imposto por Chissano, principalmente ao nível das bases, viram-se frustrados com a transfiguração do sistema, de tal forma que

confrontados com a subida do preço dos transportes e produtos alimentares, revoltaram-se em 2008 e 2010, junto aos cidadãos que no ciclo de ressocialização do controle social baseado nos benefícios mútuos, não conseguiam maximizar ganhos como as elites da Frelimo e alguns grupos sociais.

As manifestações de 2008 e 2010, desenrolaram-se após a circulação de uma mensagem de texto (SMS), que apelava à saída das massas à rua para protestar contra o aumento do custo de vida no país. Estas manifestações foram entendidas como as que mais geraram temor ao governo da Frelimo, visto que além das cidades e subúrbios das províncias do sul, as manifestações se estenderam para outras cidades das províncias do centro. Foi neste período que a expressão “Agora eles têm medo de nós!” como um sentimento social generalizado, ganhou espaço.

A polícia enviada para enfrentar os manifestantes, empregou a força extrema (Brito, 2017). Usou balas de borracha, mas também balas reais, atirando diretamente sobre grupos de pessoas, o que resultou na morte de alguns protestantes (Bertelsen, 2017). Apesar destes esforços, o governo acabou congelando preços e anunciando subsídios, entre outras medidas, dando vitória aos manifestantes (Brito et al., 2017).

Após esta situação, as autoridades esmeraram-se em baldar futuras ondas de manifestações, reformulando o ciclo de socialização do controle social através de novos mecanismos, ao exemplo da instituição do Diploma Ministerial nº 15/2010 que postulava a obrigatoriedade de registo de números de telefones, fator de mobilização das duas grandes manifestações. Este evento demonstrou que o sistema de ressocialização do controle social é multifuncional, ou seja, apresenta diferentes formas de atuação, encontrando sempre formas de responder aos constrangimentos, usando as suas diferentes partes.

Neste período, a reimplantação dos organismos do partido em todo o país como mecanismos de ressocialização de controle social, revelaram-se pouco relevantes, resumindo-se a bases de reserva eleitoral. A polícia que empregara violência nas manifestações, e o registo de números de telefones, passaram a ter um papel preponderante

4 O “deixa-andar” é ligado frequentemente ao burocratismo, ao incumprimento das atividades, à corrupção e ao crime, bem como outras formas de clientelismo que caracterizavam o governo de Chissano.

no controle das manifestações, como esquematizado na figura 3.

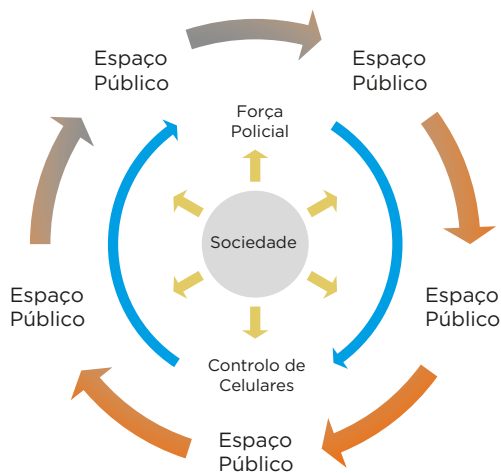


Figura 3. Ressocialização do Controle Social Depois das Manifestações de 2008 - 2010

Neste processo, generalizou-se a ideia de que as chamadas telefónicas e as mensagens de texto seriam controladas pelas entidades governamentais, e desencorajou-se a convocação de manifestações sociais com recurso ao envio de SMS, sobre o risco de ser rastreado e responsabilizado por tais ações.

Porém, numa primeira fase, verificou-se que o rastreio de telefones não seria ainda um método eficiente, uma vez que grande parte dos cidadãos não tinham os números registrados, ficando grande responsabilidade do controle à polícia. Assim, com o instrumento de mobilização ainda em posse dos cidadãos, foram convocadas as quartas manifestações violentas em 2012.

Manifestações Violentas-Esporádicas de 2012

As manifestações violentas de 2012 surgem num contexto de implementação do novo ciclo de ressocialização de controle social e o registo de números de telefone decretado em 2010 não foi empregue como o governo cogitava. Até 2012, grande parte dos cidadãos tinham os números sem registo, o

que proporcionou que as manifestações de 15 de novembro, contra a subida do preço dos transportes, e mesmo de forma tímida, entrassem no *ranking* das manifestações violentas em Moçambique.

Diferentemente das revoltas anteriores, em 2012 não houve mortes nem feridos. Registaram-se episódios esporádicos de barricadas montadas em algumas zonas, mas a presença massiva da polícia, que procurava dispersar qualquer agrupamento de cidadãos, principalmente jovens, conseguiu evitar cenários de pilhagem e de vandalização (Chaimite, 2017). Para além disso, as empresas de telefonia móvel restringiram as comunicações, dificultando o alargamento de um movimento que poderia sair do controle policial a qualquer momento (Brito et al., 2017).

Este evento tornou possível a maturação do ciclo de ressocialização gerado depois das manifestações de 2008 e 2010, na medida em que os cidadãos registaram os seus números sobre o risco de tê-los bloqueados a curto prazo, passando para as mãos das autoridades, aquilo que constituía o mecanismo de mobilização mais eficiente em Moçambique.

Neste ponto, foram interiorizados os novos mecanismos do controle externo, e as sanções e ações reativas passaram a ditar as ações humanas. Os cidadãos conheciam a postura agressiva da polícia, e aprenderam que convocar manifestações através de envio de SMS e não pelas vias legais assentes na Constituição de República e na lei 9/91, traria implicações de responsabilização criminal.

O Caso das Dívidas Ocultas: Uma Terra Fértil Para as Manifestações Violentas

As dívidas ocultas estão relacionadas com as garantias prestadas pelo governo do antigo presidente moçambicano Armando Guebuza, a favor de empréstimo de cerca de 2,2 bilhões de dólares para as empresas públicas Ematum, MAM e Proindicus (Hanlon, 2019). O dinheiro do empréstimo foi diretamente para uma empresa de Abu Dhabi e para a Privinvest, e nada foi para Moçambique. As garantias do governo foram assinadas pelo Ministro das Finanças, Manuel Chang, e pela Directora Nacional

do Orçamento, Isaltina Lucas (Centro de Integridade Pública - CIP, 2019).

Os empréstimos da Proindicus de 622 milhões e 535 milhões de dólares são os chamados empréstimos consorciados, e os dois bancos, VTB e Credit Suisse, organizaram grupos de credores. Os empréstimos foram organizados em segredo e Moçambique não sabe quem são os credores, só lida com os dois bancos organizadores. O empréstimo de 850 milhões de dólares da Ematum foi diferente. Tinha a forma de títulos, também organizada pelo Credit Suisse e pelo VTB, mas era público e os obrigacionistas eram conhecidos. O Tribunal Administrativo, no seu relatório de 2017, observa que a Ematum não poderia pagar esses títulos, então o Estado nacionalizou a dívida em 2016 e emitiu novos títulos do governo. O Parlamento aprovou os novos títulos antes de conhecer os 1157 milhões de dólares dos empréstimos da MAM e Proindicus, que só se tornaram públicos mais tarde naquele ano (*Ibidem*).

Moçambique sofreu enormes prejuízos devido ao escândalo. A revelação de que o governo garantiu 2,2 biliões de dólares em empréstimos para projetos “questionáveis” levou os parceiros a congelar desembolsos, desacelerando o crescimento e aumentando a pobreza (Messick, 2019). O enfraquecimento do metical acelerou o ritmo da inflação, tornando os preços elevados com um impacto desproporcionado nos pobres (Banco Mundial, 2016).

Todavia, antes da descoberta total das dívidas, figuras sonantes e próximas as autoridades governamentais, defendiam que as dívidas eram soberanas e deviam ser custeadas pela sociedade. Entretanto, quando se tornou público que o custo de vida se ligava às dívidas contraídas num esquema de subornos, beneficiando alguns membros do governo, as ações para manifestações violentas estavam mais que criadas. No entanto, e apesar de estarem formadas as condições para a revolta popular, isso não aconteceu.

Em 2016 e novamente em 2017, o Tribunal Administrativo determinou que as garantias e as dívidas do MAM e Proindicus eram ilegais (CIP, 2019). O Conselho Constitucional através do Acórdão 5/CC/2019, de 3 de Junho, declarou nulo o empréstimo contraído em 2013 a favor da empresa Ematum.

Contudo, o governo ignorou a decisão e continuou fazendo pagamentos da dívida através dos fundos públicos.

Para além desta questão, foi do conhecimento público que o Governo pagou através dos fundos de Estado, mais de 100 milhões de meticais aos advogados sul-africanos do “Caso Chang”. Manuel Chang, antigo Ministro das Finanças de Moçambique seria mais tarde preso na África do Sul em 2018 a mando dos EUA. Esses pagamentos eram feitos desde Julho de 2019 aos advogados que representavam a Procuradoria-Geral da República em tribunais da África do Sul (CIP, 2020).

Apesar da ausência de rebelião, o sentimento de injustiça foi generalizado. Os jovens dos bairros periféricos, grande parte desempregados e força potencial às manifestações violentas, trocaram as rebeliões por círculos de conversas de descontentes. Com o medo de repressão, os jovens aprenderam a reclamar em grupos de conversas, observando cenários em que as famílias são obrigadas a pagar preços altos para aquisição dos produtos alimentares, a enfrentar novas tarifas dos transportes, e de certa forma, pagar a defesa do ex-ministro de finanças, Manuel Chang, que foi quem assinou as garantias das dívidas num esquema de subornos.

Tal como aduziu o antigo ministro do interior, José Pacheco, em resposta às manifestações de 2010, “...as autoridades moçambicanas não cederiam às pressões de aventureiros, desocupados e bandidos que não se apresentam...” (O País apud Brito et al., 2017). A ausência de rebeliões contra a contratação das dívidas ocultas, sugere como demonstraremos ao longo da nossa análise, que iniciativas do controle foram consideradas pelas autoridades para que ações parecidas com alguma forma de greve não ocorressem.

O papel das Autoridades Moçambicanas no contexto das Dívidas Ocultas

Depois da explosão das dívidas ocultas, circulavam nas redes sociais mensagens convocando manifestações, algumas das quais convidando os moçambicanos a paralisarem o país, entre 3 e 7 de maio de 2016. Entretanto, a polícia da República

de Moçambique (PRM) afirmou que iria reprimir qualquer foco de marcha ilegal que estava a ser convocada através de mensagens nas redes sociais (Lusa apud Macua, 2016).

As autoridades garantiram que as greves não teriam lugar sobre a hipótese de uma antítese igualmente violenta. Neste sentido, vários grupos sociais, principalmente os associados à organizações da sociedade civil e partidos políticos, tendiam a manifestar a sua posição através das manifestações pacíficas, igualmente constrangidas pelas autoridades.

Nos primeiros meses de 2016, o presidente do Partido Ecologista Movimento da Terra, João Massango, recorreu a vários programas televisivos para convocar manifestações. No entanto, a carta que informava a sua realização foi recusada pelo Presidente do Conselho Municipal de Maputo, alegadamente porque continha imprecisões quanto ao tipo de evento. À vista disso, Massango foi obrigado a reescrevê-la, apesar da lei 9/91 sustentar que as manifestações não necessitam de permissão se não uma carta que informa as autoridades da sua realização.

Para além do indeferimento da carta, o ministro do interior, Basílio Monteiro, desencorajou a participação dos cidadãos nas manifestações, alegando apenas pretenderem perturbar a estabilidade e a ordem pública (VOA, 2016).

Após este evento, apenas uma manifestação social de ordem pacífica foi realizada no espaço público contra a contratação das dívidas ilegais em 2016. De facto, a governação de Nyusi revelou-se ao longo do tempo, como a mais intolerante a todo tipo de manifestação e a que mais fechou o espaço público, excetuando as manifestações frequentes realizadas pelas estruturas satélites do partido, como a OMM e a OJM, que em grande parte visavam saudar as ações do presidente.

Num contexto de manifestações pacíficas consideradas inéditas no governo de Nyusi, o Parlamento Juvenil e a Liga dos Direitos Humanos exigiam em 2016 o fim dos confrontos entre as Forças de Defesa e Segurança (FDM) e homens armados da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Durante a marcha, os participantes também denunciavam o elevado custo de vida,

e apelavam à responsabilização dos autores da dívida (Matias, 2016).

O desenrolar destas manifestações sugere que as mesmas transcorreram porque as autoridades veriam nestas, uma oportunidade sócio-política que os legitimava no repúdio contra as ações armadas dos homens da Renamo. Por outro lado, tem-se a impressão de que os manifestantes se aproveitaram das manifestações para apelar à responsabilização dos atores das dívidas, sem este ser o ponto central que a carta informava às autoridades.

Com o acesso do espaço público fechado, em Janeiro de 2019, o Centro de Integridade Pública (CIP) começou uma campanha nas suas instalações, aderida por dezenas de populares, académicos e ativistas vestidos de camisetas pretas com escrita “Eu não pago as dívidas ocultas”. Os participantes declaravam em vídeo de 30 segundos os motivos pelos quais não pagavam a dívida. Mediante esta situação, a polícia posicionou-se nos dois extremos da rua que dá acesso ao CIP. Seu papel era de impedir que os populares saíssem em grupos com estas camisetas vestidas, dispersá-los e até confiscar as camisetas (Carta, 2019).

No dia 1 de Fevereiro de 2019, um contingente policial fardado e outros à paisana, cercaram as instalações do Parlamento Juvenil na Cidade de Maputo. A agremiação juvenil realizava uma manifestação social através de uma peça teatral, onde a grande tónica eram as dívidas ocultas e a personagem principal encarnava o antigo ministro das finanças, Manuel Chang.

Esses dados demonstram como as autoridades tentaram garantir o insucesso das manifestações tanto de cariz violenta e, como mais pacífica. As campanhas realizadas no CIP e no Parlamento Juvenil, mesmo decorrendo nas instalações das organizações, enquadradas legalmente ao abrigo da lei 9/91, foram inviabilizadas pelas autoridades que dispersavam os cidadãos que iam participar.

A ideia que “Agora eles têm medo de nós”, resultante das manifestações de 2008 – 2010 foi se desvanecendo depois das manifestações de 2012. A polícia apresentou-se ao longo de cada ano, mais preparada para reprimir as manifestações. A sociedade foi ressocializada a temer as autoridades. O

modus operandi da polícia nas duas grandes greves (2008-2010) gerou um clima de impunidade, sendo que mesmo com mortes registadas, nenhum agente da polícia foi responsabilizado, sugerindo que as autoridades exploraram as excepcionais capacidades de coerção e violência do Estado para atender a seus próprios fins (Dahl, 2001).

Com os novos investimentos na área de segurança, os cidadãos foram igualmente socializados a temer os símbolos de segurança. A “MAHIDRA”, marca de automóveis geralmente usadas pela PRM, constitui um sinal que os cidadãos usam para alertar os outros da presença policial mesmo na ausência de alguma ilegalidade. Com a pandemia provocada pela COVID-19, essa prática generalizou-se, na medida em que a polícia fiscalizava o cumprimento das medidas restritivas de contenção da pandemia nas comunidades.

Mesmo com os novos mecanismos de mobilização social, tais como Facebook e WhatsApp, aparentemente fora do alcance das autoridades, a possibilidade das manifestações sociais com a explosão das dívidas ocultas continuou inviável, perante os modos como as instituições que as criminalizam, se foram, gradualmente, inserindo em vários campos da sociedade civil.

Apesar de Moçambique ser um país que tem apresentado um grande potencial de crescimento no uso das redes sociais, tendo-se registado 6% de usuários em Janeiro de 2016⁵, e 9,3% da população total em 2022⁶, o papel fundamental de ressocialização neste processo foi desempenhado pelas autoridades, que ao notarem as primeiras mensagens de convocação das manifestações nas redes sociais, responderam prontamente.

Neste sentido, nenhum grupo de manifestantes, mesmo com intenções de rebelião contra as dívidas ocultas, recorreu a tal ações, por dois motivos principais: por um lado, os processos de ressocialização a que foram submetidos com os casos da violência extrema da polícia nas manifestações passadas já se alastrara a várias áreas sociais, e

por outro, houve um efeito de desmobilizador depois do primeiro mobilizador das marchas contra as dívidas ocultas, ter sido agrdido por desconhecidos. Neste contexto, sugere-se que o ciclo de ressocialização do controle social expandiu os seus mecanismos e passou a adotar a forma representada na figura 4.



Figura 4. Ciclo de Ressocialização de Controle Social que evita as Manifestações Violentas

Com a nova ressocialização, regista-se a mudança do discurso sócio-político dominante, e no presente, as autoridades demonstram possuir um controle total dos meios de segurança e um sistema de representações baseado nos símbolos de segurança que lembram as comunidades a sua presença. Ademais, demonstram possuir controle dos antigos mecanismos de mobilização social (SMS) e controle parcial dos novos mecanismos (redes sociais) através de instituições legais que os legitimam punir o uso indevido de diferentes formas de mobilização.

Considerações Finais

Esta pesquisa procurou estudar as dinâmicas das manifestações violentas em Moçambique e a resposta das autoridades a este fenómeno. Neste sentido, partiu-se do registo da primeira greve de 1993 até à explosão das dívidas ocultas, o maior

5 Informação retirada de <https://datareportal.com/reports/digital-2017-mozambique>

6 Informação retirada de <https://datareportal.com/reports/digital-2022-mozambique>

escândalo financeiro que abalou o país no início de 2016, gerando intenções de revoltas populares até o ano de 2022.

Neste exercício, objetivou-se aferir como as manifestações de ordem violenta foram geridas pelas autoridades, transformando-se ao longo do tempo e influenciando a sua trajetória. Foi possível concluir que as autoridades aprendem a cada manifestação violenta um novo mecanismo de controle social para suprir os mecanismos já dissolvidos pelas greves ou fracassados no contexto. Neste sentido, verificou-se que a cada novo mecanismo, a sociedade é paulatinamente ressocializada a manter padrões de comportamento que desestimulam episódios coletivos relacionados às manifestações violentas.

Constatou-se que ao longo do processo histórico, os mecanismos de controle social adotaram três formas. Antes da democratização, o controle social foi de caráter externo, caracterizado por sanções, punições e ações reativas. Contudo, com a primeira manifestação em 1993, foram empregues mecanismos de carácter interno, através do ciclo de ressocialização baseado em benefícios mútuos.

Depois das manifestações de 2008, 2010 e 2012, os mecanismos de controle social voltaram a ser de caráter externo. A repressão policial, o registo obrigatório dos números de telefone, e os novos mecanismos jogaram um papel preponderante no processo que mantém o *status quo* do sistema do controle social vigente.

Para além das manifestações violentas, constou-se que os mecanismos de controle social, principalmente a repressão policial, tem inibido as diferentes formas de manifestações sociais de ordem pacífica, ao exemplo das manifestações organizadas nas instalações do Centro de Integridade Pública (CIP) e as do Parlamento Juvenil.

Referências Bibliográficas

- Banco Mundial. (2016). *Actualidade Económica de Moçambique: enfrentado escolhas difíceis*.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas. (2004). *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 24^a ed. Petrópolis: Vozes.
- Bertelsen, Bjørn. (2017). Efervescência Efémera: Levantamentos Populares Urbanos em Moçambique. In Brito, Luis de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo: IESE. p. 124-146.
- Bhambhri, C P. (2019). Functionalism in Politics. *The Indian Journal of Political Science*, Vol. 34, No. 4, pp. 455-470.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. (1998). *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C, Varriale et al. Coord. Trad. Ferreira, João; rev. Ferreira, João; Cacaís, Luís. Brasília: Universidade de Brasília.
- Brito, Luís de. (2019). *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE.
- Brito, L. et al. (2017). Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008–2012). In Brito, Luís de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo: IESE. p. 1-41.
- Brito, Luís de. (2016). Instituições Políticas e Unidade Nacional. In Brito, L. et al. *Instituições Políticas e Unidade Nacional Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, 2016.
- Cabrita, João. M. (2000). *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Palgrave.
- Carothers, Thomas. (2002). *The end of the transition paradigm*. *Journal of democracy*, v. 13, no.1, January, pp. 5-21.
- Centro de Integridade Pública. (2020). *“Governo moçambicano paga honorários de mais de 100 milhões de meticais aos advogados sul africanos do “Caso Chang”*. Maputo: CIP.
- Centro de Integridade Pública. (2019). *Moçambique pode agora recusar pagar a dívida oculta, dizem os analistas, e ganharia com isso*. Maputo: CIP.
- Chaimite, Egídio. (2017). Das Revoltas às Marchas: Emergência de um Repertório de Acção Colectiva em Moçambique. In Brito, Luís de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo: IESE. p. 153-166.
- Dahl, Robert. (2001). *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Gurr, Ted. (1970). *Why men Rebel?* Princeton: Princeton University Press.
- Hanlon, Joseph. (2019). Vinculando a Recuperação de Activos e Danos Ao Desejo de não Pagar a Dívida Oculta Odiosa de \$2 Billões. In Centro De Integridade Pública. *Recuperação dos Activos*. Maputo: CIP. p. 12-20.
- Hernández, Héctor. (2017). Modernidade Selectiva e Estado Predador: Primeira Aproximação às Revoltas Populares em Maputo de 2008 e 2010. In Brito, Luís de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo: IESE. p. 169-184.
- Huntington, Samuel P. (1994). *A terceira onda: A democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- Macamo, Elísio. (2017). O lugar e o Papel da Crítica Social no “Programa de Investigação” Sobre Movimentos Sociais. In Brito, Luís de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma*

- colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012). Maputo: IESE, p. 195-211.
- Matias, Leonel. Moçambicanos exigem Paz. *DW*, Maputo, 23 set. (2016). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/moçambicanos-exigem-paz/a-19510266> Acesso em: 20 jun. 2020.
- Messick, Richard E. (2019). O Escândalo das “Dívidas Ocultas” e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção: Opções Disponíveis para Moçambique Recuperar Activos Roubados e Danos. In CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. *Recuperação dos Activos*. Maputo: CIP. p. 5-11.
- Moçambique. *Lei nº 9/91, de 18 de Julho*. Regula o exercício de liberdade de reunião e de manifestação. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Polícia tenta inviabilizar campanha do CIP contra as “dívidas ocultas”. *Carta de Moçambique*, Maputo, 21 Jan. (2019). Disponível em: <https://cartmoz.com/index.php/politica/item/750-policia-tenta-inviabilizar-campanha-do-cip-contra-as-davidas-ocultas> Acesso em: 20 de junho de 2019.
- Presidente do partido Ecologista Movimento de Terra agredido em Maputo. *VOA*, Maputo, 20 de Maio de 2016. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/presidente-partido-ecologista-movimento-terraagredidomaputo/3338791.html> Acesso em: 13 de Maio de 2019.
- PRM diz que vai reprimir marcha ilegal contra dívidas “escondidas”. *Macua*. Maputo, 25 abr. 2016. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2016/04/prm-diz-que-vai-reprimir-marcha-ilegal-contra-davidas-escondidas.html Acesso em: 17 de Maio de 2019.
- Procopiuck, Mario. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação de Redes de Políticas*, Administração Judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.
- Weimer, Bernhard; Bueno, Natália (2020). Paz e Reconciliação em Moçambique. *Conjuncturas Críticas e Dependência da Trajectória*. In: Salvador Forquilha (org). *Desafios para Moçambique 2020*: Maputo. Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE): 65-95. <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/BWeimerNBueno-Desafios-2020.pdf>

António Bai Siteo Júnior. Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Mestrando em Ciência Política. antoniobaisitoe@gmail.com.
ORCID: 0000-0003-2441-4593

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 31 de maio de 2023. Aprovado para publicação a 4 de setembro de 2023.



O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PELOS MUSEUS – COMENTÁRIO AOS RESULTADOS GLOBAIS DE UM ESTUDO DE PÚBLICOS REALIZADO EM SETE MUSEUS NACIONAIS EM PORTUGAL

Leonor Amaral
Universidade do Porto

Resumo

Enquanto instituições sociais, os museus desenvolvem uma ação de proximidade com o ambiente que os rodeia. Operando numa lógica de diálogo direto com as necessidades e interesses dos seus participantes, estas instituições representam um reflexo dos ambientes sociais, culturais, económicos, tecnológicos e políticos nos quais se inserem. Como consequência, no seu espaço coabitam noções que, por vezes conflitantes, sustentam os conceitos de tradição, transição e mudança.

Deste modo, no contexto da sua história recente, os museus têm sido progressivamente marcados por um ambiente epistemológico e operativo sustentado no uso transversal das tecnologias digitais. A postura que estas instituições adotam face a estas ferramentas, encontra, de um modo geral, reflexos na relação que estabelecem com a sociedade contemporânea. Deste ponto de vista, analisar os impactos sociais do uso das tecnologias digitais pelos museus significa compreender de que forma estas tecnologias podem ou não favorecer a relação que os museus estabelecem com os seus públicos.

Assim, procurando apresentar um comentário aos resultados de um estudo de públicos realizado em sete Museus Nacionais em Portugal, esta reflexão visa contribuir para o debate sobre papel do digital na potenciação da comunicação dos museus e da sua perceção junto da sociedade.

Palavras-Chave: Museus; Museologia; Comunicação; Tecnologias Digitais; Estudos Sociais

THE USE OF DIGITAL TECHNOLOGIES BY MUSEUMS – COMMENTARY ON THE RESULTS OF AN AUDIENCE RESEARCH CONDUCTED IN SEVEN NATIONAL MUSEUMS IN PORTUGAL

Leonor Amaral
Universidade do Porto

Abstract

As social institutions, museums develop a proximity action with the environment that surrounds them. Operating in a logic of direct dialogue with the needs and interests of their participants, these institutions represent a reflection of the social, cultural, economic, technological, and political environments in which they operate. As a consequence, in its space coexist notions that, sometimes conflicting, sustain the concepts of tradition, transition and change.

Thus, in the context of their recent history, museums have been progressively marked by an epistemological and operational environment sustained by the transversal use of digital technologies. The attitude that these institutions adopt towards these tools is, in general, reflected in the relationship they establish with contemporary society. From this point of view, analyzing the social impacts of the use of digital technologies by museums means understanding how these technologies may or may not favor the relationship that museums establish with their audiences.

Thus, seeking to present a comment on the results of an audience research carried out in seven National Museums in Portugal, this reflection aims to contribute to the debate on the role of digital in enhancing the communication of museums and their perception in society.

Keywords: Museums; Museology; Communication; Digital Technologies; Social Studies

Nota Introdutória

Enquanto símbolos de identidade, esferas públicas do conhecimento, extensões materiais e imateriais do poder, os museus contêm na sua génese um propósito muito próprio e irrevogável de serviço à sociedade. No passado, este propósito, sublinhado a partir da concetualização da responsabilidade social dos museus, foi-se desenvolvendo numa lógica de resposta às constantes transformações da sociedade contemporânea.

Operando num ambiente epistemológico onde as modalidades de acesso, produção, distribuição e compreensão do conhecimento se relacionam cada vez mais com o uso das tecnologias digitais (Rodríguez-Ortega, 2018, p.1), hoje estas instituições encontram um cenário onde o cumprimento das suas missões induz ao diálogo direto com as necessidades e interesses da sociedade. Neste quadro, o desenvolvimento vertiginoso da tecnologia e a maior sofisticação do mercado cultural, acompanhados de uma constante renovação dos gostos e critérios da sociedade hodierna, têm feito com que o desempenho de uma função social por parte dos museus se traduza, se quisermos, no seu mais complexo e intrincado desafio.

E se, durante décadas encontrámos uma definição exímia acerca dos trâmites formais nos quais estas instituições deveriam atuar, nomeadamente apoiados sobre um propósito civilizacional, hoje o alargamento e a transversalidade das suas áreas de atuação social demonstram-se representativos de uma longa e progressiva mudança estrutural. Do ponto de vista da sua história recente, reconhece-se nos movimentos de renovação da instituição museológica a partir dos anos 1960 (em duas vertentes, francófona e anglo-saxónica) (Duarte, 2013, p.100) e no abandono de um modelo de conhecimento assente no paradigma positivista já na década de 1980, dois momentos-chave para a consolidação desta mudança.

Em consequência, em finais do século XX, observou-se um movimento social de apelo ao abandono da postura doutrinária e elitista dos museus e de reivindicação por um papel mais ativo destes organismos na vida daqueles que os rodeavam. Neste contexto, à medida que tais ideias se foram

consolidando, as instituições museológicas foram encontrando um cenário operativo no qual, cada vez mais, o questionamento à soberania do seu conhecimento e práticas se fez insurgir. As dimensões sociais e políticas dos museus tornaram-se, assim, objeto de análise crítica e é, deste ponto de vista, que se desenvolve a ideia de que *ao museu e às suas práticas não pode ser concedido o privilégio da neutralidade* (Duarte, 1998, p.133). Estas transformações, inseridas num quadro alargado de acontecimentos sociais, culturais, económicos, tecnológicos e políticos dialogantes entre si, marcaram a paisagem conceptual e epistemológica dos museus na sua transição para o século XXI.

Por sua vez, no contexto de um passado recente marcado pela pandemia da COVID-19, pela resultante reconfiguração das características fundamentais das relações interpessoais, familiares e profissionais, bem como pela impossibilidade alargada da experiência física do mundo “externo”, os museus foram confrontados com um cenário operativo extremo – o cumprimento das suas missões à distância, na forma de trabalho remoto. Sob estas condições, nos anos de 2020 e 2021 evidenciaram-se fragilidades ao nível do planeamento estratégico e planeamento de contingência (ou falta de) dos museus, tendo-se igualmente promovido a sua célere adaptação a uma “nova realidade”¹, onde o digital e as novas tecnologias assumem um papel preponderante.

Se, em alguns casos, a avalanche de ferramentas e soluções digitais não representou uma novidade, a verdade é que para muitas destas instituições, a familiaridade com os universos tecnológico e digital demonstrou-se, no início de 2020, precária. As instituições e organizações dos diversos ramos da sociedade não se encontravam, em larga escala, de igual forma preparadas, equipadas, ou totalmente confortáveis para operar num registo

1 Servem as aspas para demonstrar a relutância face à aceitação plena da frequente atribuição do conceito de novidade a um processo que se vem a desenvolver por largas décadas, reconhecendo assim o caráter no mínimo contraditório desta expressão, mas que ainda assim poderá encontrar aplicabilidade dadas as circunstâncias enunciadas no início do parágrafo.

exclusivamente *online*. E é, deste ponto de vista, necessário entender que a natureza estrutural e conceptual de muitos destes organismos não se mostrara, durante toda a sua existência, compatível com modelos operativos assentes em exclusivo num ambiente digital e remoto.

Neste quadro, enquanto lugares de interação social, com uma componente física elementar do ponto de vista da sua conceção e experiência, os museus viram-se a braços dados com o seu pior pesadelo – o encerramento forçado e, de uma forma mais ou menos generalizada, o sentimento de parco investimento e fraca organização no que concerne à sua dimensão digital. Contudo, durante este período, a sua procura pela manutenção de um serviço à sociedade demonstrou a capacidade de adaptação e ressurgimento das instituições museológicas.

Umhas vezes mais bem-sucedidos do que outras, os museus foram-se adaptando a um *modus operandi* que não tardou a retornar a um formato muito similar ao praticado antes de 2020. De portas abertas, e com uma nova familiaridade em relação ao uso de ferramentas e à atuação em universos digitais, em 2022 os museus já se poderiam questionar – e agora, que lugar ocupará o digital no quadro, na programação, nas ligações e na ação destas instituições?

É à luz destas questões que se encontra a ser desenvolvido, no âmbito de um projeto de investigação² de Doutoramento em Estudos do Património, variante de Museologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um estudo intitulado *Os Impactos Sociais da Pandemia na Gestão de Museus. O processo de transformação digital sustentável dos Museus Nacionais em Portugal*³. Com o objetivo de desenvolver uma abordagem exploratória sobre o impacto e a importância atribuída à comunicação digital dos museus, esta investigação foca-se sobre as consequências

sociais da utilização das tecnologias digitais por parte de instituições museológicas.

Neste contexto, o presente artigo visa apresentar os resultados de uma etapa concluída deste estudo em curso, referente à realização de um conjunto de inquéritos por questionário entre os meses de Abril e Junho de 2022 aos visitantes de sete⁴ Museus Nacionais em Portugal. Com a partilha destes resultados procura-se refletir, essencialmente, sobre os impactos da comunicação digital na perceção pública sobre a instituição do “Museu”, assim como, na possibilidade de se analisar o digital enquanto ferramenta de acessibilidade e sustentabilidade institucional dos museus no futuro.

Estrutura Metodológica

No sentido de planear o trabalho de terreno previsto no âmbito do projeto de investigação supra-mencionado, questões e hipóteses de partida constituíram-se uma importante ferramenta de gestão de trabalho. Neste sentido, considerou-se relevante integrar no plano de trabalho hipóteses que permitissem comprovar ou contestar (1) a possibilidade de que, após o levantamento das restrições de acesso físico aos museus decorrentes das medidas de combate à pandemia de COVID-19, pudesse aumentar o interesse pela visita aos museus; (2) a possibilidade de que o acesso digital a conteúdos sobre um determinado museu pudesse influenciar a decisão de visita; (3) a possibilidade da existência de uma maior propensão por parte das gerações mais jovens para valorizar a dimensão digital dos museus; (4) a possibilidade de se considerar as plataformas digitais enquanto ferramentas de acessibilidade e sustentabilidade dos museus para o futuro (Amaral, 2022, p.31).

De forma a mapear estas hipóteses, considerou-se essencial a realização de um estudo de

2 Este projeto é orientado pelo Professor Doutor Rui Manuel Sobral Centeno, Doutora Ana Patrícia Soares Lapa Remelgado e pelo Professor Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

3 Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

4 Museu Nacional de Arqueologia, Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, Museu Nacional do Azulejo, Museu Nacional de Etnologia, Museu Monográfico de Conímbriga – Museu Nacional, Museu Nacional do Teatro e da Dança, e Museu Nacional do Traje

proximidade que pudesse incluir uma perspetiva externa sobre os museus. Deste modo, a escolha do objeto de estudo incidiu sobre os Museus Nacionais em Portugal. Esta seleção teve por base a análise à relação destas instituições com as noções de identidade, diversidade e representatividade das práticas museológicas em contexto nacional. Ao mesmo tempo, a proximidade destas instituições, na sua gestão, a compromissos internacionais de responsabilidade social e sustentabilidade, sublinharam a pertinência da sua escolha. O enfoque deste estudo encontra, ainda, enquanto referência central, o relatório final do GPMF (Camacho, 2020), partilhando das suas preocupações recentes alusivas às tendências de futuro e fatores de mudança no panorama museológico nacional.

Responderam positivamente ao pedido de colaboração as instituições: Museu Nacional de Arqueologia, Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado, Museu Nacional do Azulejo, Museu Nacional de Etnologia, Museu Monográfico de Conímbriga – Museu Nacional, Museu Nacional do Teatro e da Dança, e Museu Nacional do Traje

A preparação do estudo de públicos previu a realização de inquéritos aos visitantes dos Museus Nacionais participantes, sendo que a construção da estrutura dos inquéritos teve em consideração o desenvolvimento de estratégias que possibilitassem apurar, tanto quanto possível, a projeção das hipóteses de partida no terreno. Como procedimento de verificação para cada uma dessas hipóteses, foi concebida uma estrutura de inquérito por questionário simples, fácil e intuitiva. Demonstrou-se importante que, a este propósito, o inquérito não condicionasse a resposta do inquirido, não ocupasse muito do seu tempo e não interferisse de forma inadequada na experiência da visita. Assim, foi desenvolvido um conjunto de questões breves, numa linguagem acessível, que procuraram mapear as opiniões geradas sobre o museu visitado, mas também sobre a instituição museológica *lato sensu* (Amaral, 2022, p. 31).

Foi determinado que o inquérito seria destinado a públicos de nacionalidade portuguesa e estrangeira, residentes em Portugal ou não, que

tivessem mais de 16 anos e que não se encontrassem num contexto de visita escolar (tanto professores como estudantes). A estrutura do inquérito seguiu essencialmente um modelo tripartido, isto é, uma estrutura dividida entre questões quantitativas de natureza sociodemográfica, questões quantitativas referentes à relação dos visitantes com os museus e com o uso das tecnologias digitais, e por fim, uma questão qualitativa que procurou mapear as motivações (positivas e negativas) face à decisão de visitar, ou não, um museu.

Durante a preparação do trabalho de terreno demonstrou-se necessário definir, ao nível da aplicação dos inquéritos, questões de cariz prático, nomeadamente o formato em que os inquéritos seriam disponibilizados (físico, digital e/ou híbrido), o(s) idioma(s) que seriam disponibilizados, a quantidade de inquéritos e o período temporal em que estes seriam realizados. Determinou-se que os inquéritos seriam entregues num formato físico, apesar desta opção assumir uma solução ecologicamente menos sustentável face às restantes. No entanto, em termos gerais, considerou-se que este formato exerceria um maior poder na captação dos públicos destes museus, estando previsto que a sua entrega física seria inequivocamente realizada no espaço do museu e que as pessoas que preenchessem o inquérito se encontravam numa situação posterior à visita. Por outro lado, o formato físico possibilitou que o levantamento das respostas se realizasse nos diversos museus num mesmo período temporal, sendo que a opção de inquérito digital obrigaria a que, pela impossibilidade de aquisição de vários *gadgets*/equipamentos necessários para a realização simultânea, um mesmo equipamento transitasse entre museus durante diferentes períodos temporais. A realização dos inquéritos foi feita, desta forma, num registo de entrega e levantamento físico dos inquéritos por questionário numa lógica de colaboração entre investigadora e Museus. Observou-se por parte dos museus participantes a adoção de duas metodologias distintas: (1) Um modelo de preenchimento autónomo em que os inquéritos foram disponibilizados em zonas específicas dos museus para o seu livre preenchimento; (2) Um modelo em que existiu a

encontrar as instruções para o correto preenchimento (Figura 3).



Figura 3. Modelo de Complemento de Inquérito – Versão Portuguesa

A aplicação dos inquéritos abrangeu diferentes períodos entre os meses de Abril e Julho de 2022. A amostra global é de 827 inquéritos válidos recolhidos nos sete Museus Nacionais integrantes deste estudo. A distribuição geográfica das instituições concentra-se na sua maioria (6) na cidade de Lisboa, à exceção do Museu Monográfico de Conímbriga situado na região Centro, no concelho de Condeixa. A natureza das coleções é diversificada – arqueologia, arte, artes decorativas, etnologia, mistos – e em todos os casos observa-se a presença destes Museus no universo digital, quer seja a partir do seu website, da plataforma *Google Arts and Culture* ou da sua atividade em redes sociais.

Comentário aos Resultados Globais

De um modo geral, os resultados obtidos indicam que o perfil sociodemográfico dos visitantes segue a tendência de uma linha já traçada por outros estudos desta natureza, do qual se destaca desde já o Estudo de Públicos dos Museus Nacionais (EPMN) apresentado entre os anos de 2018 e 2019 (Neves, 2016; Neves, 2020, p.23).

Encontramos uma predominância de públicos do sexo feminino, de nacionalidade estrangeira, com níveis de escolaridade pós-secundária (Tabela 1). No que concerne aos hábitos de visita, a maioria dos visitantes inquiridos afirmou visitar com regularidade museus e/ou exposições, sendo que, quando questionados sobre a projeção do nível

Tabela 1. Dados demográficos referentes aos resultados globais do Estudo de Públicos

Dados Sociodemográficos	Género			Nacionalidade		Faixa Etária						Níveis de escolaridade pós-secundária	Hábitos de Visita – Costuma visitar museus?	Projeção de nível de visita			Inquéritos válidos
	F	M	Outro	Portuguesa	Outra	15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65+	Resposta afirmativa	Resposta afirmativa	Manter	Aumentar	Diminuir	
MNAC	57,5	37	5,5	48	52	18,1	25	18,1	12,5	15,3	11,1	44,8	77,3	38	22	3	73
MNARQ	57	43	-	11	89	21,3	24,6	17,9	16,4	14,5	5,3	74,9	90,3	100	101	5	207
MNAZ	61,8	37,7	0,5	2	98	20,6	24,6	12,6	17,1	14,6	10,6	78	83	140	56	4	202
MNET	55,6	44,4	-	56	55	27,8	16,7	24,8	11,1	5,6	11,1	83	100	12	6	-	18
MNTD	69,2	30,8	-	40,2	59,8	20,5	12,9	15,9	20,5	15,2	15,2	57,6	77	72	46	-	132
MNTR	64,5	35,5	-	65	35	20,5	18,1	19,1	17	11,7	8,5	74,8	91,5	56	35	2	94
MMC	54,5	44,4	1	45	55	18,8	8,3	12,5	20,8	17,7	21,9	71,5	97	61	36	1	101
Métrica	%			%		%						%	%	Nº de visitantes			N.º

* Estes dados dão conta dos resultados referentes às respostas válidas

de visitas num contexto “pós- crise pandémica⁵”, a maioria dos visitantes afirmou ter intenção de manter ou aumentar o nível de visitas. Por sua vez, verifica-se que os visitantes que afirmaram considerar que o seu nível de visitas, no pós-pandemia, tendia a decrescer, fazem parte de uma fração com muito fraca ou inexistente expressão percentual.

No âmbito do estudo sobre a relação da prática de visita aos museus com a utilização das ferramentas e tecnologias digitais, os visitantes foram questionados sobre o acesso a conteúdos digitais sobre o museu que visitaram. Na maioria dos casos, os visitantes que afirmaram ter acedido a conteúdos sobre o museu confirmaram que se sentiram influenciados a visitar o museu devido ao acesso a este tipo de informação. No que concerne ao tipo de plataformas utilizadas, os visitantes demonstraram que, no âmbito da procura por informação sobre estas instituições, existe uma clara preferência pela utilização dos motores de busca da *Google* e dos *Websites* de Museus. Contudo, foi possível determinar nas respostas dos inquiridos que estes identificam nas redes sociais, nomeadamente no *Facebook*, *Instagram* e *Youtube*, as plataformas onde se sentem mais propensos a ser influenciados a visitar um museu.

Ao analisar a relação entre a questão (9) Quando procura interagir e participar nas atividades do museu, privilegia o espaço físico ou o espaço virtual/digital dos museus? e a questão (4) sobre a faixa etária dos visitantes inquiridos, foi possível determinar que contrariamente ao que previam as hipóteses de partida, são os visitantes de idades mais avançadas que, comparativamente com as restantes, valorizam mais a dimensão híbrida (física e digital) dos museus. Ao passo que as gerações mais jovens valorizam mais a dimensão física destas instituições.

5 As aspas servem para salientar a ambiguidade do termo “pós” quando falamos numa crise desta natureza, sendo fácil estabelecer um antes, mas difícil estabelecer um depois.

Tabela 2. Tabela com resultados do cruzamento entre as questões (9) e (4). Dados referentes à amostra recolhida em cada um dos sete Museus Nacionais.

Museu Nacional do Azulejo		Faixa Etária						Total
		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 +	
P. 9 - Quando procura interagir e participar nas atividades do Museu, privilegia o espaço físico, digital ou ambos?	Físico	37	44	21	24	20	16	162
	Digital	2	2	1	1	2	1	9
	Ambos	1	3	3	9	6	4	26
Total		40	49	25	34	28	21	197

Museu Nacional do Azulejo		Faixa Etária						Total
		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 +	
P. 9 - Quando procura interagir e participar nas atividades do Museu, privilegia o espaço físico, digital ou ambos?	Físico	3	2	3	2	1	0	11
	Digital	0	0	0	0	0	0	
	Ambos	2	1	2	0	0	2	7
Total		5	3	5	2	1	2	18

Museu Nacional do Azulejo		Faixa Etária						Total
		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 +	
P. 9 - Quando procura interagir e participar nas atividades do Museu, privilegia o espaço físico, digital ou ambos?	Físico	38	45	31	27	22	4	167
	Digital	2	0	0	0	0	1	3
	Ambos	4	6	6	7	8	6	37
Total		44	51	37	34	30	11	207

Museu Nacional do Azulejo		Faixa Etária						Total
		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 +	
P. 9 - Quando procura interagir e participar nas atividades do Museu, privilegia o espaço físico, digital ou ambos?	Físico	7	13	5	4	5	4	38
	Digital	2	1	4	3	2	0	12
	Ambos	4	3	4	2	4	3	20
Total		13	17	13	9	11	7	70

Museu Nacional do Azulejo		Faixa Etária						Total
		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 +	
P. 9 - Quando procura interagir e participar nas atividades do Museu, privilegia o espaço físico, digital ou ambos?	Físico	11	5	10	7	12	14	59
	Digital	0	0	0	1	0	0	1
	Ambos	6	3	2	11	5	6	33
Total		17	8	12	19	17	20	93

Museu Nacional do Azulejo		Faixa Etária						Total
		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 +	
P. 9 - Quando procura interagir e participar nas atividades do Museu, privilegia o espaço físico, digital ou ambos?	Físico	22	12	20	21	15	12	102
	Digital	2	1	0	2	1	0	6
	Ambos	1	4	1	4	3	7	20
Total		25	17	21	27	19	19	128

Museu Nacional do Azulejo		Faixa Etária						Total
		15-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 +	
P. 9 - Quando procura interagir e participar nas atividades do Museu, privilegia o espaço físico, digital ou ambos?	Físico	15	12	13	11	5	7	63
	Digital	0	0	0	2	0	0	2
	Ambos	9	5	5	2	6	1	28
Total		24	17	18	15	11	8	93

Na Tabela 2 é possível ver os resultados obtidos neste âmbito, a partir das amostras recolhidas nos diversos Museus Nacionais participantes (sendo que a métrica apresentada é o número de respostas). No caso do Museu Nacional de Arqueologia, por exemplo, os dados que concernem ao cruzamento entre as questões supramencionadas revelam que, na análise aos resultados por faixa etária que, as gerações dos 15-24, 25-34 e 35-44 são as que apresentam uma maior discrepância entre os valores dos visitantes que preferem o formato físico e os que preferem o formato digital ou híbrido. Contudo, e à semelhança do que encontramos nos dados recolhidos nos outros Museus, a faixa etária dos 65 ou mais anos, apesar de apresentar um número de visitantes inferior comparativamente aos restantes segmentos etários, apresenta dentro do seu segmento uma menor discrepância de preferências face ao formato de interação com os museus. Neste caso concreto, constata-se que mais visitantes desta faixa etária afirmaram preferir uma interação em formato híbrido (6), ao passo que um número ligeiramente inferior de visitantes (4) assume preferir a interação exclusiva no ambiente físico dos museus. Outro exemplo, apesar de se reconhecer o número reduzido da amostra, é o caso do Museu Nacional de Etnologia, onde o nível de preferência por uma interação com os museus através de um formato híbrido na faixa etária dos 65 ou mais anos chega mesmo a ser total face as restantes opções.

Em suma, a análise ao cruzamento entre estas questões permite identificar na interação com os museus através do seu formato físico a principal preferência dos visitantes, seguida de uma preferência pela interação num formato híbrido (físico-digital). A indicação de uma preferência pela interação exclusivamente digital com os museus acaba por encontrar uma fraca adesão nos dados recolhidos por este estudo.

No que concerne às respostas à única questão de natureza qualitativa – qual a principal motivação para visitar um museu? E para não visitar? – encontramos da parte dos visitantes uma reflexão pessoal face à sua experiência de visita a um museu. Se, por um lado, encontramos alguma relutância na resposta à questão que procura

compreender as motivações que possam demover as pessoas da opção de visitar um museu, por outro lado encontramos uma interessante diversidade nos motivos considerados positivos para concretizar essa ação.

Dentro das motivações positivas encontramos, se quisermos, tendências ou linhas de interesse. Isto é, na maioria dos casos encontramos associadas à motivação para visitar um museu, questões ligadas à aquisição de conhecimento, nomeadamente, versadas nos conceitos de “conhecimento”, “interesse”, “aprendizagem”, “história”, “cultura”, etc. (ver figuras 4 e 5). Contudo, são facilmente identificáveis outras linhas de motivação e interesse, essencialmente ligadas às coleções do museu, à prática de turismo ou contexto de viagem, à atividade profissional do visitante, ao contexto social de visita (ex. tempo em família), mas também à experiência de momentos de lazer e de bem-estar.



Figura 4. “Nuvem de palavras” referente às motivações para visitar um museu segundo os visitantes do Museu Nacional de Arqueologia. Via *Wordcloud*



Figura 5. “Nuvem de palavras” referente às motivações para visitar um museu segundo os visitantes do Museu Nacional do Azulejo. Via Wordcloud

Do ponto de vista das motivações negativas, os visitantes inquiridos apontaram razões transversais aos vários museus como o preço do bilhete ou longas filas e tempos de espera, assim como razões associadas à experiência específica de visita a determinado museu como a acessibilidade por exemplo, e também razões consideradas pessoais como a falta de tempo ou de interesse.

Nota conclusiva

Como mencionado, de um modo geral os resultados deste estudo não se distanciam do conhecimento já existente sobre o perfil sociodemográfico dos públicos de museus. Algumas tendências observadas neste estudo, face às preferências dos visitantes na utilização de plataformas digitais, como os motores de busca e as redes sociais, podem ajudar estes museus a enquadrar o seu planeamento estratégico digital. Contudo, atendendo à questão que relaciona a preferência da experiência do museu nos seus diversos formatos (físico, digital, híbrido) e a sua relação com a faixa

etária dos visitantes, destaca-se que estes resultados poderão, em parte, evidenciar a fragilidade da hipótese de partida levantada por esta investigação que prevê uma maior propensão das gerações mais jovens para valorizar a dimensão digital dos museus. Ainda assim, considera-se que estes resultados poderão introduzir nesta investigação um novo questionamento:

– E se as gerações mais jovens não arriscam dizer que valorizam a dimensão digital dos museus por sentirem que estas instituições não falam a sua “linguagem digital”?

Neste quadro, do ponto de vista da análise à natureza comunicativa destas instituições, torna-se essencial procurar compreender de que forma os museus reproduzem, ou não, os seus métodos de comunicação tradicionais nas plataformas digitais ou, por outra parte, se reinventam e adaptam as suas práticas aos critérios de participação e interação destas ferramentas.

Deste modo, algumas das questões de seguida discriminadas servem de mote a uma reflexão futura:

- Para quem comunicam os Museus Nacionais nas suas redes sociais?
- Que segmentos etários se encontram mais, e menos, representados no universo estatístico das redes sociais destes museus?
- Que tipo de comunicação/mediação e conteúdo digital valorizam as gerações mais jovens?
- E, de que forma procuram os museus conectar-se com as gerações mais jovens através da sua presença digital? Quais são os casos de sucesso? Qual a definição de “sucesso” nestes casos? Que consequências encontramos desse “sucesso”?

Pese embora estes dados resultem de uma fase inicial de uma investigação, à data da redação deste artigo ainda em curso, algumas considerações podem contribuir para a reflexão sobre o uso das tecnologias digitais na sua relação com os museus. Sabendo que os museus, enquanto instituições sociais, desenvolvem no seu serviço à sociedade uma conceção de *raison d'être*, a resposta às características do mundo que os rodeia torna-se imperativa. E se, cada vez mais, encontramos um cenário sociocultural marcado por

dinâmicas transnacionais, partilhadas, onde persiste uma permanente “requisição da experiência pela tecnologia” (Gil, 2002, p.21), o digital torna-se numa das linhas de ação centrais para os museus.

Em suma, considera-se a dissociação entre as tecnologias digitais e a função social dos museus uma imprecisão. Neste contexto, considera-se que a crise pandémica veio reforçar a pertinência do pensamento crítico em torno do (des)enquadramento dos paradigmas tradicionais de comunicação destas instituições, bem como a necessidade de articulação com as novas tecnologias. Simultaneamente, veio sublinhar a importância dos estudos científicos sobre o digital enquanto ferramenta de acessibilidade e sustentabilidade para os museus.

Referências bibliográficas

- Amaral, L. (2022). *The Social Function of Museums in the Digital Age. A case study on the influence of digital media on the social dimension of National Museums in Portugal*. In Testón, A. M. & Ramos, B. G. (eds.). CIMED 22 – II Congreso Internacional de Museos y Estrategias Digitales. Valência: Universitat Politècnica de València. Disponível em: <http://ocs.editorial.upv.es/index.php/CIMED/Cimed22/sched-Conf/presentations>
- Camacho, C. (coord.) (2020). *Grupo de Projeto Museus no Futuro, Relatório final*. Disponível em: <https://institutedehistoriadaarte.wordpress.com/2020/11/17/grupo-de-projeto-museus-no-futuro-relatorio-final/>
- Duarte, A. (1998). *O Museu como Lugar de Representação do Outro*. In Antropológicas, nº2. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/issue/view/91>
- Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. Rio de Janeiro: Revista Eletrónica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Património – PPG-PMUS Unirio |MAST, vol. 6 no. 1 pp. 99-117. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/248>
- Gil, J. (2002). *Ligações inconscientes*. In Miranda, J. A. B. de & Cruz, M. T. (Org.). *Crítica das Ligações na Era da Técnica*. Lisboa: Tropismos pp. 21-30.
- Neves, J. (2016). Resultados Globais, Estudo de Públicos dos Museus Nacionais [Folheto]. Lisboa: DGPC. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/estudos-de-publicos/>
- Neves, J. (2020). *O Estudo dos Públicos nos Museus Nacionais: Enquadramento e Metodologia*. In Todas as Artes. Porto: Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura, Vol 3, nº. 1 pp. 23-32
- Rodriguez - Ortega, N. (2018). *Desarrollos digitales de la Historia del Arte: implicaciones epistémicas, críticas y metodológicas*. In Humanidades digitales: edición, literatura y arte. Bonilla Artigas Editores y Red de Humanidades Digitales. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326399129_Desarrollos_digitales_de_la_Historia_del_Arte_implicaciones_epistemicas_criticas_y_metodologicas/related

Leonor Amaral. Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora colaboradora no CITCEM-FLUP. Licenciada em História da Arte e mestre em Museologia pela Universidade do Porto. Em 2021 recebe uma Menção Honrosa dos Prémios APOM pela sua dissertação de mestrado. Desde 2021 desenvolve investigação de doutoramento na área dos Estudos do Património enquanto bolseira da FCT.
E-mail: leonordamaral@gmail.com
ORCID-0000-0003-1913-532X

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 31 de maio. Aprovado para publicação a 24 de junho de 2023.



OFICINAS BIOGRÁFICAS COM ESTUDANTES E INVESTIGADORES: UM MÉTODO PARTICIPATIVO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO

Elsa Lechner
Universidade de Coimbra

Resumo

O texto apresenta brevemente os princípios, dinâmica e protocolo das oficinas biográficas sublinhando as competências do método nos domínios da investigação, formação e potencial ação cívica. Cita excertos de testemunhos autorizados por participantes das duas oficinas realizadas no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto em outubro de 2022, ilustrativos dos efeitos decorrentes da experiência de participação nesses dois grupos de trabalho. Situamos a pertinência do método num campo interdisciplinar, filiado à sociologia qualitativa, à antropologia norte-americana, e à corrente das histórias de vida em formação, nas quais a autora se formou. Este enquadramento em diálogo com as reflexões dos/as oficinairos/as permite analisar, em específico, o contributo das oficinas biográficas para a vivência das dimensões coletivas do trabalho biográfico e os efeitos da escrita autobiográfica e do grupo. Consequentemente, permite também identificar mecanismos de facilitação de sentimentos de pertença num contexto académico e científico marcado pela precariedade laboral. O artigo ilustra a coerência teórico-prática que este método potencia no âmbito do ensino e exercício das ciências sociais e humanidades interessadas nos sujeitos e linguagens.

Palavras chave: Métodos biográficos. Pesquisa participativa. Formação.

BIOGRAPHICAL WORKSHOPS WITH GRADUATE STUDENTS AND RESEARCHERS: A METHOD THAT BUILDS COMMUNITY

Elsa Lechner
Universidade de Coimbra

Abstract

The text briefly presents the principles, dynamics and protocol of the biographical workshops, highlighting the potential of the method in the fields of research, training and potentially for civic action. It quotes excerpts from testimonies authorized by participants of the two workshops held at the Institute of Sociology at Porto University in October 2022 illustrating the effects resulting from the experience of participating in these two working groups. We place the pertinence of the method in an interdisciplinary field, affiliated with qualitative sociology, North American anthropology, and the stream of life stories in education, in which the author was trained. This framework in dialogue with the reflections of the participants makes it possible to specifically analyze the experience in group of the collective dimensions of biographical work. Consequently, it also enables the identification of the mechanisms facilitating a sense of belonging in academic and scientific contexts marked by precariousness. The article illustrates the theoretical-practical coherence of this method enhances for training and exercise within the social sciences and humanities.

Keywords: Biographical Methods. Participatory Research. Group Training.

Introdução

O presente texto resulta das atividades ministradas no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em outubro de 2022 como investigadora visitante, dedicadas à pesquisa biográfica em ciências sociais. Regista por escrito o processo e efeitos partilhados desse trabalho, evidenciando em particular a prática das duas oficinas biográficas – uma oficina de projeto e uma oficina de carreira –, de acordo com os testemunhos produzidos pelos/as participantes. Com base na já longa experiência de dinamização de oficinas biográficas temáticas (desde 2011), e nas reflexões dos/as oficinairos/as (sem anonimato, por escolha própria), são aqui brevemente apresentados: o protocolo, objetivos, e resultados das referidas oficinas.

Após uma aula aberta que percorreu as origens, heranças teóricas e correntes da investigação sociológica e antropológica com e sobre materiais biográficos, realizámos duas oficinas que contaram com a inscrição de estudantes e investigadores/as de várias gerações, nacionalidades, diferentes disciplinas e graus académicos, interessados/as em conhecer e praticar especificamente o método grupal, em resposta aos anúncios publicados pelo IS. Este tem sido por nós desenvolvido em vários contextos¹ e tem utilidade reconhecida na prática de investigação e formação. De modo geral, como identificaram autores das correntes que nos norteiam (Thomas & Znaniecki 1996 [1918-1920]; Pineau 1996; Denzin, 2009), a pesquisa biográfica tem ainda relevantes impactos sociais, de ação cívica, podendo ajudar a rever, por exemplo, políticas públicas em várias áreas, currículos escolares, regras de convivência, organização comunitária.

No pequeno espaço de escrita disponível para este artigo, o objetivo é apresentar brevemente

os princípios e processo deste trabalho em grupo, sublinhando a dimensão coletiva das narrativas biográficas e sua pertinência na formação em contexto universitário. Citaremos alguns comentários redigidos pelos/as participantes em reflexões redigidas posteriormente sobre a experiência de participação nas oficinas e sobre o método, para analisar os impactos da escrita, da partilha e do trabalho em grupo propiciados pelo método.

O método das oficinas biográficas: brevíssima apresentação.

O termo ‘oficinas biográficas’ é uma tradução literal da expressão francesa ‘ateliers biographiques’, utilizada pelas professoras Jeanne-Marie Rugira e Marie-Christine Josso com quem nos formámos nestes métodos participativos, no início dos anos 2000 (Josso, 2003; Rugira, 2004). Com percursos interdisciplinares entre as ciências sociais, a educação e a psicologia social, tanto Josso como Rugira desenvolveram instrumentos de trabalho com grupos, assentes na produção e partilha de narrativas biográficas. Josso dedicou-se sobretudo às narrativas em contextos de formação ao longo da vida e de educação de adultos, fazendo parte da pioneira Escola de Genebra. A segunda, trabalha na área da investigação-formação através da oralidade, de práticas dialógicas e abordagens biográficas, no Québec. Os ateliers ou oficinas são, pois, métodos utilizados em campos interdisciplinares, interessados na democratização do conhecimento, na troca de saberes, e na validação das competências num sentido lato (não apenas na formação).

O funcionamento grupal das oficinas concretiza uma coerência teórico-prática do trabalho biográfico, uma vez que qualquer experiência ou expressão humana tem um carácter simultaneamente plural e singular, coletivo e individual (Ferrarotti, 1981). É, por essa razão, que encontramos nas ciências sociais as grelhas mais completas e mais adequadas para compreender a ‘praxis sintética’ contida nos materiais relativos a histórias de vida e experiências biográficas, que não se limitam nunca a expressões meramente individuais ou psicológicas, nem são isoladas dos contextos

¹ Projetos de investigação junto de populações migrantes financiados pela FCT (PTDC/CS-ANT/111721/2009, Comissão Fulbright (13-073/2013), Gulbenkian (PDLCP 065/209467/2018); Oficinas de Formação Experiencial online (2020/21/22), e atividades de extensão www.ces-vaiaescola.com desde 2015 (“Nós e os Outros: oficinas de alteridade e diferença”).

culturais e históricos em que surgem e se expressam (mesmo se em silêncios e sombras).

Nos seus efeitos específicos, como nota Valeska Fortes de Oliveira (2011), o grupo potencia os ‘sistemas humanos’, num sentido antropológico; faz engrenar o devir, e soluções inesperadas para problemas comuns aos seus membros. No grupo criam-se sentimentos de identificação, de solidariedade e de empatia que são muitas vezes ausentes dos quotidianos velozes das sociedades complexas, atomizadas e competitivas em que vivemos. Nos grupos de trabalho biográfico, tais aspetos antropológicos são também potenciados pelo formato das oficinas que assenta na circularidade (sentamo-nos numa roda), horizontalidade (comunicação livre e não hierarquizada), posicionalidade (cada participante tem uma perspetiva única e experiência singular sobre o tema em pauta), e equidistância no círculo e face ao tema central (simbolismo de igualdade situacional) entre os participantes. A metáfora da *Arbre à Palabres* (Leray e Hamey-Warou, 2014), ilustra esta feição do trabalho biográfico em grupo, em que participantes voluntários interessados em desdobrar um tema social das suas vidas, se juntam (mesmo sem se conhecerem à partida) para produzirem e partilharem narrativas de experiência. O formato circular e horizontal ajuda a aplicar o protocolo que julgamos mais adequado para a dinâmica deste trabalho que apelidamos de dinâmica das ‘ressonâncias’ (Lechner, 2012; 2023). E o modo participativo de partilha das diferentes posicionalidades entre oficinheiros.as, contribui para uma escuta respeitosa e sensível (René Barbier, 2019), apesar do caráter agonístico da linguagem e comunicação humanas (Lecerle, 1996). Trata-se, como sublinham Christian Leray e Fatimata Hamey-Warou no livro citado (2014), de um círculo de solidariedade que potencia laços, coesão social e participação cívica. Neste sentido, as oficinas biográficas funcionam como verdadeiros fóruns de cidadania, vocação primeira, aliás, das *arbres à palabres* originais que inspiram o formato e conceito das oficinas (“um parlamento invisível”, “rodas de desenvolvimento da participação na comunidade e da cidadania ativa” <https://youtu.be/2Db5z8dAf00>). No contexto que aqui nos ocupa, este fórum assenta num círculo de relatos de experiência produzidos

com o intuito de pensar em conjunto o presente e o futuro dos temas das rodas (as oficinas são temáticas), depois da identificação dos aspetos comuns a cada relato/experiência face ao tema tratado. Após cada relato, seguem-se as ressonâncias dos narratários.as, fechando-se cada conjunto de leitura+ecos com uma resposta do.a narrador.a ao grupo de narratários. Este protocolo permite fazer a experiência comunitária, grupal, da partilha dos relatos, através de uma escuta atenta que respeita a vivência de cada narrador. A facilitadora da oficina permanece numa posição de ‘orquestradora’ dos tempos de leitura, de fala e ressonâncias, fazendo comentários para sublinhar aspetos relevantes do método colocados em evidência por exemplos concretos surgidos em cada roda. O seu papel é o de maestrina do coro de vozes no grupo para cumprir a pauta da roda.

As oficinas de “Projeto” e de “Carreira” na FLUP

As oficinas foram divulgadas com o objetivo de propiciar a estudantes e investigadores a experiência deste método biográfico-participativo em sessões de três horas cada uma (a nossa experiência reitera esse tempo para um grupo de seis participantes). Foram dadas indicações claras quanto aos temas ‘projeto’ e ‘carreira’ e pedido que quem se inscrevesse levasse uma página autobiográfica sobre a sua forma de viver, no presente, o seu projeto de investigação (necessidades sentidas, inquietações, estado do projeto – primeira oficina), ou a sua carreira (diagnóstico atual da situação de carreira – na segunda oficina).

As oficinas contaram, respetivamente, com quatro estudantes de pós-graduação (uma mestranda e três doutorandas), e seis investigadores (dois professores universitários, e quatro investigadoras em doutoramento), a quem se juntaram duas outras profissionais (uma fotógrafa e uma escritora), em busca de novos conhecimentos e experiências. Esta diferença do número de inscrições entre os dois temas propostos fez com que o primeiro grupo tenha tido mais tempo e o segundo não tenha podido fazer um balanço final. Cada participante escreveu previamente o texto autobiográfico

solicitado sobre o tema em pauta, que leu no grupo, em roda, recebendo de seguida as ressonâncias dos/as narratários/as. Este funcionamento replica-se para cada narrador/a, sendo assim cada narração *nutrida* pela escuta e palavras dos/as narratários/as. Com efeito, é o movimento espiralado destas trocas dialógicas que esculpe o tema da oficina evidenciando-o como objeto coletivo de análise produzido no e pelo grupo. Um efeito sistémico do grupo sublinha – apesar de todas as diferenças entre participantes-, os aspetos comuns das suas vivências sobre o tema da oficina. Tal efeito aparentemente banal ou aparentemente superficial é, na verdade, muito edificante para os sujeitos, ajudando a treinar a escuta, a empatia, o silêncio, que são verdadeiros instrumentos de trabalho para quem faz investigação nas ciências sociais.

Após cada oficina, solicitámos a escrita de uma reflexão sobre a respetiva experiência. A maior parte dos/as participantes enviou o seu testemunho uma semana depois do encontro, uma das participantes não o fez (sem justificação), e outra enviou meses depois um texto muito refletido (alegando falta de tempo na sua vida corrida). Não podendo aqui transcrever grandes excertos destas reflexões, passamos a analisar algumas pequenas citações, com a autorização dos/as autores/as devidamente identificados. Focaremos apenas três aspetos principais nesta análise: a escrita autobiográfica, a partilha dos textos no grupo, o efeito do grupo no tratamento dos temas. Outros aspetos muito interessantes mereceriam um exame que não encontra lugar no espaço deste texto.

A escrita auto-biográfica

O exercício de escrita autobiográfica solicitado a quem participa numa oficina assenta no pressuposto teórico – bem estudado e analisado pela corrente das histórias de vida em formação supracitada-, da construção refletida de sentido. Como afirma um dos representantes fundadores desta escola “Cada vez que um sujeito de palavra emerge no campo da linguagem [através de uma narrativa], produz-se um efeito que apelidamos de “efeito-sujeito”, quer dizer, um efeito de produção do

próprio sujeito que se narra.” (Villers, 1996, p.114). Neste sentido, cada participante parte para cada oficina já em posse de uma reflexão autobiográfica e dos efeitos da escrita de si (Ricoeur, 1983), a saber, identificação e nomeação de contornos identitários, projeção no futuro, inscrição da experiência privada numa historicidade, identificação de contextos sociais e culturais. É conhecida a importância da escrita na história do mundo (Havelock, 1988), bem como o poder da tradição escrita (Goody, 2000). Nessa história construtora de civilizações, a escrita de si ocupa lugares diferentes em culturas diversas e está diretamente relacionada com a questão da classe social/acesso à educação formal e meios culturais (Goulemot, 1990, p. 390). O acesso à escrita como competência formativa e capital simbólico terá, assim, uma relação direta com as culturas da escrita autobiográfica. Ou seja, a razão de ser de uma maior tradição diarística e de escritas de si em certas culturas estará justamente na respetiva história mais longa de literacia, enquanto que nos países com maior número de analfabetos até datas mais recentes, tal tradição não existe ou é irrisória, limitando-se a escassos exemplos. Estes são, pelas mesmas razões, mais comuns entre as classes altas, mas também há exceções, como o conhecido caso de Carolina Maria de Jesus no Brasil, autora do livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (1960).

As narrativas de si são uma oportunidade de interação autoformativa entre uma pessoa e o mundo, permitindo ainda fazer a experiência da apropriação subjetiva dessa aprendizagem e consequente empoderamento: um saber-poder sobre si e as circunstâncias, podemos dizer. Segundo Gaston Pineau e Marie Michèle (1983), a autoformação nasceu nos anos 1970/80, num contexto de abertura institucional da educação, preocupada em reconhecer a multidimensionalidade da formação. Foram reconhecidos três polos (auto, eco, organização) que passaram a integrar currículos formais e informais associados à ideia de co-participação e de co-responsabilidade (Morin, 1980). Hoje, tal como diagnosticou recentemente Pineau (2019), a autoformação já não é uma ‘revolução formativa escondida’ (p. 196): “Os últimos trinta anos de investigações/ações/formações testemunham que ela

não se reduz a um mecanismo ideológico moderno de subjugação ao efeito de apelo do sujeito. Este apelo pode dessubjugar, libertando um ambiente organizacional invisível, uma força reflexiva e dialógica de formação/transformação, acrescentemos *hologramática* com Morin.” (Pineau, 2019, p. 196, nossa tradução). Pineau pergunta, logo de seguida, o que será este “Si” (“soi”, em francês, diferente de “moi” (“eu”, em português) em ação nos exercícios pessoais refletidos e autoformativos. Revisita, para tal, autores da filosofia, místicos, psicanalistas, pioneiros do interacionismo simbólico que entendem o “si” num sentido antropológico “como um movimento de interiorização das interações” (Mead [1934] apud Pineau, 2019, p. 197). E conclui vendo neste terreiro antropofornativo um movimento de democratização e de apropriação do poder pessoal e universal de formação de maneira a, entre outros, tentar transformar as relações de trocas sociais e usos materiais em relações de sábios (“en rapports de sages”).” (p.197).

Nos testemunhos que recebemos, este efeito é descrito de diferentes formas. Encontramos definições da experiência de devir, por exemplo, em substantivos como “viagem”, ou nos verbos “navegar” (Joana Freitas), “compreender” (Letícia Simões), “aprofundar a minha reflexão” ou [propiciar que] “as ideias soltas e dispersas que por vezes constituíam o meu pensamento adquiriram uma forma concreta” (Liliana Alves). Letícia Simões desenvolve numa frase esse efeito: “De minha parte, apenas o exercício de escrever sobre os rumos da minha atual pesquisa de doutoramento já serviu enquanto um organizador de intenções. Mais do que estruturas, sumários ou esqueletos de tese, o exercício disparador da oficina funcionou como exercício agricultor da investigação, ao separar o que é semente (potência), em qual solo isso poderia ser germinado e quais os obstáculos para que floresça.”

Outro testemunho fala da escrita autobiográfica como uma oportunidade de “amadurecer a reflexão” e “Senti[r] particularmente a possibilidade de pensar na minha narrativa como um mapa, com as devidas paragens que tive de fazer. (...) hoje, consigo olhar e perceber que a escrita deste texto me ajudou a redigir o bilhete de partida.” (Raquel

Melo). No mesmo sentido, Valmor Scott Jr. considera que o exercício “ensejou reflexões para além de obviedades”, e Joana Cruz engloba a escrita num exercício mais vasto, concluindo, “Relembrados/as dos sonhos que nos faltam cumprir, urge entender o todo e o campo da luta, dobrar as mangas, alinhar as prioridades: e ser, criando!”. Encontramos, portanto, o sentido da reflexão aprofundada nos testemunhos que se referem a este exercício, bem como o efeito de empoderamento. Uma reflexão e efeitos que abrem caminho para novas compreensões, descobertas, ações e criações dos/as participantes.

A partilha de narrativas

No que diz respeito às partilhas dos textos e dos comentários de quem escuta as respetivas leituras, todas as reflexões escritas após as oficinas se referem a essa experiência em específico, o que não aconteceu no caso do subtema do exercício de escrita. Joana Freitas apelidou mesmo as oficinas biográficas de “viagens acompanhadas”, vendo uma dimensão caracteristicamente humana neste acompanhamento, uma sabedoria partilhada e um efeito de crescimento e aprimoramento do seu projeto de mestrado: “As oficinas biográficas permitiram-me todas estas viagens interiores, que foram sabiamente acompanhadas por mais questionamentos de quem me rodeava, esse ressoar que as minhas partilhas tiveram nos outros participantes.... Que por sua vez ressoaram em mim (...). Não se podem evitar na nossa condição de humanos. Cresci! (...) foi MUITO importante este momento no meu caminho académico, sendo que é inegável o impacto que está já a ter na forma como estou a perspetivar a minha prossecução de estudos. (...) Que grupo maravilhoso! Que partilhas transformadoras! MESTRADO CONCLUÍDO!”. Letícia Simões, por sua vez, também afirma um efeito sobre o projeto de tese: “A experiência da roda em torno da pesquisa teve um impacto muito imediato em mim: foi possível, de um dia para o outro, enxergar de forma mais cristalina os caminhos para a tese (...), bem como me munir dos argumentos para as vindouras críticas e

discussões acerca da minha investigação. Foi uma experiência de empoderamento, mas também de sofisticação da escuta, onde foi possível tecer uma rede verbal de possibilidades através da partilha dos relatos.” Esta participante sublinha a questão da escuta e de um sentimento de empoderamento que a partilha propicia, identificando ainda a dimensão coletiva das questões individuais abordadas: “A roda proposta pela professora Elsa Lechner foi muito importante para compreender que ambos os meus problemas não são solitários nem endêmicos ao meu projeto; mas, antes, são estruturais de como a instituição académica está organizada e, de certa forma, estagnada diante de uma mudança de perspetiva acerca da relação teórica entre indivíduos e suas subjetividades. A experiência de uma pessoa não se trata de mera “opinião”, mas de uma vivência específica diante de um tema comum, em seu contexto político, econômico, de gênero e de raça.” Letícia faz, por fim, uma conclusão em forma de pergunta sobre a natureza deste trabalho em roda: “Como isto não pode ser interdisciplinar, subjetivo e necessário?”. Liliana Alves considera que a partilha permite a empatia num exercício conjunto de análise: “Esta experiência interrogativa e intimista que vivenciei proporcionou-me, assim, a oportunidade de me colocar no lugar de tantas pessoas (...). Registrar em papel as minhas ideias e inquietações, ouvir a minha voz e o eco das palavras ditas no pensamento e análises generosamente devolvidas por quem me rodeava foi um trabalho pertinente, de índole (auto)biográfica, construtiva e crítica, que me incentivou a manter o meu foco (...).” Por outro lado, Raquel Melo enfatiza a vontade de escutar os/as outros/as, e o clima de confiança e acolhimento da roda: “O momento da partilha, em que a ânsia na leitura é grande, talvez, porque a minha ânsia de escutar as ressonâncias que ela causa, é ainda maior. O momento é libertador e sente-se que o medo que há cinco minutos podia existir, desaparece. Pelo conforto, confiança e grupo que se cria. Em tão pouco tempo queremos ficar ali, horas, sem contar o tempo que passa e sem medo da partilha.” Numa outra perspetiva, José Ribeiro foca a sua atenção no tipo de partilhas diferentes: “A experiência da roda foi interessante

em múltiplos aspetos: a narrativa emocionada de alguns participantes, as narrativas mais racionais, as narrativas mais espontâneas e até os estereótipos de carreira que todos nos reportamos em nossas conversas informais. Os comentários abriram campos em que senti que isto não poderia ter acabado ali. (...). Senti que foi um raro e estimulante encontro entre gerações em torno de uma experiência relevante na vida de todos – a carreira.” A mesma diversidade é mencionada por Joana Cruz, mas encontrando os pontos de contato e as aproximações na diferença: “No meu coração, ficou um registo nítido de um encontro (poderei chamá-lo intergeracional, interprofissional, interdisciplinar) que abraçou pessoas muito diferentes (...). Viam o mundo juntando o lado racional ao sensível, o afetivo ao estratégico, materializando o dom de ver o mundo [...] A necessidade de ter o corpo todo a ouvir, juntando a mente ao coração, a dor ao amor, a alma à razão, e expressando, depois, todo o sentir-pensar em palavras, ditas com carinho e muita generosidade. Muito diferentes foram as narrativas que ali ouvimos e, no entanto, parecia que alguns pontos nos uniam (...)”. De igual modo, Valmor Scott Jr. fala dos pontos de encontro na partilha, considerando ainda que o espaço da oficina foi um lugar de ‘recetividade’ e de ‘acolhimento’: “... de modo dialógico fizeram emergir certezas, dúvidas e aprendizados sobre a trajetória de carreira, sendo apresentadas convergências e divergências”. A este propósito, a reflexão de Cecília Monção sublinha o formato circular da comunicação e partilha, colocando em evidência a ligação entre formato e efeitos das oficinas: “As cadeiras dispostas em proximidade q.b., constituiu uma mais-valia para todos e todas, concluo, pelas glosas de cada participante no término de cada ronda de comentários à sua exposição/leitura. Comentários estes privilegiando as ressonâncias sentidas numa postura de escuta respeitosa, fator primordial de cumprimento do protocolo exposto previamente, e cumprido. Este trabalho de grupo qualitativo evidenciou as condições para que a ação inicial de formação, ou seja, a exposição biográfica individual, produza efeitos de transformação e de ação cívica.”

Efeitos do trabalho de grupo sobre os temas

Por fim, a questão dos efeitos do trabalho de grupo no tratamento dos temas abordados foi sublinhada em todos os testemunhos. Joana Freitas referiu o efeito de “acompanhamento”, Raquel Melo os “Efeitos além do círculo”, dizendo que “As ressonâncias desta oficina biográfica reverberam além do próprio momento”, concluindo que “Esse, no meu entendimento, é o aspeto transformador desta oficina.” Liliana Alves focou o efeito de aprofundamento da compreensão e concretização dessa compreensão do tema em pauta pelo trabalho em grupo, Letícia Simões sublinhou a consequência quase imediata no re-perspectivar o seu tema de investigação, e José Ribeiro manifestou vontade de continuar a roda após o tempo da oficina: “Uma terceira volta poderia dar campo a uma reflexão sobre o que foi dito – análise e sistematização da informação. Fiquei com vontade de continuar a roda de conversa. (...)”. No mesmo sentido, Joana Cruz quis continuar com uma sensação de esperança: “...foi uma das coisas mais palpáveis que me acompanhou nos dias que se seguiram àquela sessão: a de me centrar no que me é verdadeiramente importante, e saber que sim, valerá a pena. Ali, naquela tarde, houve o espaço e o tempo para sentir o poder, o nosso poder de transformar. “Sendo o contexto tão adverso ainda é mais importante saber o que me move”, dizia-nos Lechner. E essa foi a pergunta que esteve inerente a todo o processo: o que nos move? Como reconhecer o que nos move para o podermos abraçar e tomar essa direção? Ali era o espaço para o recuperar e recordar, com a ajuda e testemunho de outras pessoas no processo, numa verdadeira troca. Ali ninguém só deu ou só recebeu, porque o próprio método, a sua simplicidade e linearidade, leva a uma ordem afetiva e democrática, geradora de sentido e de sentir. (...). Este foi um encontro-clamor por forças maiores, que nos possam sustar nesta procura pelo ser que fomos chamados a ser/cumprir, na humildade de saber que é preciso paciência e persistência para cozer as linhas que se tecem numa estrutura social que pouco cede, e redescobrir o nosso poder. (...) Ali, naquela tarde, houve o espaço e o tempo para sentir o poder, o nosso poder de transformar.” Estas

considerações parecem-nos potentes, mostrando que há participantes que sentem o efeito de empoderamento da experiência das oficinas e de solidariedade. O testemunho de Raquel Melo fala mesmo em “Afetos, subjetividade e círculo”, dizendo: “[...] Criamos círculo, seguido de um vazio, de um silêncio necessário que se compõe à chegada de cada um, de olhares curiosos, de silêncios iniciais, de perguntas que se levam, que se trazem, que se criam. Devemos estar prontos a questionar(-nos). [...] No círculo, deu-se um encontro profundo e a certeza de que o conhecimento se adquire através das pessoas e oportunidades que encontramos ao longo do nosso percurso, e é por isso que, partindo das características do contexto e das pessoas, conseguimos sempre criar e desenvolver novas dinâmicas que se refletem em melhorias nas nossas vidas, tanto a nível individual como coletivo. Não foi a primeira vez que me encontrava num destes círculos desafiados, mediados e facilitados pela professora Elsa Lechner, mas fisicamente, após estes anos de contingência que nos desafiava aos modelos online, sim. É claro, não é a mesma coisa ouvir falar, ler sobre e fazer a experiência, nem tão pouco perceber o impacto e poder que o momento em si tem. Por isso, é quase ingrato tentar descrevê-lo apenas na escrita a partir do momento que a oficina são “Rostos”, são “Vozes” e são “silêncios”, sons neste caso. [...] Lembrei-me, (...) Porque levamos tão pouco em consideração estes códigos e memórias nas nossas carreiras, e principalmente, na investigação? Se é esse mundo que nos interessa e nos é querido que “nutre” a nossas formações? A nossa vida, a nossa subjetividade. Da oficina levo a necessidade e importância de falarmos de afetos, de emoções, de humanos, de humanização na academia. É necessário falar de que não preciso de ter um currículo infindo, nem ficar preso a uma máquina do tempo porque a academia e os fundos necessários a ela, se confundem com uma produção em série. Esta oficina, que a professora Elsa CO-CONSTROI, permitiu encontrar-me, no fundo, nestes desencontros que cada um partilha. [...] Vi círculo, círculo, círculo e à medida que em grupo nos íamos formando enquanto tal, entre um tempo que parecia escasso para tamanha partilha, ia-me apercebendo como a academia precisa desses

círculos, de abrir o círculo. [...] Agradeço a todos e todas que compuseram esses círculos porque me permitiram mudar o rumo do meu pensamento, encontrar-me, ganhar confiança, transformar-me e sonhar. (...)”. Este balanço tão enriquecedor de Raquel, está resumido numa expressão sugerida por Valmor Scott Jr., “Um lugar de recetividade”, desenvolvendo depois a ideia de que “Num primeiro momento, a grande maioria [dos participantes] apontou resistências (...) no percurso académico/investigador, sendo recorrentes palavras como “sobrevivência” e “realização”, apresentadas com certa frustração pelo distanciamento entre ambos os aspetos, dentro de um padrão de normalização, historicamente construído, sobre a carreira. Contudo, também, foram relatados movimentos de busca por esta aproximação entre sobrevivência e realização profissional, de modo que cada trajetória é única e merece ser considerada em sua singularidade. [...]. A oficina permitiu “visitar” carreiras de outros oficineiros e aprender sobre carreira associada a paixão, equilíbrio, estratégias, tempo, de modo a superar resistências e encontrar lugares de recetividade, de acordo com nossa identidade profissional, construída ao longo da carreira (iniciantes, no mestrado e, veteranos, no doutoramento, professores e investigadores presentes), sendo que coletivamente, creio que todos os oficineiros revisitaram suas trajetórias, firmaram alguns caminhos e refletiram sobre suas escolhas profissionais e o modo de conduzir a carreira, sendo este, para mim, um grande aprendizado pessoal/profissional trazido pela Oficina”. Cecília Monção identificou nas narrativas individuais projetadas no grupo, os contextos históricos, políticos, sociais, entre outros, que condicionam ou inspiram. E conclui em modo muito generoso sobre os efeitos do trabalho sobre o tema: “[...] O que muda? Tudo. (...) Desta Oficina, germinam ideias e uma aprendizagem imensurável. O meu profundo e sentido agradecimento.”

Notas finais

Nesta brevíssima apresentação do método das oficinas seguida de excertos de testemunhos de participantes para analisar especificamente a experiência

da escrita autobiográfica, da partilha em grupo e os efeitos sobre os temas tratados, quisemos sublinhar as virtudes do trabalho biográfico grupal no contexto académico e científico. Fica clara a sua natureza interdisciplinar e múltipla utilidade como instrumento de investigação, de formação e de potencial ação cívica, com efeitos imediatos e à posteriori. Tais efeitos são particularmente relevantes hoje, e foram testemunhados pelos/as oficineiros/as como sendo necessários à formação académica, científica e cidadã, deixando vontade de fazer mais oficinas, desejo esse que muitas vezes é manifestado por participantes de outras oficinas, também.

Sendo as ciências sociais e as humanidades em geral vocacionadas para a análise e compreensão das experiências humanas, é de esperar que os instrumentos teóricos e metodológicos participativos sejam valorizados do ponto de vista metodológico, mas também teórico e epistemológico. A nossa já longa experiência nesta área mostra reiteradamente como, tanto o biográfico, como o trabalho narrativo em grupo, favorecem a pesquisa e a formação, podendo ser utilizados para agir diretamente na vida cidadã e comunitária. Ambos acrescentam aos percursos académicos e científicos, competências relacionais, de comunicação, de relação ao Outro e a si mesmo, absolutamente fundamentais se quisermos ser coerentes com valores de justiça social, de responsabilidade cívica, consciência biopolítica, de uma cultura da hospitalidade e da solidariedade, num mundo marcado por brutais conflitos, desigualdades estruturais e mesmo ameaças à sustentabilidade do planeta e à Humanidade. E precisamente porque o trabalho biográfico em grupo forma e transforma, ele adquire um potencial de ação cívica que está na origem do seu formato e princípio, como dito.

Falamos, sim, pois também de consciência, num sentido lato e coletivo (de sabedoria, como lhe chama Pineau e uma das oficineiras no seu testemunho), interessado em caminhar as palavras que proferimos sobre o fazer ciência, produzir conhecimento crítico, educar e formar para uma ciência com consciência, aquém e além dos estatutos e poderes instituídos. Tanto os programas curriculares das graduações como das pós-graduações em ciências sociais e educação em Portugal, na

verdade, carecem de conteúdos curriculares específicos aos estudos biográficos. Esperamos que este singelo texto ajude a colmatar essa falta e que contribua para o justo reconhecimento da especialidade por inteiro. Da mesma maneira, o próprio método das oficinas constitui um instrumento precioso de trabalho, tanto para a investigação como para a formação nestas áreas. A nossa experiência como facilitadora destes grupos de trabalho e como dinamizadora das rodas aplicando o nosso próprio protocolo adaptado, bem como os testemunhos destes(as) e de outros(as) oficinairos que refletiram posteriormente sobre a experiência das oficinas biográficas, apontam para isso mesmo: uma aplicação prática de um método participativo e humanizado que acolhe e reconhece cada experiência confiada ao grupo. Nestes contextos, cada participante vivencia e dá conta desses efeitos formadores, transformadores e de potencial ação cívica das oficinas.

Referências bibliográficas

- Barbier, R. (2019). "Écoute sensible". In C. Delory-Momberger (Ed.). *Vocabulaire des Histoires de Vie et de la Recherche Biographique*. Érès. Pp. 329-332.
- Denzin, N. (2009). *Qualitative Inquiry under Fire. Towards a New Paradigm Dialogue*. Routledge.
- Ferrarotti, F. (1981). "On the Autonomy of the Biographical Method". In Daniel Bertaux (Ed.). *Biography and Society. The Life History approach in the social sciences*. Sage.
- Goody, J. (2000). *The Power of the Written Tradition*. Smithsonian Institution Press.
- Goulemot, J.M. (1990). "As práticas literárias ou a publicidade do privado". In Philippe Ariès & Georges Duby (Eds.) *História da Vida Privada*, vol. 3, pp. 371-405.
- Havelock, E. (1988). *The Muse Learns to Write. Reflections on Orality and Literacy from Antiquity to the Present*. Yale University Press.
- Jesus, C.M. (1960) [2020]. *Quarto de Despejo. Diário de uma favelada*. VSEditor.
- Josso, MC. (2003). Seminário *Histórias de vida e narrativas biográficas*. Mestrado em Pedagogia Percetiva. Universidade Moderna de Lisboa.
- Lecerle, J.J. (1996). *La Violence du Langage*. PUF.
- Lechner, E. (2012). "Oficinas de trabalho biográfico: pesquisa, pedagogia e ecologia de saberes", *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 37, 1, 71-87.
- Lechner, E. (2023). Dimensões coletivas do trabalho biográfico como pesquisa-formação. Oficinas biográficas em foco. *Revista Linhas Críticas*, 29, e47346. <http://doi.org/10.26512/lc29202347346>.
- Leray, C. & Hamey-Warou F. (2014). *L'Arbre à Palabres et à Récits. De l'Afrique au Brésil en passant par la Bretagne*. L'Harmattan.
- Mead, G.H. (1934). *L'esprit, le soi et la société*. PUF.
- Morin, E. (1980). *La méthode 2. La vie de la vie*. Le Seuil.
- Oliveira, V. (2011). "Formação docente e dispositivo grupal: aprendizagens e significações imaginárias no espaço biográfico". *Educação*, vol. 34, núm. 2, maio-agosto, 2011, pp. 180-188, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Pineau, G. & Marie-Michèle. (1983). *Produire sa vie : autoformation et autobiographie*. Éditions Saint-Martin/Éditions Edilig.
- Pineau, G. (1996). "Les histoires de vie comme art formateur de l'existence". *Pratiques de formation*, 31, pp. 65-80.
- Pineau, G. (2019). « Autoformation ». In Delory-Momberger C. (Ed.), *Vocabulaire des Histoires de vie et de la Recherche Biographique*. Érès. pp. 193-197.
- Ricoeur, P. (1983). *Temps et récits I*. Le Seuil.
- Rugira, JM. (2004). « Séminaire de recherche-formation : oralité et pratiques dialogiques en formation d'adultes ». Université de Paris 8.
- Thomas, W. & Znaniecki F. (1918-1920) [1996]. *The Polish Peasant in Europe and America*. University of Illinois Press.
- Villers, G. (1996). « L'approche biographique au carrefour de la formation des adultes, de la recherche et de l'intervention. Le récit de vie comme approche de recherche-formation ». In D. Desmarais & J-M. Pilon (Eds), *Pratiques des histoires de vie*. L'Harmattan, pp. 107-134.

Elsa Lechner. Doutorada em antropologia social pela EHESS (Paris, 2003) e licenciada em sociologia pelo ISCTE (1995). É investigadora do CES-UC desde 2009, foi Fulbright Visiting Scholar nas universidades de Brown e Rutgers-Newark. Desenvolve atividades de investigação e de docência na área da pesquisa biográfica e estudos migratórios. elsalechner@ces.uc.pt Ciência ID 5713-5253-8C21. ORCID: 0000-0002-5029-1243

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 31 de maio de 2023. Aprovado para publicação a 11 de setembro de 2023.



LE DROIT AU RÊVE – ENTRE NARRATION ET ENGAGEMENT SOCIAL

Rossane Lemos
Université de Brasília

Résumés

Relancer le droit au rêve aux publics fragilisés ou vivant dans la précarité est l'un des objectifs qui rassemble des conteurs bénévoles du Sud du Brésil. Ils se réunissent au sein d'une association nommée *Casa do Contador de Histórias* qui intègre dans sa pratique les mouvements du Renouveau du conte et du Tiers secteur. Cet article observe les motivations de ce groupe qui cherche, à travers la narration de contes et légendes, à favoriser l'épanouissement des individus et à les encourager à participer en tant que protagonistes au processus de transformation de leur vie et des structures sociales. Leur pratique narrative engagée ambitionne, dans un sens plus large, « changer le monde », ce qui, dans la pratique, se traduit par un désir d'améliorer les relations entre les personnes dans la société brésilienne contemporaine. Cependant, ce qui est évident dans une première analyse, c'est que le résultat du travail de ce narrateur se révèle plus concrètement dans les transformations liées à sa propre façon de voir son monde, à son espoir et à sa confiance dans sa capacité à lutter pour ses désirs.

Mots-clés: Engagement social; Conteurs d'histoires; Narration

O DIREITO DE SONHAR – ENTRE A NARRAÇÃO E O ENGAJAMENTO SOCIAL

Rossane Lemos
Universit de Brasília

Resumo

Resgatar o direito de sonhar de p blicos vulneráveis ou em situação de precariedade é um dos objetivos que motiva contadores de histórias voluntários no Sul do Brasil. Eles se reúnem em uma associação chamada Casa do Contador de Histórias que integra na sua prática os movimentos da Renovação do conto e do Terceiro setor. Este artigo observa as motivações desse grupo que busca, por meio da narração de contos e lendas, promover o desenvolvimento dos indivíduos e incentivá-los a participar como protagonistas do processo de transformação de suas vidas e das estruturas sociais. Sua prática narrativa engajada quer, em instância mais ampla, “mudar o mundo”, o que na prática se estabelece como um desejo de melhorar as relações entre as pessoas na sociedade brasileira contemporânea. No entanto, o que fica evidente em uma primeira análise é que o resultado do trabalho desse narrador se revela mais concretamente nas transformações em relação   sua própria forma de ver seu mundo, na sua esperança e na confiança na capacidade de lutar por seus desejos.

Palavras-chave: Engajamento social; Contadores de histórias; Narração

THE RIGHT TO DREAM - BETWEEN STORYTELLING AND SOCIAL ENGAGEMENT

Rossane Lemos
Université de Brasília

Abstract

One of the objectives of volunteer storytellers in southern Brazil is to restore the right to dream to vulnerable and disadvantaged groups. They come together in an association called Casa do Contador de Histórias, which integrates the Storytelling revival and Third sector movements into its practice. This article examines the motivations of this group, which seeks, through the narration of tales and legends, to promote the self-fulfillment of individuals and encourage them to participate as protagonists in the process of transforming their lives and social structures. In a broader sense, their committed narrative practice aims to “change the world”, which in practice translates into a desire to improve relations between people in contemporary Brazilian society. However, what is more evident in an initial analysis is that the result of this narrator’s work is revealed most concretely in transformations linked to his own way of seeing his world, to his hope and confidence in his ability to fight for his desires.

Keywords: Social engagement - Storytellers - Storytelling

Introduction

Cet article focalise sur la figure du narrateur lié à la *Casa do Contador de Histórias* (Casa), une association à but non lucratif située dans la ville de Curitiba, au Sud du Brésil. Cette association participe d’un mouvement social important au pays connu comme le Tiers secteur, qui travaille indépendamment des secteurs public et privé et se bat pour ses propres objectifs sociaux sans soutien financier du gouvernement. Dans cet univers d’institutions axées sur le social, œuvrant à l’établissement d’une société plus développée et équilibrée, certaines collaborent en pratiquant la narration à titre bénévole. Elles regroupent des conteurs d’histoires bénévoles dont l’objectif est d’agir dans la société afin de participer à la réduction de l’écart entre les besoins des citoyens et les ressources et solutions possibles, ce qu’ils se proposent de faire par le récit de contes anciens, de légendes et d’histoires merveilleuses.

Le but de la quarantaine de volontaires de la Casa est de permettre à tous, conteurs comme auditeurs, de participer à un espace de réflexion à propos de leurs défis personnels d’où l’on repartirait avec un espoir renouvelé, tout en formant des groupes renforcés par la rencontre.

Ils organisent des événements narratifs ouverts au public et des cercles d’histoire. Nous comprenons « cercle » comme une forme collective de regroupement de personnes qui ne s’établit pas en réseau, ni en communauté, mais qui est dessinée comme un cercle dans l’espace et a un caractère temporaire. Il s’agit d’une rencontre de personnes en reconnaissance mutuelle, autour de la narration d’histoires. Le cercle d’histoire est le point central de toute activité narrative volontaire observée à la Casa et se déroule au moins tous les quinze jours dans chaque institution partenaire.

Ces institutions auprès desquelles les conteurs interviennent regroupent des publics très différents : des enfants, des jeunes, des adultes, des personnes âgées, une diversité d’auditeurs vulnérables ou vivant dans la précarité. Certains souffrent de paralysie cérébrale, d’autres de maladies psychiatriques, d’autres encore appartiennent aux classes défavorisées ; l’association s’adresse aussi à des

personnes incarcérées. Les conteurs de la Casa se rendent systématiquement au nom de l'association dans ces institutions avec un répertoire spécifique.

Il est important, pour une bonne contextualisation de notre article, de tenir compte des fondements idéologiques qui motivent les acteurs. La Casa s'inspire des archétypes définis par Carl Gustav Jung (2012) et du « monomythe » de Joseph Campbell (1997), mais la base qui structure l'association est principalement l'anthroposophie. Également appelée « science spirituelle » par son créateur Rudolf Steiner (2006, 2012), l'anthroposophie est un ensemble de principes concernant différents domaines – dont l'éducation, la médecine, l'agriculture et la cosmologie – à l'origine d'une pensée chrétienne spiritualiste. L'un des principes présents depuis le début de la fondation de la Casa est la « tripartition », considérée sommairement comme la constitution de l'être humain en trois dimensions : penser, sentir et agir. À la Casa, les volontaires mémorisent, racontent et écoutent des histoires pour atteindre l'équilibre entre ces trois perspectives, en plus d'autres objectifs sociaux.

La méthode choisie pour la construction de notre recherche ayant abouti aussi à une thèse de doctorat¹ part de l'observation participante sur le terrain et comprend des recherches qualitatives et quantitatives, des entretiens directs avec des promotions spécifiques, des entretiens semi-directifs et non-directifs avec 33 conteurs. Elle part également de l'observation des stages de formation pour conteurs, ainsi que l'observation de dizaines de cercles d'histoires dans neuf institutions partenaires de la Casa et, enfin, une socialisation intense avec le groupe focus de six conteurs. Nous avons suivi le groupe WhatsApp qui regroupait tous les bénévoles liés à la Casa, les rapports remplis par les narrateurs à la fin de chaque rencontre et nous avons fouillé les archives de l'association. Nous nous sommes consacrés à observer l'ensemble des narrateurs – les individus et leurs

manifestations symboliques, politiques, sociales et émotionnelles – du point de vue du « voyage interprétatif », théorisé par l'anthropologue Marcos Ferreira-Santos (2008).

Le Tiers secteur et le Renouveau du conte

Les organisations sociales ont émergé au Brésil pendant le régime militaire, en particulier dans les églises les plus progressistes et alignées avec les mouvements politiques de gauche. Actuellement, les associations du Tiers secteur sont considérées comme bases pour les mouvements sociaux. Représentantes moins expressives de revendications, leurs objectifs sont de contribuer à la réaction face aux faiblesses du Brésil.

Pendant les présidences de Getúlio Vargas (au pouvoir trois fois entre 1930 et 1945), l'État assume un rôle centralisateur dans la formulation et la mise en œuvre des politiques publiques brésiliennes avec l'appui des organismes à but non-lucratif, beaucoup d'entre eux encore catholiques. C'est alors qu'apparaît, en 1935, la première loi réglementant le Tiers secteur, déclarant ces associations partenaires du gouvernement comme « d'utilité publique ». Trois ans plus tard, le gouvernement crée un département auquel se joignent les associations afin de recevoir des fonds publics pour le support des actions sociales. Lors de la démocratisation du Brésil, les associations à but non lucratif deviennent des organisations non gouvernementales (ONG) et de manière plus indépendante de l'État, commencent à travailler non seulement dans les secteurs où les gouvernements n'assurent pas assez leurs fonctions, comme la santé et l'éducation, mais elles sont également consacrées à promouvoir de la culture et de la citoyenneté ainsi que générer des revenus par le biais du bénévolat.

Les initiatives régulières de solidarité sont organisées par la loi brésilienne et l'activité volontaire est régie par la loi n° 9.608 du 18 février 1998, modifiée par la loi 13.297 du 16 juin 2016. Elle établit dans son article premier : « Est considéré service volontaire, dans le cadre de cette loi, l'activité non-rémunérée apportée par une personne physique

¹ « Renouveau du conte et action sociale au Brésil : des conteurs bénévoles et leur public vulnérable » / Rossane Lemos de Souza ; thèse de doctorat, Université Sorbonne Nouvelle, Paris. Sous la direction de Cécile Leguy / 2021

d'une entité publique de quelque nature que ce soit, ou d'une institution privée à but non-lucratif ayant des objectifs civiques, culturels, éducatifs, scientifiques, récréatifs ou d'assistance à la personne » (Brasil, 1998). Les associations, fondations et ONG se développent à grande vitesse à travers le pays depuis ECO-Rio 92, événement qui a réuni au Brésil les ONG concernées par l'écologie.

Un sondage réalisé par l'IBGE (2017) montre une augmentation du nombre de personnes qui se consacrent au bénévolat au Brésil. Au total, 7,4 millions de personnes de plus de 14 ans ont effectué du travail bénévole pendant 6,3 heures par semaine en 2017. La grande majorité des personnes (91%) développent leur activité au travers des institutions, des entreprises ou des organisations.

La Casa compose le cadre du Tiers secteur et est axée sur la défense des droits et intérêts des citoyens.

En plus de participer au mouvement du Tiers secteur, la Casa fait également partie d'un autre mouvement dont l'appellation courante est « renouveau du conte » (Calame-Griaule, 1991), *Renovação/Reavivamento do Conto* en portugais. Selon l'hypothèse de Christophe Carlier (1998), il est possible de localiser un renouveau du conte à partir de 1812, date de la parution du premier livre des frères Grimm, sous le titre *Kinder – und Hausmärchen*, chez l'éditeur Realschule. En France et aux États-Unis, une mobilisation autour des contes s'est renforcée dans les années 1970. Calame-Griaule a dirigé un ouvrage collectif publié en 1991, qui a rassemblé les actes d'un colloque international dont le titre était « Le Renouveau du Conte – the Storytelling Revival ».

« Que doit-on entendre par ce phénomène complexe qu'est le “renouveau du conte” : l'évolution et les fonctions sociales de la matière racontée ; la démarche et l'itinéraire intellectuel, artistique et social de ces militantes de la voix comme de la parole ? » (2006 : 2). Cette question de Michel Valière nous incite à traiter le renouveau du conte comme un phénomène de société inséré dans le contexte historique brésilien à partir des années 1990, à statut probablement de mouvement, favorisé dans son développement par certaines

particularités de la réalité du pays et qui se concrétise de nos jours par différentes activités.

Il serait probablement nécessaire de renommer ce phénomène observé au cours des cinquante dernières années via sa dynamique particulière. Peut-être le phénomène réside-t-il moins dans le conte lui-même que dans le narrateur. Le cas échéant, ce nouveau cycle pourrait être considéré comme le « renouveau des conteurs d'histoire ». Un renouvellement dans la façon de tenir la rencontre autour des histoires est observé, ainsi que dans le profil du conteur et dans l'intérêt du public. De cette manière, le Renouveau du conte n'est pas un renouvellement des histoires elles-mêmes, car les nouveaux conteurs puisent leurs histoires surtout aux mêmes sources inspirées du patrimoine culturel de l'humanité.

Nous considérons donc le terme « renouveau du conte » comme la représentation d'un phénomène comportant une nouvelle façon de raconter, motivée par des raisons différentes de celles du conteur traditionnel, développée par des narrateurs contemporains vivant dans des sociétés urbanisées et industrialisées. Ce moment narratif inédit inclut également un nouveau public, celui qui n'écoute plus comme héritier d'un savoir traditionnel, mais choisit de participer à un cercle d'histoires, motivé pour des raisons qui leur sont propres.

Quand nous mettons en relation le Renouveau du conte et la Casa, il faut considérer avant tout l'engagement et le bénévolat dans la motivation du conteur. Plus précisément, l'action du conteur de la Casa s'inscrit dans la conviction que la narration transforme le social, donc cette nouvelle pratique narrative ajoute une fonction sociale au profil du nouveau conteur.

En tant que sujets actifs du Renouveau du conte et du Tiers secteur, ces volontaires de la Casa se lancent dans un projet bien cadré de bénévolat, dont le but est de changer le monde et d'assurer le droit au rêve pour rendre fortes les auditeurs face à leurs rôles individuel et collectif.

Les histoires, de leur part, semblent être de puissantes médiatrices, car c'est sur elles finalement que s'appuient les narrateurs pour arriver à une réalité transformée. La réalité, tant de l'auditeur

que du narrateur, passe par un processus de médiation situationnelle, ce qui les conduit à une fin de rencontre visiblement différents. Les histoires et leur narration assument un ensemble de possibilités qui dépassent les attentes de l'art pour agir dans l'environnement social. Il s'agit d'une médiation qui ne relie pas deux extrêmes, mais qui fait circuler le savoir parmi les participants du cercle en tant que pratique sociale contraignante, formant ainsi une communauté interprétative unique. Il ne s'agit pas d'un récit réconciliant, mais plutôt provocateur, afin d'éveiller les consciences les plus profondes.

Les motivations des conteurs de la Casa et les manières de changer le monde

D'après nos recherches, ce qui incite ces narrateurs à se tourner vers le récit social sont des motivations partagées avec d'autres conteurs, mais ce qui se différencie chez Casa est qu'elles reflètent profondément leur mode vie et leurs valeurs morales. L'association ne veut pas consacrer son activité aux aspects artistiques, pédagogiques ou identitaires de la narration, même s'elle le fait parfois. La plus citée d'entre les motivations avouées par les narrateurs est « l'envie de changer le monde », ce qui nous intéresse d'avantage dans la mesure où elle nous apporte un indice important pour saisir l'aspect engagé que prend ici le Renouveau du conte.

Reinaldo Vendramini par exemple, il fait plusieurs heures en voiture pour accomplir son rôle de conteur. Afin d'animer un cercle de jeunes au siège du Centre pénitentiaire de semi-liberté masculine, son travail terminé, il traverse la ville pendant la nuit. Là-bas, il pénètre dans une ambiance qui ressemble fortement à une prison, devant un public en semi-liberté pour avoir commis finalement des délits. Déterminé, il y rentre pour se placer face à un public restreint, relativement dangereux et bien souvent réfractaire.

Lorsque nous interrogeons Reinaldo et les autres conteurs, ils se disent motivés à développer un travail bénévole par la narration et le justifient du fait de la nécessité de rendre du monde un endroit

meilleur, dans le sens où ils sont persuadés que les histoires rendent les relations humaines plus acceptables. D'autres font valoir le gain personnel que leur apporte cette activité en matière de réalisation personnelle quant au développement de leur caractère.

L'intention de leur narration est davantage orientée vers la collaboration pour le développement de la conscience de l'individu (conteur et auditeur) et la rénovation des liens sociaux. Le narrateur attend que chaque auditeur refasse ses connexions émotionnelles et mentales individuellement à partir des contes. L'idée est que, une fois plus consciente, la personne soit capable de produire de nouvelles formes de vie en groupe, pour construire un monde meilleur. Cela ne semble pas être un mouvement de révolution du collectif, bien que l'expérience narrative soit collective, car la transformation attendue commencerait chez l'individu.

Mellon et Ramsden nous aident à comprendre ce mouvement dans les deux sens quand disent « *Great storytellers reach out with their voices to sense the dreams and struggles of human beings and of all living things* » (2008 : e-book).

Sans en avoir conscience eux-mêmes selon nos recherches, les narrateurs de la Casa ne sont pas les seuls à vouloir changer le monde au travers des contes. En effet, il y a d'autres conteurs rassemblés dans diverses initiatives poursuivant le même but. Les bénévoles observés ne connaissent pas, par exemple, la Charte de la Terre (ONU, 2000) publiée il y a plus de vingt ans, et l'inspiration qu'elle représente pour les conteurs du monde, en particulier ceux rassemblés dans le cadre du *Global Gathering of Storytellers* (ECI, 2017) à Édimbourg, lors du *70e Scottish International Storytelling Festival 2017*. Nous trouvons une convergence évidente entre les discours et les intentions de la Casa et ceux des narrateurs présents à cet événement, en particulier sur l'importance de changer le monde et la participation essentielle du narrateur à ce processus. L'un des objectifs du *Global Gathering of Storytellers* est de former un réseau de narrateurs activistes engagés avec les principes de la Charte de la Terre. Ils souhaitent également concentrer l'action des narrateurs sur la

construction d'un nouveau récit global partagé et responsable sur l'insertion de l'Homme dans l'environnement et dans la société.

La conteuse interviewée Lídia Hanke confirme l'intention en disant : « *À travers les histoires j'ai pris conscience de mes attitudes dans le monde et je peux y travailler pour l'aider à devenir meilleur* ». La conteuse interviewée Gilse Gaio se demande : « *Quel type de monde on va laisser en héritage aux plus jeunes ? Il me faut faire de mon mieux pour aider cet endroit où nous vivons tous ensemble* ».

Quel serait-il ce monde à changer ? Les conteurs parlent des relations humaines, les liens entre les gens, mais qu'on peut comprendre qu'il est le résultat par exemple de la vitesse, de l'invisibilité, de l'économie et du travail dans ce monde contemporain.

Dans la vie hypermoderne l'individu est assailli par une vitesse et une pression sans limites. Dans ce panorama il est aisé de perdre toute notion de communauté et de devenir de plus en plus dépendant des lois pour l'organisation de la société.

Si le rythme hypermoderne exige courage et rapidité et endure l'âme, les conteurs de la Casa veulent en revanche avoir le droit de « ressentir » la contemporanéité (situant dans le passé le temps où les relations humaines étaient plus satisfaisantes ?) même si cela appauvrit le caractère pour certains, comme avertit Celso Gutfreind (2010 : 108 notre traduction) :

Le ressenti n'est pas approprié dans cette culture technologique qui suit le siècle des Lumières, cette même culture qui désire par-dessus tout savoir, contrôler et dominer. Copernic, Darwin et Freud ont déjà montré que nous ne sommes pas le centre de l'univers, en tant que sujet ou planète. (...) Il faut attendre (ou se battre pour, en racontant) de nouveaux temps, moins chiffrés, plus spacieux, subjectifs, si notre planète chiffrée et objective survit à l'objectivité, la voracité, la technologie.

Dans un de ses livres, *Narrar, ser pai, ser mãe* (2010), traduit en français sous le titre *Narrer, être mère, être père et autres essais sur la parentalité* en 2016, par les éd. L'Harmattan, Gutfreind souligne la narration comme indispensable pour tisser des liens entre les membres de la famille et pour donner du sens à une vie en société.

Pour les conteurs de la Casa, motiver la quête d'une sensibilité dans les relations serait une des situations les plus importantes à changer dans le monde. Ils pensent en effet que la sensibilité peut être une réponse à des formes de relations humaines inadéquates.

Dans ses recherches sur la sociologie de l'oralité au sein de groupes consacrés aux contes en France, en Hollande et en Espagne, et en particulier à l'*Associació de Narradores i Narradors* (Anin) de Barcelone, Soazig Hernandez s'est rendu compte qu'il y avait des éléments spécifiques dans la pragmatique des participants. Selon elle « Le conte fait référence à des valeurs au travers de sa matière et de sa pratique moderne. Les motivations des conteurs sont toujours tournées vers un espoir de mieux être pour leur groupe et/ ou pour eux-mêmes » (2006 : 149). Nous pouvons observer que l'atmosphère qui entoure le conteur de la Casa – se situe similairement à celle décrite par Hernandez, quand il semble y avoir un chemin de convergence entre les esprits des conteurs brésiliens et européens étudiés vers une action visant à structurer les relations humaines. Cela peut être le résultat de contextes urbains similaires, difficiles et convergents en situation de détresse humaine. Il y a une sorte de dévouement au travail sur soi, en valorisant l'humanisme et les liens entre les gens, afin de faire face aux défis des sociétés contemporaines.

Le fait d'entendre et de raconter des histoires peut ne pas réussir à changer le monde, mais permet aux conteurs brésiliens de se retrouver et de faire de rencontres avec les subjectivités chez les autres. Il serait important veiller à ce que la nature des transformations, car, lorsqu'elles sont contaminées par de grands élans, elles ne servent qu'à maintenir les commandes en cours. De toute façon, la narration est le principal outil choisi et considéré adéquat aux transformations sociales selon les conteurs de la Casa.

Conclusions

En parlant d'un lecteur modèle, un lecteur type que le texte prévoit et crée comme collaborateur,

Umberto Eco nous aide à penser à un auditeur disponible. Concernant la disponibilité de l'auditeur d'histoires (un récit fictionnel), on comprend que lorsqu'une formule introductive telle que « il était une fois » est prononcée (un signe fictionnel selon Eco, 1996), l'auditeur se lance dans l'invitation de la fiction pour se laisser imprégner de ce qui sera raconté. Ce lecteur que l'on transpose en auditeur, selon Eco, « est disposé à accepter une histoire qui dépasse le sens commun » (1996 : 17). Cet auditeur, prêt à établir de nouvelles connexions est ouvert pour se lancer dans un parcours de narration, et il rencontre dans l'intrigue ce qui déclenche l'expérience. Sensée ou non, nous témoignons que l'histoire n'apporte pas uniquement de merveilleux décors ou enchantés, mais réveille en lui un contenu symbolique qui donne la possibilité à l'auditeur d'aller au-delà de lui-même et de son moment historique. Temporairement suspendu à la réalité limitée par les lois de la physique, des règles sociales et morales, cet auditeur s'abandonne à la fiction et commence à montrer des signes corporels et émotionnels qui démontrent une action du récit non seulement au moment de la rencontre, mais qui se poursuivent tout au long des semaines que nous avons eu la possibilité de suivre. Les discussions entre auditeurs et conteurs s'approfondissent à partir des décisions des personnages de l'intrigue et sont des cibles de comparaison, de jugement et de mise en miroir. La criticité (Freire, 1974) semble dépasser les limites de la superficialité et traverser les participants du cercle avec douceur et efficacité.

D'un point de vue corporel, nous avons observé par exemple des jeunes auditeurs atteints de paralysie cérébrale améliorant leur posture et démontrant qu'ils suivaient le contenu narratif et la performance du narrateur. Des enfants apathiques souffrant de graves déficiences cérébrales et corporelles qui, avant le récit, regardaient dans le vide, suivent désormais le narrateur du regard et fixent leur attention sur lui. D'autres activités sont proposées à ces mêmes enfants, comme la musique et le théâtre, mais n'obtiennent pas le même résultat selon les techniciens qui accompagnent ces patients.

Les conteurs interagissent avec leurs auditeurs et tant ces derniers que les responsables des institutions auxquelles ils appartiennent affirment que cette action narrative engagée s'avère efficace et que ces constructions collectives participent à la création d'une réalité plus agréable. Ces sont peut-être de petits actes et de petits effets pour des observateurs extérieurs, mais pour les personnes impliquées dans l'expérience sociale concrète, une observation minutieuse montre que c'est quelque chose de primordial. Il est donc possible d'affirmer que ces conteurs vivent une oralité militante et créent ainsi des opportunités pour que la narration devienne un espace qui permet le « plus être » et l'« être ensemble », notions de Paulo Freire (1974).

Nous voyons que les conteurs s'inscrivent pleinement dans la perspective du Renouveau du conte, mais s'en démarquent aussi très largement par l'importance de l'objectif de changement social qu'ils attribuent à leur pratique. En effet, ce rôle, dans les travaux précédents, a toujours été perçu comme une résultante ou un épiphénomène de l'action narrative et jamais comme son essence-même. La focalisation sur cet objectif d'une transformation sociale via la narration adressée à des publics défavorisés a un impact majeur sur les formes données aux pratiques narratives de la Casa.

Enfin, cette pratique narrative engagée des bénévoles change certainement leur propre façon de voir le monde, élargit leur espoir et les autonomise comme agent d'action au travers l'espoir dans un monde qui pourrait être beaucoup meilleur selon eux. Ils agissent via leur disponibilité à la rencontre, ce qui est déjà une forme de réalisation de changements par l'action sociale. Le « récit social » devient alors un processus contemporain de développement personnel qui sert par ailleurs à favoriser la construction de liens sociaux.

Dans ces quelques lignes, il ne nous serait pas possible de développer une analyse plus profonde sur les implications possibles que le travail des narrateurs peut révéler dans les groupes sociaux dans lesquels ils opèrent. L'invitation à poursuivre la recherche est toujours donc d'actualité.

Bibliographie

- BRASIL (1998). Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Presidência da República, 2016.
- Calame-Griaule, G. [dir.] (1991). *Le Renouveau du conte – the Storytelling Revival*. Actes du colloque international au Musée national des arts et traditions populaires. Du 21 au 24 février 1989. Paris, CNRS éditions.
- Campbell, J. (1997 [1949]). *The hero with a thousand faces*. Princeton, Princeton University Press.
- Carlier, C. (1998). *La clef des contes*. Paris, Ellipses.
- ECI – Earth Charter International (2017). « Global Gathering of Storytellers in Edinburgh and the Earth Charter ». [en ligne] Site Earth Charter Initiative. Consulté le 23 novembre 2017. Disponible sur <http://earthcharter.org/news-post/global-gathering-storytellers-edinburgh-earth-charter/>
- Eco, U. (1996[1994]). *Six promenades dans les bois du roman et d'ailleurs*, éd.2. Paris, Bernard Grasset. Tit. Orig. *Six walks in the fictional wood*, Harvard University Press Cambridge. Trad. Myriem Bouzaher.
- Ferreira-Santos, M. (2008). “Espaços crepusculares: poesia, mitohermenêutica e educação de sensibilidade”. *Revista Online @ambiente educação*, vol.1, n. 1
- Freire, P. (1974 [1968]). *Pédagogie des opprimés*. Paris, Librairie François Maspero.
- Gutfreind, C. (2010). *Narrar, ser mãe, ser pai & outros ensaios sobre a parentalidade*. Rio de Janeiro, Difel.
- Hernandez, S. (2006). *Le monde du conte – contribution à une sociologie de l'oralité*. Paris, L'Harmattan. Livre numérique.
- IBGE (2017). “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017” – PNAD Contínua. [en ligne] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Consulté le 6 janvier 2018. Disponible sur <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20913-voluntariado-aumentou-em-840-mil-pessoas-em-2017.html>
- Jung, C. G. (2012 [1976]). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 8^{ème} éd. Tit. Orig. *Die Archetypen und das kollektive unbewusste*, Walter verlag AG Olten. Trad. Maria Appy, Dora Silva.
- Lemos, R. (2021). *Renouveau du conte et action sociale au Brésil : des conteurs bénévoles et leur public vulnérable*. [Thèse de doctorat non publiée]. Université Sorbonne Nouvelle.
- Mellon, N. & Ramsden, A. (2009). *Body eloquence*. Califórnia, Elite Publishing, e-book.
- Steiner, R. (2006 [1924]). *Antroposofia, um resumo 21 anos depois*. Neuf conférences à Dornach. Tit. Orig. *Anthroposophie, eine Zusammenfassung nach einundzwanzig Jahren*. Trad. Mariangela Motta.
- Steiner, R. (2012 [1908]). *Os contos de fadas: sua poesia e interpretação*. Deux conférences à Berlin. Tit. Orig. *Marchendichtungen Im Lichte der Geistesforschung*. Trad. Christa Glass.
- Valière, M. (2006). *Le conte populaire – approche socio-anthropologique*. Paris, Armand Colin.

Rossane Lemos. Journaliste, docteur en Anthropologie par l'université Sorbonne Nouvelle. Master en Littérature, en Responsabilité sociale et en Communication. Chercheuse en littérature orale et engagement social. Membre du groupe de recherche “Imagens e(m) cena” du Département d'Art Performants (CEN) de l'Université de Brasília, Brésil.
E-mail: rossanelemos@uol.com.br

Artigo recebido no âmbito da chamada que decorreu até 31 de maio de 2023. Aprovado para publicação a 30 de agosto de 2023.



POLITIZAÇÃO DE MÃES E IMPACTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DA VIDA NO BRASIL DE 2016 A 2019

Gabriela Azevedo
Universidade do Porto

Resumo

Com um quadro teórico baseado na Teoria da Reprodução Social (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Vogel, 2013), este artigo analisa movimentos sociais feministas brasileiros de mães, entre 2016 e 2019, com base num estudo de caso para explorar os impactos sociais das mediações financeiras para aceder à educação, reformas e saúde no interior das famílias. Parte-se da definição de financeirização de Lapavitsas (2013), que explica como um processo complexo observado de formas diferentes em diversos espaços na contemporaneidade e que envolve o aumento de projeção do capital financeiro com impacto no quotidiano. Diante de tal quadro, colocam-se questões sobre o impacto da mediação financeira para o acesso a bens e serviços básicos na atual organização da reprodução social, nomeadamente: Quais são os impactos da desvinculação do Estado na reprodução social? Quais são as mudanças na vida das mães e como influenciam na sua mobilização política? Para responder a tais perguntas, a investigação conduzida combinou o quadro teórico com a proposta metodológica da pesquisa militante (Bringel & Varela, 2016), em análise tanto a partir de entrevistas realizadas com integrantes do Movimento Mães e Crias na Luta, como do estado da arte. Os principais resultados apontam para um aumento da carga de trabalho das mães, que precisam assumir tarefas antes mais partilhadas com o estado e realizar trabalho remunerado para manter a subsistência familiar. Tal situação tanto retira tempo que estaria disponível para a militância política dessas mulheres, como também as impulsiona para pressionar coletivamente por mudanças. Assim, observou-se que a mobilização política do movimento estudado é entendida pelas integrantes como fundamental, daí estarem dispostas a fazê-la, ainda que exaustas.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social; Financeirização; Movimentos sociais.

POLITICIZATION OF MOTHERS AND THE IMPACTS OF FINANCIALISATION ON THE ORGANISATION OF LIFE IN BRAZIL FROM 2016 TO 2019

Gabriela Azevedo
Universidade do Porto

Abstract

Using a theoretical framework based on Social Reproduction Theory (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Vogel, 2013), this article analyses Brazilian feminist social movements of mothers from 2016 to 2019 with a case study to explore the social impacts of financial mediations to access education, pensions and health within families. It starts from Lapavitsas' (2013) definition of financialisation, which explains it as a complex process observed in different ways in different spaces in contemporary times and which involves an increase in the projection of financial capital with an impact on daily life. Given this situation, questions arise about the impact of financial mediation on access to basic goods and services in the current organisation of social reproduction: What are the impacts of the disengagement of the State on social reproduction? What are the changes in mothers' lives and how do they influence their political mobilisation? To answer these questions, the research is conducted by combining the theoretical framework with the methodological proposal of militant research (Bringel & Varela, 2016) in an analysis of both the interviews conducted with members of the Movimento Mães e Crias na Luta and the state of the art. The main results show an increase in the workload of mothers, who have to take on tasks that were previously shared with the state and perform paid labour to maintain the family's subsistence. This situation both takes time away from women's political activism and pushes them to press collectively for change. Thus, it was

observed that the political mobilisation of the studied movement is seen as fundamental by its members, which is why they are willing to do it, even if they are exhausted.

Keywords: *Social Reproduction Theory; Financialization; Social movements.*

Introdução

A desresponsabilização do Estado com a reprodução social é verificável na contemporaneidade ao redor do mundo. Ou seja, existe uma tendência no capitalismo atual do Estado se exima de responsabilidades de suporte à manutenção das condições de vida. Muito especialmente, as políticas voltadas para a garantia dos direitos fundamentais não são estimuladas e as suas estruturas são subfinanciadas. Educação, saúde, cultura e habitação integram o rol do que é básico para uma vida com dignidade e o seu acesso depende da capacidade económico-financeira de cada núcleo familiar (Fraser, 2017).

No caso brasileiro, mudanças legais recentes ilustram o processo. As chamadas “reforma trabalhista” (Lei 13.467, de 13 de julho 2017) e “reforma da previdência” (Emenda Constitucional n.º 103 de 12 de novembro de 2019) trouxeram responsabilidades novas para as famílias e aumentaram a necessidade de obter rendimentos. Em relação à chamada “reforma da previdência”, por exemplo, à medida que o Estado atenua suas responsabilidades com os trabalhadores e trabalhadoras que estão momentânea ou definitivamente inativos, as famílias precisam fazer adaptações. Com o aumento do tempo de trabalho mínimo para a concessão de benefícios sociais a pessoas que se afastam do trabalho por doenças, é preciso providenciar rendimentos adicionais e os cuidados necessários, antes facilitados pelo acesso a políticas públicas¹. Por outro lado, ao flexibilizar direitos e formas de contratação com a “reforma

¹ Para situar o contexto, é importante definir que o Brasil possui políticas sociais de garantia de direitos fundamentais de forma universal (notadamente saúde e educação) a partir da constituição de redemocratização de 1988. Com os governos do Partido dos Trabalhadores a partir de 2002, há expansão de microcrédito para consumo e diversas outras medidas alinhadas às políticas neoliberais, em tentativa de fazê-las conviver com as garantias de acesso a bens e serviços essenciais para camadas mais pauperizadas da população (Lavinias, 2017). Já a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), o avanço de políticas neoliberais tanto no executivo como no legislativo, ocorre em detrimento de mecanismos de redução das desigualdades sociais.

trabalhista”, o Estado legaliza e, assim, em certo sentido, fomenta a precarização dos vínculos de trabalho, o que gera a necessidade de mais rendimentos no agregado familiar para mediar o acesso a bens e serviços essenciais (Fraser, 2017; Azevedo, 2022).

Para reforçar o orçamento das famílias, todas as pessoas adultas precisam trabalhar. As mães² precisam realizar mais trabalho remunerado, além das suas tarefas não remuneradas de reprodução social, como cozinhar, lavar, cuidar de crianças, idosos e pessoas com deficiência dos seus núcleos familiares. Como sujeitos históricos cuja experiência está centrada no trabalho reprodutivo, as mães têm menos experiência na formulação e proposição de demandas políticas do que os trabalhadores organizados em sindicatos, por exemplo. Paradoxalmente, elas também afirmam a sua agência política no momento em que parece ser mais difícil exercê-la/realizá-la: mães politizadas organizadas em coletivos têm denunciado na última década as consequências da financeirização nas suas rotinas diárias, com o endividamento familiar. Os números são altos: 78,3% das famílias brasileiras estão endividadas em 2023³. E a participação das mães na renda familiar não impede a expansão da financeirização na economia como um todo e nem o endividamento do núcleo que compõem, já que, conforme Lapavitsas (2013):

This phenomenon refers both to increasing debt (for mortgages, general consumption, education, health)

2 Sem promover o esquecimento das famílias não formadas com mães, trazemo-las por estarem presentes na maioria das formações familiares, e em quase metade delas como “chefes de família”. A esse respeito, ver a matéria da Folha de São Paulo sobre pesquisa DATAFOLHA publicada em 2023: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/7-em-cada-10-mulheres-sao-maes-no-brasil-metade-e-solo.shtml> e DIEESE, 2023: www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf

3 A esse respeito, ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc> e Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (<https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>)

and to expanded holdings of financial assets (for pensions, insurance, money market funds). Household financialization is associated with rising income inequality but also with the retreat of public provision across a range of services, including housing, pensions, education, health, transport and so on (p.800).

Está no âmago da ampliação do cenário de adoção de políticas neoliberais, por todo o mundo, o entrelaçamento destas com as finanças. Saad Filho (2015, p. 66) ressalta que não há na contemporaneidade um processo simples de recuo de capital produtivo e substituição por capital portador de juros, mas uma maior visibilidade e atuação do capital portador de juros (no qual o próprio capital industrial está embutido) nas definições estratégicas de Estado e da organização da reprodução social geral.

O presente trabalho busca preencher a lacuna dos estudos sobre financeirização e dos estudos sobre movimentos sociais, tanto no que se refere à condição de sujeito político das mães, quanto à sua caracterização como trabalhadoras que possuem uma experiência singular sobre o trabalho como um todo e a reprodução social, devido à sua participação *sui generis* no trabalho social reprodutivo. Nas seguintes seções serão apresentadas a revisão do estado da arte (seção 2) e também a descrição da abordagem metodológica, os resultados encontrados, bem como a sua discussão (todas as últimas na seção 3). A combinação metodológica da pesquisa militante com técnicas de história oral permitiu colher e analisar percepções das mães sobre a crise da reprodução social, os impactos da financeirização e as implicações para a sua politização na contemporaneidade.

Sujeitos da Reprodução Social entre a rua e a casa: um olhar sobre o Brasil

A reprodução social, aqui tomada enquanto o conjunto de tarefas e processos necessários para a geração e manutenção de pessoas, potenciais ou efetivamente participantes da força de trabalho é fundamental para a produção de valor no

capitalismo⁴. O tema tem sido estudado como potencial fator explicativo para as desigualdades de género, já que as mulheres, muito especialmente as mães, foram historicamente mais responsabilizadas pelo trabalho de reprodução social, associado aos núcleos familiares neste sistema socioeconómico. As mães gestam e geram (se forem mulheres cis e mães biológicas), cuidam de crianças e idosos da família, além de outras pessoas que demandem atenção específica como doentes ou pessoas com deficiência (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Vogel, 2013).

Dentro do campo de análise marxista, distintas vertentes participaram e participam do debate sobre o trabalho doméstico, com destaque a partir de 1969. Já que o trabalho de cuidar da regeneração diária e reposição geracional da força de trabalho extrapola o ambiente e as condições de produção de mercadorias, embora a mesma força de trabalho seja considerada uma mercadoria especial, colocou-se em questão se este trabalho geraria diretamente valor e se seria, portanto, produtivo, perspectiva defendida por exemplo, por Silvia Federici (2012). Outras questões adicionais também se apresentaram, inclusive quanto à própria denominação: trabalho doméstico (Benston, 1969), trabalho de cuidado (Hirata, 2014) ou trabalho de reprodução social (Bhattacharya, 2017)? E ainda quanto à caracterização da opressão de género em relação ao próprio sistema capitalista: há sistemas paralelos ou apenas um (Vogel, 2013)?

O trabalho de Lise Vogel (2013 [1983]) foi o precursor da Teoria da Reprodução Social, uma das perspectivas que apresentou respostas para as perguntas acima. Vogel apresenta os diálogos que a precederam de desenvolvimento da reflexão feminista e socialista e aponta diferenças em relação às materialistas/consubstancialistas (como Danièle Kergoat e Helena Hirata) e às autonomistas (como Silvia Federici, Mariarosa Dalla

Costa e Selma James). Enquanto autoras materialistas entendem que a opressão às mulheres resulta do encontro do capitalismo com um sistema específico de dominação de sexo/género, Lise Vogel (2013) sustenta que o capitalismo é um sistema unitário, ou seja, a reprodução social não ocorre em paralelo em outro sistema que oprime às mulheres, mas sim no interior do próprio capitalismo, o que significa reconhecer que as relações sociais capitalistas são co-constituídas por racismo, sexismo, entre outros elementos⁵.

O argumento de Lise Vogel (2013) diverge também do de Federici (2012) e de outras autoras autonomistas, para quem o trabalho de reprodução social gera valor diretamente e a consideração do contrário serviria a uma secundarização do problema e de seu enfrentamento. Segundo Bhattacharya (2017), Ferguson (2020), Varela (2021) e Vogel (2013), o trabalho de reprodução social não gera valor “capitalista”. O produto final do “ciclo” do trabalho de reprodução é a pessoa trabalhadora com sua força de trabalho. Para o funcionamento do capitalismo, a força de trabalho ativa e disponível é fundamental, a sua organização depende disso. Assim, o reconhecimento da ausência de geração do valor ao fim do ciclo não gera um decréscimo de importância do trabalho de reprodução social. Seu valor de uso, ainda que “capitalisticamente” improdutivo é crucial para a organização capitalista (Bhattacharya, 2017; Ferguson, 2020; Varela, 2020).

Neste texto, no seguimento das considerações de Lise Vogel (2013), o trabalho de reprodução social é a terminologia adotada, já que abarca o trabalho doméstico, como também o cuidado realizado dentro e fora das casas, além de outras atividades, remuneradas ou não, ligadas à

4 Sobre as diferentes classificações do trabalho de reprodução como produtor de valor ou não, ver a crítica de Paula Varela (2021) que observa as diferenças entre autonomistas como Silvia Federici (2012) e a perspectiva marxiana da Teoria da Reprodução Social de, por exemplo, Bhattacharya (2017).

5 Esta perspectiva é relevante para compreender a distinção entre a Teoria da Reprodução Social e as leituras interseccionais. De forma simplificada, enquanto a cartografia, um cruzamento, uma intersecção serviriam para ilustrar o argumento interseccional do encontro de múltiplos sistemas de opressão que podem ter efeitos na vida de um indivíduo ou de uma colectividade, para a Teoria da Reprodução Social o rio, vivo, renovável, permanentemente co-constituído de múltiplos elementos, seria o melhor recurso (McNally, 2017, p.107).

reprodução, como o são, por exemplo, a saúde e a educação pública e privada. Reconhecer as mais amplas características no trabalho de reprodução social está de acordo com a própria identificação das mães como trabalhadoras, em todas as variadas e diferentes tarefas que exercem em suas jornadas diárias. A luta das mulheres-mães é permeada pela complexidade que é o desenvolvimento, a manutenção da própria vida. A sua construção como sujeito político, e, especialmente, seu reconhecimento público como parte integrante da classe trabalhadora é um processo em construção. A casa, em oposição à rua, foi o espaço de exercício das tarefas diárias das mulheres e das mães, portanto, já que ali se concentram muitas das tarefas de cuidado a elas relegadas.

No Brasil, a pouca participação das mulheres no espaço público republicano foi desafiada por elas mesmas com as lutas pelo direito ao voto, ao estudo, à livre escolha da profissão e possibilidade de exercê-la, pelo direito ao divórcio, entre outros⁶. Este processo, que se pode denominar como de “subjetivação jurídico-política das mulheres” levou a diversas transformações na legislação brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Não só a igualdade de gênero passou a ser um princípio constitucional como diversas garantias civis, penais e laborais acompanharam o reconhecimento das mulheres como plenos sujeitos de direito (Azevedo, 2022, p. 23-65).

O trabalho de reprodução realizado pelas mulheres afetou e afeta diretamente a sua disponibilidade de tempo para o exercício de outros trabalhos e para a mobilização política de ocupação do espaço público, por exemplo. Em contexto de

adoção de medidas neoliberais que demandam a mediação financeira para acesso a bens essenciais, as mulheres trabalham de diversas formas para manter as suas famílias. No dia de trabalho das mulheres que são mães, elas têm diante de si jornadas continuadas (trabalho reprodutivo gratuito e trabalhos variados remunerados, dentro ou fora da casa), por vezes na companhia ininterrupta de crianças pequenas sob seus cuidados. Elas não podem só integrar o mercado de trabalho e não podem não performar tarefas reprodutivas. Já no que diz respeito ao exercício activo da sua politização, que não é essencial à sobrevivência material, o tempo torna-se ainda mais escasso. No entanto, a militância feminista das mulheres-mães, espremida entre necessidades, persiste. A combinação da experiência nas tarefas reprodutivas não pagas com a experiência da inserção no mercado de trabalho formal e informal posiciona esses sujeitos, que além de terem gênero são também racializadas e territorializadas, de forma privilegiada para a compreensão da organização das relações sociais capitalistas, conforme desenvolvido por Bhattacharya (2017).

A militância dos sujeitos políticos mães não é nova no Brasil. Há estudos sobre grupos de mães que se organizaram durante a ditadura civil-militar contra o aumento dos preços dos bens essenciais, o chamado custo de vida (Sader, 2010). Há também estudos sobre mães que se organizaram coletivamente após a morte de seus filhos por agentes da segurança pública, já após 1988 (Vianna & Farias, 2011). Faltam, no entanto, análises sobre movimentos sociais de mães feministas em contexto de financeirização⁷, como a que se apresenta neste artigo.

A politização como desafio e necessidade

Nesta seção serão analisadas as entrevistas, que também integram a reflexão teórica, de acordo

6 Às mulheres da classe trabalhadora, com variações histórico-regionais, a participação na produção de mercadorias, para além do trabalho reprodutivo, se relaciona à necessidade de sobrevivência por vezes destoante da possibilidade legal, em formatos precarizados, como no caso das mulheres negras após o término formal da escravização. Essa participação no mercado de trabalho ocorre de forma precarizada, com remuneração mais baixa que a dos homens, tendo em vista a responsabilização das mulheres pela reprodução social e a divisão do trabalho desigual do ponto de vista do território, do gênero e da raça (Rocha et al., 2022, p. 11-54).

7 Há trabalhos também sobre os impactos da financeirização, inclusive a olhar famílias no Brasil (Lavinias, 2017) e em outros espaços (Suarez, 2020), mas não com o foco no sujeito político mãe.

com a abordagem metodológica adotada. Para Breno Bringel e Renata Varella (2016, p. 482), a pesquisa militante de movimentos sociais “passa a ser também uma investigação com/nos/a partir dos movimentos sociais, o que implica um descentramento na relação entre objeto e sujeito, a democratização do processo de pesquisa, a assunção do lugar de enunciação do pesquisador”, entre outros elementos. Na apresentação desta pesquisa, os testemunhos não só informam, como fazem parte do construto da reflexão teórica.

Foram realizadas entrevistas com dezasseis militantes de um movimento social materno, iniciado em 2015 no Rio de Janeiro, Brasil⁸. O Movimento Mães e Crias na Luta (MMCL) é composto por mulheres adultas, com diversas interações com o mercado de trabalho (funcionárias públicas, desempregadas, empregadas, trabalhadoras por conta própria); diversas situações de moradia (em aluguel, em imóvel próprio, a viver de favor) e de relacionamento (casadas, em uniões de facto, solteiras); com rendimentos familiares distintas (entre 2 salários mínimos e mais de 10); negras, pardas ou brancas; que são mães de uma ou mais crianças e/ou adolescentes.

Em entrevistas semiestruturadas individuais, realizadas on-line, entre 2020 e 2021, as participantes fizeram uma avaliação de que o declínio nas condições de vida das pessoas trabalhadoras na segunda década do século XXI, associadas à adoção de políticas neoliberais e aumento das dívidas familiares, era simultaneamente obstáculo e elemento propulsor da sua atividade política. R.C., branca, 36 anos, doula, analisa o Estado contra o qual se manifesta: “Quando a gente fala Estado, a gente está falando desse Estado que não cumpre o seu papel de fornecer educação, saúde, transporte, lazer, além de ser um Estado patriarcal.” Ela reconhece a dificuldade de manter uma atividade política intensa de forma continuada a partir das responsabilidades com tarefas reprodutivas assumidas pelas mães: “Às vezes a gente

consegue ter momentos em que a gente dá mais conta por conta da conjuntura, mas às vezes não. Se a gente fosse um movimento sem o peso da reprodução social, a gente seria um movimento linearmente engajado.” E segue no mesmo argumento: “Quando o movimento é formado só por mães e não há uma rede de apoio que viabiliza escapes da reprodução fica muito difícil.”

No mesmo ponto, E.P., negra, 38 anos, jornalista, retoma o filme *Mary Poppins* e avalia o que mudou na possibilidade de luta política para as mulheres-mães: “A gente já conquistou o direito ao voto e ao trabalho, só que a gente não deixou de ser mãe, de cuidar da casa. A gente lutou por uma série de coisas e agora acumulou nas nossas costas.” Ela avalia que essa dificuldade é própria da contemporaneidade: “Além de sermos provedoras e arrimo de família, continuamos a ser responsáveis pela reprodução da vida. Como atuar politicamente tendo tudo isso nas costas? Esse é o maior desafio que se coloca para um movimento como o Mães e Crias ou para qualquer outro movimento de mães.” E conclui, por fim: “Nós estamos sempre ocupadas, nós não temos tempo.”

S.O., negra, 44 anos, professora destaca que conciliar maternidade e trabalho remunerado já era um grande desafio para si, e sentia-se socialmente pressionada. Ela precisava levar as filhas consigo para o seu trabalho (uma escola pública) e não tinha outra pessoa na família com quem pudesse partilhar o trabalho reprodutivo: “A sociedade exige que você seja mãe, mas depois te culpa porque você é mãe. Eu me culpava pelo fato delas não terem tido muita infância: pegar ônibus cheio na ida e na volta, ficar muito tempo naquele espaço hostil”. A entrevistada diz que as crianças não eram bem acolhidas em seu espaço de trabalho e, por isso cobrava-se muito para ser tão boa no que fazia, que suas crianças fossem deixadas em paz. “Mas ainda sei que isso era um privilégio porque muitas mulheres não puderam levar seus filhos, tiveram que sair dos trabalhos ou então eram criminalizadas por deixar crianças de lado pelo trabalho. O trabalho de reprodução social é hostil. Cobra-se só da mãe (...).”

Para a mudança da situação, elas identificaram, por exemplo, a necessidade de mudança na oferta

8 A pesquisa foi aprovada e realizada no âmbito de investigações doutorais no Laboratório de Estudos Interdisciplinar Crítica e Capitalismo - LEICC da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

diária de atenção às crianças nas escolas públicas. No Brasil, a escolarização pública é predominantemente oferecida em turnos de quatro horas diárias, o que leva as famílias a fazerem arranjos autônomos para cuidar das crianças no contraturno e enquanto realizam trabalho remunerado. Conforme H.F., negra, 37 anos, psicóloga, essa seria a principal pauta do movimento: “a questão da educação pública, laica, de qualidade, que contemple a jornada de trabalho, que seja uma educação maior do que 4 ou 5 horas por dia.” Segundo a entrevistada, com a educação integral seria possível “garantir segurança alimentar, garantir espaço de trabalho das mães”. A necessidade de obterem maior renda familiar esteve presente em todas as entrevistas.

As pautas do movimento são vistas pelas integrantes como muito amplas por englobarem demandas por direito à cidade, segurança alimentar, direitos reprodutivos, proteção integral à infância. M.S., branca, 38 anos, musicista, analisa que todos esses direitos se resumem ao “direito à dignidade, direito de existir plenamente.” O aprofundamento da financeirização, nesse contexto, é fator importante para a compreensão do rebaixamento da qualidade de vida, e que as demandas pela própria cidadania, sob impactos locais de adoção de políticas neoliberais se traduzem também em demandas por renda (Lavinias & Gentil, 2018).

Nesse sentido, uma das entrevistadas, H.F., afirma ao pensar na possibilidade de atuar politicamente: “a militância é custosa em todos os aspectos. Você precisa de dinheiro para ir à reunião. Se for levar criança, tem que ter comida, transporte, água.” E.M., parda, 46 anos, analista de sistemas, analisa que a territorialidade também tem papel fundamental. Ao pensar nos deslocamentos geográficos e sociais, ela afirma que tanto no movimento como em outros espaços de militância de que faz parte, “as reuniões são abertas, mas a galera da favela não vai.” T.S., branca, 39 anos, cozinheira, por sua vez relembra a dificuldade de unir mulheres-mães tão sobrecarregas e ainda distantes territorialmente. Para ela é mais difícil “porque não moram as mulheres próximas umas das outras” E ela entende, nesse contexto, “que o movimento do bairro funciona diferente”.

Do exposto acima, verifica-se que as entrevistadas apontaram desafios das mães que se querem ver politicamente ativas, nas ruas, dos encontros que acontecem entre diferentes militâncias maternas de mulheres que vivem no Rio de Janeiro e suas dificuldades. Para M.B, branca, 35 anos, professora, apesar de todos os obstáculos de um movimento só de mães, a unidade da experiência de ser mãe e ter um trabalho remunerado se sobrepõe a eventuais vantagens em outras configurações de militância política formadas com outros sujeitos: “Eu já tinha circulado por vários locais de militância: partido, organizações de bairro, e sempre houve desafios demais. (...) Em 2015, com minha filha, quando vi a questão das mães eu falei: “Caraca, meu lugar é aqui”.

A dificuldade de voltar para o mercado de trabalho formal após a licença de maternidade é uma realidade para metade das mulheres com empregos no Brasil (Machado & Neto, 2016). A partir deste dado, é possível observar também a contradição das exigências socialmente construídas para as mulheres, relatada pelas entrevistadas conforme acima: por um lado, é preciso que tenham rendimentos e assim contribuam para a sobrevivência familiar. Por outro lado, se mantem a expectativa de sua responsabilização pela reprodução da vida. Na fala de M.S., outra organização da reprodução social é apontada como saída para a situação atual: “E isso envolve espaço de cuidado comum das crianças, seja em creche, escola, outro espaço, espaço de nutrição das crias, possibilidade de trabalhar, seja liberdade de escolher ser mãe ou não (...)”.

Reflexões Finais

Há pontos de aproximação entre demandas de movimentos sociais maternos com as perspectivas dos comuns e do bem viver, como na fala de M.S. destacada anteriormente. A noção da coletivização dos cuidados com as crianças e de outras tarefas reprodutivas aponta para saídas não individualizadas para o estado de coisas atual. Ou seja, a combinação da desresponsabilização do Estado com a reprodução social (a partir de alterações

legislativas que diminuem a presença do Estado junto às pessoas que estão fora da força de trabalho e também no desinvestimento em áreas como saúde e educação, que demandam renda para acessar bens e serviços essenciais) com a sobrecarga dos indivíduos e famílias, desencadeia a crise de reprodução social, mais ampla do que uma crise dos cuidados (Fraser, 2017, p.21). E para essa crise, segundo propostas em harmonia com as políticas neoliberais reforçam saídas individuais, centradas em uma reprodução social a partir dos lares. O que as mulheres-mães demandam, no entanto, é o avesso. Em uma militância praticada por pessoas que se consideram já extenuadas, elas reivindicam maior coletivização. Essa possibilidade, emanada de práticas dos quilombos e dos povos originários na realidade brasileira passa a ser vislumbrada.

A coletivização da reprodução social a partir do compartilhamento amplo das rotinas de educação, cuidados e saúde, que se baseie em uma relação não predatória com a natureza, e organize a produção de bens para construir bem-estar não é conflitante com a análise das autoras da Teoria da Reprodução Social, ao contrário. O Estado se incorpora nessa coletivização ao organizar e oferecer serviços diversos da reprodução, como a escola, muito especialmente se esta atende ao horário de trabalho dos adultos da família. Bhattacharya (2017) alarga essa perspectiva ao propor que o Estado ofereça também serviços de lavanderia e alimentação coletivos, por exemplo.

No presente estudo, verificou-se que a mobilização iniciada pelas mães favoreceu o surgimento não só de oposição a políticas públicas e medidas legais específicas, mas permitiu que fossem imaginadas diferentes perspectivas de organização social. De acordo com Ferguson (2020), na relação necessária-porém-contraditória de dependência entre a reprodução da força de trabalho e a produção capitalista está a gênese da opressão às mulheres, mas não só isso. Ao analisar o capitalismo como totalidade, esta abordagem transpassa os limites do que seria uma teoria feminista, e interpreta as relações sociais capitalistas. A crise da reprodução aponta, por isso, para um problema extenso. No caso em análise, pode-se observar o cansaço das mães não como produto de suas

organizações de vida, mas como sinal de crise da organização capitalista como tal. As mães cansadas são mães-trabalhadoras cansadas, cansadas em seus múltiplos trabalhos. É da complexidade da classe trabalhadora contemporânea que se fala, portanto. Não basta incluir o gênero na análise, mas compreender a dinâmica de produção da classe, inclusive com as dimensões da racialização e territorialização (Bhattacharya, 2017). Os movimentos de mães, portanto, põem questões amplas, desde o aspecto relacional interno até o conteúdo e forma de luta política na atualidade. A produção de valor e a reprodução da vida são seus limites diários para agir e também os desafios que movem a sua imaginação política.

Referências bibliográficas:

- Azevedo, F. G. S. (2022). Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro: uma análise através da Teoria da Reprodução Social. Tese de Doutorado. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Bethania Assy. Faculdade de Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Benston, M. (1973) The political economy of women's liberation. Reprinted from *Monthly Review*. Toronto: New Hogtown Press. Trabalho original publicado em 1969.
- Bhattacharya, Tithi. (2017) How not to skip class. In: Bhattacharya, T., ed., *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentering oppression*. p. 68-93. Pluto Press.
- Bringel, Breno. & Varella, Renata. (2016). A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 3(3), p. 474-489.
- Dalla Costa, Mariarosa & Selma James (1975). *The power of women and the subversion of the Community*. Falling Wall Press.
- Federici, S. (2012) *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. PM Press.
- Ferguson, Susan (2020). *Women and Work: feminism, labour and social reproduction*. Pluto Press.
- Fraser, Nancy (2017). Crisis of care? On the Social-Reproductive contradictions of contemporary capitalismo. In: Bhattacharya, T., ed., *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentering oppression*. p. 21-36. Pluto Press.
- Hirata, Helena (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1. p. 61-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005>
- Kergoat, Danièle (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos - CEBRAP*, n. 86. p. 93-103.

- Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S010133002010000100005&lng=en&nrm=io>
- Lapavitsas, Costas. (2013) The financialization of capitalism: 'Profiting without producing', *City*, 17:6, 792-805, DOI: 10.1080/13604813.2013.853865
- Lavinas, Lena. (2017) *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*. Palgrave Macmillian.
- Lavinas, Lena & Gentil, Denise (2018). Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. *Revista Novos estudos*, v. 37, n. 2, p. 191-211, mai.-ago. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/nec/v37n2/1980-5403-nec-37-02-191.pdf>>
- Machado, Cecília & Neto, V. Pinho (2016) *The Labor Market Consequences of Maternity Leave Policies: Evidence from Brazil*. Disponível em: https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/the_labor_market_consequences_of_maternity_leave_policies_evidence_from_brazil.pdf
- McNally, D. (2017) "Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory," in In: Bhat-tacharya, T., ed., *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentring oppression*. p. 94-111. Pluto Press.
- Rocha, C. et al (2022) Apresentação das tradutoras in Vogel, L. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Tradução: Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE TRS)
- Sader, E. (2001). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4ª ed. Paz e Terra.
- Suarez, M. (2020): 'The Best Investment of Your Life': Mortgage Lending and Transnational Care among Ecuadorian Migrant Women in Barcelona, *Ethnos*, DOI:10.1080/00141844.2019.1687539
- Varela, Paula. (2021). Social Reproduction in Dispute: A debate between autonomists and marxists. *Spectre*, n.4.
- Vianna, A. & Farias, J.. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, (37), 79-116. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>
- Vogel, L. (2013) *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Leiden. Trabalho original publicado em 1983.

Gabriela Azevedo. Investigadora de Pós – Douto-ramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) – Departamento de História. Investigadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares Crítica e Capitalismo (LEICC-UERJ) Doutora e Mestre em Direito (UERJ). Licenciada em Direito (UFRJ) e História (UNIRIO). E-mail: fazevedo@letras.up.pt. Ciência ID D11F-D507-66DB ORCID iD 0000-0002-9808-2547.

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta de decorreu até 31 de maio de 2023. Aprovado para publicação a 25 de setembro de 2023

Visando concretizar o valor da ciência e maximizar o seu impacto, os **Cadernos IS-UP** têm como objetivo estabelecer uma ponte entre a universidade e a sociedade, a ciência e a prática ou, ainda, entre a investigação e a intervenção social.

Aiming to realise the value of science and maximize its impact, **Cadernos IS-UP** seek to establish a bridge between university and society, science and practice, or even between research and social intervention.